



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS –  
CCSA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL – PGPCI



RAQUEL DO NASCIMENTO SILVA

**O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O  
DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES:  
UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

JOÃO PESSOA-PB  
NOVEMBRO/2024

RAQUEL DO NASCIMENTO SILVA

**O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O  
DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES:  
UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão pública e Cooperação internacional – PGPCI, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, na linha de pesquisa de Política Pública, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

**Orientador:** Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

JOÃO PESSOA-PB  
NOVEMBRO/2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586a Silva, Raquel do Nascimento.

O acesso a políticas públicas e o desenvolvimento de capacidades : um estudo em uma comunidade quilombola / Raquel do Nascimento Silva. - João Pessoa, 2024.  
103 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Justiça Social. 2. Políticas sociais. 3. Etnodesenvolvimento. 4. Capacidades. 5. Autonomia. 6. Autogestão. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II. Título.

UFPB/BC

CDU 364.614.8(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E**  
**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da  
Mestranda RAQUEL DO NASCIMENTO SILVA  
como requisito para obtenção do grau de Mestre  
em Gestão Pública e Cooperação Internacional,  
área de concentração em Gestão Pública e  
Cooperação Internacional, linha de pesquisa em  
POLÍTICAS PÚBLICAS.

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, reuniu-se na Plataforma Google Meet:<https://meet.google.com/xse-nckg-iboa> Banca Examinadora composta pelos membros: Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro (Orientador), Dr. Marco Antônio Castilhos Acco (Membro Interno) e Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa (Membra Externa), para julgar a dissertação de RAQUEL DO NASCIMENTO SILVA intitulada: **“O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES: UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA”**, para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa realizado pelo(a) presidente Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito: ( x ) aprovada, ( ) insuficiente, ( ) reprovada.

Observações da Banca:

---

---

---

---

---

Proclamado o resultado, o presidente da banca examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, assinou a presente ata, em duas vias, juntamente com os demais membros da banca examinadora e a mestranda.

João Pessoa, 13 de novembro de 2024.



**Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro**  
**Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PGPCI/UFPB**

gov.br

Documento assinado digitalmente  
MARCO ANTONIO DE CASTILHOS ACCO  
Data: 14/11/2024 08:58:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Marco Antônio Castilhos Acco**  
**Examinador Interno- PGPCI/UFPB**



**Profa. Dra. Manuella Castelo Branco Pessoa**  
**Examinadora Externa -UFPB**



**Raquel do Nascimento Silva**  
**Discente**

## AGRADECIMENTOS

Tenho muito o que agradecer e a quem agradecer. Desde o início da aprovação na seleção para aluno regular, já agradecia à Deus pela oportunidade de cursar o mestrado e pedia em orações simples que Jesus e Nossa Senhora rogassem por mim. E o mesmo acontecia a cada subida e descida no ônibus, que bom que tudo deu certo.

Agradeço ao apoio de Aline e Ariedson por me receberem, estar com vocês, com Anrhy, Aryan e Laila, fizeram com que eu não me sentisse longe de casa, nos uniu ainda mais. Que bom contar com vocês. Vocês são parte da minha história, e dessa realização. Muita prosperidade na vida de vocês.

Agda e Jean, vocês também fazem parte dessa rede de apoio que tive, contribuíram com a realização desta conquista que foi um sonho um dia.

Agradeço pelas vivências, por meu orientador apresentar a equipe da Incubes fui bem recebida por todos, mas de modo especial a Daniela, Renata e Claudete vocês tem compromisso com os grupos assistidos pelos projetos que vão além de uma condição institucional. Grata pelos conselhos, diálogos e encontros, vocês são muito calorosas e acolhedoras.

À toda equipe do PGPCI, sempre disponíveis em nos atender com excelência.

Agradeço a Capes pelo período de bolsa, que contribuiu muito na minha formação.

Caros professores do programa, jamais esquecerei de vocês nem dos ensinamentos de um modo especial aqueles que tive o prazer de chamar de professor: Anderson, Lizandra, Thiago, Marcio Sá, Marco Acco, Diana, Ana Lúcia, Elia, Vico, Carol Kruta, Glenda.

A banca na pessoa da professora Manu e do professor Marco, as contribuições de vocês foram valiosas. As palavras de vocês durante a qualificação trouxeram ânimo e muito entusiasmo para conseguir concluir essa etapa.

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, e de modo especial a Geraldo por toda disposição e ensinamento, se antes eu já tinha admiração, hoje ela só aumenta. A Expedito, Edilson que desde o início do curso mantive diálogos e visitações nas hortas de vocês, sempre recebendo com muita atenção. Aos agricultores tanto que entrevistei, como aos que muitas vezes conversei de maneira informal sem ter sido programado, mas que me ajudaram a compreender muita coisa, cada morador tem ricas contribuições e memórias únicas que se fosse contar cada uma daria um livro.

As instituições parceiras do quilombo nas pessoas de Patrícia, Fernanda, Isabel, Aderaldo, obrigada pela disponibilidade e contribuições. Francimar, eu não sei o que dizer da senhora. Que mulher incrível! Que trabalho valioso você realiza, com tanto compromisso, tantas informações, tanto saber. Patrícia e Fernanda a dedicação que vocês têm com o quilombo no decorrer de tanto tempo, buscando soluções, criando espaços, alternativas, sei que nem sempre é flores, que às vezes pode ser exaustivo as demandas, mas vocês acreditam no que fazem, acreditam na economia solidária, acreditam no Bonfim, que a empolgação de vocês continue a motivar e movimentar esse circuito feito semanalmente que leva saúde e segurança alimentar para tantas pessoas e que promove o Bonfim a horizontes e condições cada vez melhor.

Penha, como é bom ter uma mãe que incentiva e valoriza a educação, toda sua dedicação e esforços para que eu conseguisse concluir e chegar até aqui são fonte de inspiração diária. Obrigada Penha por acreditar em mim. Cada membro de minha família são muitos né, de seu modo me ajudaram e ajudam, seja ficando com Lilian, seja indo me levar e buscar em Remígio para pegar o ônibus para João Pessoa, esta conquista também é de vocês. Raiany obrigada por naquela caminhada pelo Bonfim você dizer: *“aqui no Bonfim é um estudo de caso”*, deu certo, seu apoio, ideias e dicas foram e são valiosas.

Pai e mãe (meus avós maternos) poder de algum modo trazer vocês nesta pesquisa, fazer reviver memórias, apontar direcionamentos que vocês em meio a simplicidade nem imaginavam estar colaborando com uma pesquisa, o modo como pai cuida do sítio, e até mesmo quando vocês costumam dizer: *“a gente que é sujeito tem que enfrentar”*. Hoje compreendo o peso do significado desta fala. Vai para além de uma simples relação de trabalho trazem marcas de um passado de condição de poder e sujeição que vocês assim como os moradores do Bonfim foram submissos. Vocês são resistência!

Vanda uma amiga que ganhei como aluna especial no PPGA da UFCG, essa dissertação é fruto de suas orações, sempre com palavras tão vivas, cheias de fé, otimismo, sempre movida pelo Espírito Santo de Deus. Você esteve presente em todos os momentos: o da conquista, da queda, da conquista de novo. Vanda obrigada por rezar por mim e confiar que tudo daria certo.

Professor Vanderson, meu orientador, o senhor é um ser humano tão incrível que transcende para seu ambiente profissional. Serei eternamente grata por naquela seleção o senhor acreditar no meu pré-projeto. Que honra ser sua aluna. Que honra ser sua orientanda. Obrigada por apresentar a economia solidária, às políticas públicas sociais, a gestão de serviços públicos no estágio docência, os ambientes de discussão da ecosol nos fóruns que pude assistir que riqueza! Conhecer o centro público, a Ecolanches sendo

como na sua fala: “*um laboratório da economia solidária*”. Perdão por não ter sido sua melhor aluna, mas que pedir desculpas quero te agradeço por respeitar as limitações que se fizeram presentes na vida no decorrer desse período. Desejo ao senhor muitas bênçãos em sua vida, como é bonito ver o carinho e respeito dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária tem com você. Obrigada professor por sua dedicação, por sua disposição, por seu compromisso, que Jesus te abençoe.

Meu Jesus, obrigada por ter tanta gente boa ao meu redor, me ajudando, me incentivando, obrigada por agir em minha vida permitindo a concretização do que antes era um sonho. Obrigada meu Jesus.

## RESUMO

A discussão sobre o enfrentamento das desigualdades, especialmente quando esta é analisada sob uma perspectiva multidimensional, enseja a execução de políticas públicas que minimizem as vulnerabilidades e promovam e estimulem o desenvolvimento do território no qual estão inseridos diversos grupos sociais marcados por altos índices de vulnerabilidades sociais e pelo não reconhecimento de particularidades e identidades. Quando o destaque é dado para a população negra e especialmente aquelas de comunidades quilombolas, tais desigualdades se agravam notando-se semelhanças e diferenças entre elas. O reconhecimento do território quilombola pode ser considerado a principal política pública que esta população acessa, pois, este território não é apenas físico, mas repleto de elementos imateriais nele inseridos. Até chegar a titulação do território, essas comunidades passam por um longo processo burocrático que exige comprovar sua origem histórica, a sua cultura e costumes trazidos na identidade da população. Atrelado a esse processo de reconhecimento territorial existem demandas a serem supridas em várias dimensões como: social, econômica, política, cultural, ambiental. Para isso é necessário considerar a autonomia desses povos em suas escolhas. Estas dimensões são apresentadas nos estudos de Amartya Sen (1993) como capacidades de escolhas que são acessadas por um grupo/uma organização em busca de suas liberdades substantivas. Amparados inicialmente pelos conceitos de Amartya Sen, sobre capacidade e pobreza multidimensional, destacamos como que as capacidades, sejam elas política, cultural, econômica, produtiva, ambiental, bem como os ativos que tais territórios acessam são condições que permitem uma organização equitativa, fortalecendo a organização e o território (Zambam, 2014). Diante disso, o presente trabalho busca destacar a partir do acompanhamento de uma comunidade quilombola, os caminhos e estratégias para a superação da desigualdade e de outras questões sociais que se fazem presentes nessa população. A pesquisa visa destacar o uso das capacidades na promoção do desenvolvimento sustentável atrelado ao etnodesenvolvimento por se tratar de uma comunidade tradicional, bem como apontar as semelhanças encontradas junto aos princípios percebidos da economia solidária e como esses se associam a diferentes dimensões (social, política, econômica, ambiental e territorial). O estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e etnográfico, pois permite mergulhar na realidade da comunidade investigada para experimentar e interpretar as múltiplas relações ali existentes, envolvendo também características de pesquisa ação recorrente das atividades desenvolvidas junto aos quilombolas. A pesquisa identificou que os capitais cultural, social, humano e econômico interagem entre si, fortalecendo as capacidades que levam ao desenvolvimento do quilombo Senhor do Bonfim.

**Palavras-chaves:** Etnodesenvolvimento; Capacidades; Políticas Sociais; Justiça Social; Autonomia; Autogestão.

## ABSTRACT

The discussion on how to address inequalities, especially when analyzed from a multidimensional perspective, requires the implementation of public policies that minimize vulnerabilities and promote and stimulate the development of the territory in which various social groups are located, marked by high levels of social vulnerability and by the lack of recognition of particularities and identities. When the emphasis is placed on the black population and especially those from quilombola communities, these inequalities are aggravated, with similarities and differences between them becoming apparent. Recognition of quilombola territory can be considered the main public policy that this population has access to, since this territory is not only physical, but also full of immaterial elements inserted in it. Before obtaining title to the territory, these communities go through a long bureaucratic process that requires proving their historical origin, their culture and customs brought in the population's identity. Linked to this process of territorial recognition, there are demands to be met in several dimensions, such as: social, economic, political, cultural and environmental. To this end, it is necessary to consider the autonomy of these peoples in their choices. These dimensions are presented in Amartya Sen's studies (1993) as capacities of choices that are accessed by a group/organization in search of their substantive freedoms. Initially supported by Amartya Sen's concepts of capacity and multidimensional poverty, we highlight how capacities, whether political, cultural, economic, productive, or environmental, as well as the assets that such territories access, are conditions that allow for an equitable organization, strengthening the organization and the territory (Zambam, 2014). In view of this, this study seeks to highlight, based on the monitoring of a quilombola community, the paths and strategies for overcoming inequality and other social issues that are present in this population. The research aims to highlight the use of capacities in promoting sustainable development linked to ethnodevelopment, as it is a traditional community, as well as to point out the similarities found with the perceived principles of the solidarity economy and how these are associated with different dimensions (social, political, economic, environmental, and territorial). The study is qualitative in nature, exploratory and ethnographic in nature, as it allows us to delve into the reality of the community under investigation to experience and interpret the multiple relationships that exist there, also involving characteristics of recurrent action research in the activities developed with the quilombolas. The research identified that cultural, social, human and economic capital interact with each other, strengthening the capacities that lead to the development of the Senhor do Bonfim quilombo.

**Keywords:** Ethnodevelopment; Capabilities; Social Policies; Social Justice; Autonomy; Self-management.

## LISTAS DE QUADROS DEMONSTRATIVOS

<b>Quadro 1:</b> Territórios Quilombolas no Brasil-----	20
<b>Quadro 2:</b> Temas em debates na política pública-----	26
<b>Quadro 3:</b> Principais Políticas Públicas para as Comunidades Quilombola-----	30-31
<b>Quadro 4:</b> Destaques das características da pesquisa qualitativa-----	35
<b>Quadro 5:</b> Cronograma das etapas do processo para titulação do Quilombo Senhor do Bonfim, Areia-PB-----	50
<b>Quadro 6:</b> Principais características culturais-----	60
<b>Quadro 7:</b> Políticas públicas e sociais acessadas após início do processo para titulação-----	65
<b>Quadro 8:</b> Características do capital social e humano pelos ativos identificados -----	74
<b>Quadro 9:</b> Características do capital econômico e seus ativos no Quilombo Senhor do Bonfim-----	78
<b>Quadro 10:</b> Equipamentos públicos -----	78
<b>Quadro 11:</b> Narrativas de Memórias e a Superação da Pobreza -----	84

## LISTAS DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Organograma do processo de titulação de territórios quilombolas no Brasil-----	23
<b>Imagem 2:</b> Dimensões de análise das capacidades para promoção do etnodesenvolvimento-----	39
<b>Imagem 3:</b> Desenho da metodologia-----	41
<b>Imagem 4:</b> Entrada da comunidade-----	46
<b>Imagem 5:</b> Vista de paisagem local-----	46
<b>Imagem 6:</b> Mapa da comunidade quilombola Senhor do Bonfim-----	46
<b>Imagem 7:</b> Celebração de encerramento do mês de maio-----	55
<b>Imagem 8:</b> Turma do Programa Mulheres Mil, CAVN-UFPB-----	55
<b>Imagem 9:</b> Árvore Fava de oxum ou Pata de vaca-----	57
<b>Imagem 10:</b> Festa da consciência negra no pátio da sede da associação-----	58
<b>Imagem 11:</b> Cartaz de divulgação da festa da Consciência Negra-----	58
<b>Imagem 12:</b> Grupo de dança das meninas do Bonfim-----	59
<b>Imagem 13:</b> Ruínas do engenho-----	60
<b>Imagem 14:</b> Moradora fazendo bejú de mandioca-----	60
<b>Imagem 15:</b> Casas Programas de Habitação-----	64
<b>Imagem 16:</b> Placa cozinha comunitária-----	65
<b>Imagem 17:</b> Da atuação Instituto Flor do Cajueiro com os quilombolas em frente à sede da associação-----	71
<b>Imagem 18:</b> Encontro com os parceiros do Bonfim-----	72
<b>Imagem 19:</b> Plantação de macaxeira, com a presença de árvores frutíferas e ao fundo plantação de bananeira-----	76
<b>Imagem 20:</b> Horta e bananeiras-----	77
<b>Imagem 21:</b> Variedade de alimentos nas cestas CSA-----	77
<b>Imagem 22:</b> Início da construção da casa de farinha-----	79
<b>Imagem 23:</b> Etapas de construção da casa de farinha em forma de mutirão-----	81
<b>Imagem 24:</b> Etapas de construção da casa de farinha em forma de mutirão-----	82
<b>Imagem 25:</b> Pé de guandu ou feijão de pau-----	83

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AACADE**- Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes

**CAVN**- Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

**CDRU**-Direito Real de Uso

**CEHAP** – Companhia Estadual de Habitação Popular

**CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento

**CPT**- Comissão Pastoral da Terra

**CRAS**-Centro de Referência em Assistência Social

**CSA**-Comunidade que Sustenta a Agricultura

**FCP**- Fundação Cultural Palmares

**IBGE**-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

**ICERD**- Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial

**INCRA**-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INCUBES**-Incubadora de Empreendimentos Solidários

**MDS**- Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome

**MDA**- Ministério de Desenvolvimento Agrário

**MEJ**- Movimento de Empresa Júnior

**MMA**- Ministério do Meio Ambiente

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**PAA**- Programa de Aquisição de Alimentos

**PNPCT**-Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

**PPA**- Plano Plurianual

**PNAE** - Programa Nacional da Alimentação Escolar

**RDIT**- Relatório Técnico de Identidade e Delimitação Territorial

**UFPB**-Universidade Federal da Paraíba

# SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b>	12
<b>2 Revisão da literatura</b>	17
<b>2.1 Políticas públicas sociais e comunidades quilombolas:</b>	
uma discussão necessária	17
<b>2.2 Agenda Política de Governo e Estado para as Comunidades Negras</b>	28
2. 2.1 Pensamento sobre desenvolvimento e pobreza baseado nas liberdades substanciais de Amartya Sen	31
2. 2.2 Desenvolvimento sustentável	33
<b>2.3 Etnografia e etnodesenvolvimento e economia solidária associado às capacidades</b>	36
<b>3 Percurso Metodológico</b>	41
<b>4 Conhecendo a Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim-Areia/PB: memórias, lutas e a liberdade sob a visão da pesquisa etnográfica</b>	46
<b>4.1 A construção da comunidade quilombola e o desenvolvimento como liberdade: memórias e etnografia associado aos ativos</b>	53
4.1.1 Memórias e evidências do capital cultural	53
<b>4.2 Políticas Públicas e Sociais atribuídas ao desenvolvimento como liberdade no Quilombo Senhor do Bonfim</b>	61
4.2.1 Atuação dos parceiros nas contribuições para o desenvolvimento do Quilombo Senhor do Bonfim: sob a perspectiva dos capitais e seus ativos	68
4.2.2 Capital político e econômico	74
<b>4.3 Valores da economia solidária presentes na construção da comunidade quilombola: traços de decisões identificados</b>	81
4.3.1 Percepção de superar a pobreza	84
<b>Considerações finais</b>	88
<b>Referências</b>	92
<b>Apêndice A</b>	96
<b>Apêndice B</b>	98
<b>Anexo A: Certidão de auto-reconhecimento</b>	100
<b>Anexo B: CDRU- Concessão de direito de uso real</b>	102

## 1 Introdução

A discussão sobre o enfrentamento das desigualdades mobiliza um conto de atores sociais e políticos que utilizam de diversas formas e instrumentos na tentativa de minimizar quadros de vulnerabilidades sociais. Essas desigualdades não se reduzem à desigualdade de renda, mas possuem diferentes dimensões que por vezes são agregadas e levam ao agravamento das vulnerabilidades, e a complexidade de seu enfrentamento. As políticas públicas, especialmente as de caráter social, são os principais instrumentos utilizados pelo Estado na tentativa de redução das desigualdades. Mas para além da ação imediata da política pública, cabe ressaltar os efeitos que estas conseguem dar e deixar nos territórios, ou seja, como as políticas públicas estimulam, como diz Amartya Sen (1993), capacidades e liberdades de escolhas. Para isso se percebe que existem diferentes meios e recursos para ter acesso às políticas que destinem a diminuição das desigualdades sociais ao mesmo tempo em que propicie desenvolvimento e reconhecimento dos territórios. Neste contexto, destacamos as comunidades tradicionais nas quais a população quilombola se encontra e as diversas políticas públicas que esta população tem acesso.

Os quilombos que hoje conhecemos possuem características variadas e peculiares, sejam urbanos ou rurais, existem e resistem para se manterem enquanto espaço e organização, sendo lugar de memória coletiva, de tradição, sejam em costumes como no modo de vida social e de (re) produção econômica (Almeida, Nascimento, 2022, p. 950).

Sendo assim, partimos do princípio (da ideia) de que o acesso às políticas públicas e sociais que combatem e visam diminuir as desigualdades fazem com que as comunidades tradicionais utilizem de capacidades que conduzem a promoção do desenvolvimento da comunidade. A partir da perspectiva de Almeida e Nascimento (2022, p. 552) entendemos que “é por intermédio das políticas públicas, alcançáveis apenas ao término do processo de titulação, que os quilombolas podem ter uma efetiva melhoria de vida”. Já para Gonçalves (2017, p. 84) afirma que “somente com a titulação haverá possibilidades de realizar projetos a serem aplicados para a melhoria das condições de vida no território quilombola”. A legalidade territorial assegura direitos e deveres, dentre os direitos estão o desenvolvimento de projetos voltados para manter a população quilombola em seu ambiente físico desfrutando de incentivo para a produção local, de criação ou melhoria de espaços públicos como escola, centro de socialização, dentre outros. E nos deveres estão a preservação das áreas nativas, manter costumes e tradições do modo de vida quilombola.

O desenvolvimento é um poder de escolha, uma opção, em que o membro de uma sociedade tem condições de participar efetivamente dos seus destinos (Zambam, 2014). Esse poder de escolha deve ser interpretado como o desenvolvimento como liberdade, no qual o grupo social do nosso caso de estudo (os quilombolas) são provocados a tomar decisões, embora muitas vezes estimulado por atores sociais, sem perder a autonomia dessa escolha, pautada na cultura étnica presente no território. E se tratando do território geográfico, essas escolhas são expressões de pertencimento, garantia da atividade agrícola tanto para consumo como para geração de renda, mas, é também a garantia das comunidades quilombolas em assegurar sua dignidade, sua expressão sociocultural na manifestação de uma identidade coletiva (Almeida, Nascimento, 2022).

A partir de Barbieri e Silva (201, p. 67) compreendemos desenvolvimento como “mudança da qualidade de vida das populações” e para que este desenvolvimento esteja alinhado aos ideais da “sustentabilidade é condição indispensável à redução da pobreza”. Sendo importante destacar que a sustentabilidade envolve três eixos: o ambiental, o econômico e o social. Estes três eixos serão investigados neste trabalho juntamente com as condições das capacidades e ativos apresentados como critérios de superação da pobreza e a liberdade de escolha que a população investigada acessa. Porém, nota-se ser necessário apresentar esse tripé, uma vez que é uma discussão que se entrelaça, e, ao apresentar o etnodesenvolvimento vimos que esse tripé já é algo tão presente no cotidiano de maneira intrínseca nas comunidades tradicionais tornando indispensável sua abordagem. O fator cultural perpassa os eixos do tripé da sustentabilidade, considerando que o etnodesenvolvimento traz consigo esse fator cultural em evidência.

O etnodesenvolvimento pode ser compreendido como uma ferramenta no processo em que um grupo étnico desenvolve para gerar renda e sobreviver, seja como um produto ou serviço, de modo que haja a valorização da sua cultura, identidade, conhecimento deste grupo além do envolvimento e participação dos membros internos como também de outros atores sociais (Azevedo; Ferreira; Almeida, 2014) na qual a escolha desse processo produtivo/serviço se faz a partir da liberdade de autonomia.

Carneiro (2012, p. 58) destaca “que a expressividade da economia solidária no atual contexto deve ser analisada tanto nos aspectos econômicos, quanto em seus aspectos sociopolíticos”. As autoras Silva e Filho (2018, p. 154), apontam que a economia solidária no Brasil “não se limite à geração de trabalho, ocupação e renda, suas origens carregam em si a marca da luta dos excluídos”, surge em um período “de resistência da classe trabalhadora, na luta pela superação das desigualdades e da marginalização”. Sendo

assim, tal situação é semelhante à dos povos tradicionais, tendo em vista que em sua maioria ainda hoje buscam esta superação.

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, localizada na zona rural de Areia-PB, foi a primeira comunidade remanescente de quilombo da Paraíba a receber o título de posse no ano de 2011. Muita coisa mudou na vida dos moradores desde que iniciaram o processo pelo direito à posse da terra, visto que saíram da condição de morador da fazenda onde vivia em condição análoga ao trabalho escravo para se tornarem donos da terra. A partir do ano de 2004, quando se iniciou o processo judicial até chegar os dias atuais houve a participação efetiva não só dos membros das famílias que ali residem como também a interação com atores sociais diversos, responsáveis juntamente com os quilombolas por desenvolver o território, proporcionar mudança na qualidade de vida, resgate da identidade, cultura dentre outros aspectos.

Nesse contexto, percebe-se que temos um conjunto de fatores históricos, culturais, sociais e político-institucionais que se interrelacionam e podem conformar processos de desenvolvimento bem particulares. Levando em conta a análise de aspectos da promoção do desenvolvimento de uma comunidade quilombola, esta pesquisa teve a seguinte pergunta norteadora: Como se dá a relação entre a presença e mobilização de determinados ativos e capitais no *acesso às políticas públicas e nas articulações com diferentes atores contribuindo para a promoção do desenvolvimento da Comunidade Senhor do Bonfim?* Para tanto, elencamos o objetivo geral e os objetivos específicos, sendo:

**Objetivo Geral:** Analisar as capacidades desenvolvidas na comunidade quilombola Senhor do Bonfim e sua relação com o acesso a políticas públicas e a articulação com diferentes atores sociais e políticos

- ✓ Apresentar as políticas públicas das quais a comunidade quilombola acessa e/ou acessou desde o reconhecimento do território;
- ✓ Destacar a atuação dos atores sociais e políticos que contribuem para o desenvolvimento da comunidade;
- ✓ Identificar quais os capitais e ativos que mais se destacam entre eles.

Sendo assim, partimos do princípio (da ideia) de que o acesso às políticas públicas e sociais que combatem e visam diminuir as desigualdades fazem com que as comunidades tradicionais utilizem de capacidades que conduzem a promoção do desenvolvimento da comunidade. Questões sociais que se fazem presentes nessa população. A pesquisa visa destacar o uso das capacidades na promoção do

desenvolvimento sustentável atrelado ao etnodesenvolvimento por se tratar de uma comunidade tradicional, bem como apontar as semelhanças encontradas junto aos princípios percebidos da economia solidária e como esses se associam a diferentes dimensões (social, política, econômica, ambiental e territorial). O estudo é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e etnográfico, pois permite mergulhar na realidade da comunidade investigada para experimentar e interpretar as múltiplas relações ali existentes, envolvendo também características de pesquisa ação recorrente das atividades desenvolvidas junto aos quilombolas. A pesquisa identificou que os capitais cultural, social, humano e econômico interagem entre si, fortalecendo as capacidades que levam ao desenvolvimento do quilombo Senhor do Bonfim.

Durante minha graduação tive a oportunidade de vivenciar a extensão universitária onde um desses projetos consistia em conhecer a história da formação, luta, resistência e principais demandas de assentamentos da reforma agrária através da narrativa de memórias. No Movimento de Empresa Júnior (MEJ) e também no programa LabX, somos instigados a pensar grande, fora da zona de conforto, como também a ser agente de transformação na sociedade, com iniciativas concretas em nossas ações. Durante um momento importante promovido pela comunidade onde os parceiros (entidades representadas pela Rede CSA, ACAADE, Coletivo Terra Viva, ARRIBAÇÃ, FLOR DO CAJUEIRO- Ligado ao MAPA, INCUBES-UFPB com seus projetos) com lideranças da comunidade, tiveram a oportunidade de se conhecerem e apresentar sua atuação junto ao quilombo. Foi trazido por Maria que meu bisavô também fez parte da comunidade enquanto trabalhador e meu avô na condição de morador. Este trabalho justifica-se primeiro pelo local físico, por fazer parte da minha vizinhança e também trazer consigo os elementos enquanto grupo familiar, ter crescido usufruindo das fontes de água como as cacimbas, ser “rezada” por Dona Maria, por lembrar de momentos históricos como a caminhada que colocou a identificação como comunidade negra. Além dos aspectos vividos nos movimentos e extensão promovidos pela universidade que busca ser agente de inovação, transformação com a sociedade. Acredito que ter escolhido o Bonfim como local de aplicação e investigação é uma forma de contribuir com a expansão que esta já vem tendo.

Este trabalho foi organizado dentro dessa estrutura, sendo: introdução na qual apresentamos uma breve discussão a respeito do desenvolvimento e etnodesenvolvimento dos povos quilombolas e posse de terras. Entre outros elementos que são apresentados neste item. Apresentamos ainda a questão norteadora desta pesquisa, bem como os objetivos deste trabalho. O capítulo 2, traz a revisão da literatura desenvolvido 2.1 na qual

discutimos como as comunidades quilombolas acessam as políticas públicas a elas destinadas trazendo como elemento principal o reconhecimento e titulação do território como um remédio de reparação pautado nos estudos sobre justiça social, bem como apontando alguns traços da autonomia desta população para enfrentar a pobreza e a desigualdade social existente. Ainda neste capítulo, apresentamos um marco temporal das políticas públicas para os quilombolas.

Em seguida, apresentamos o subtópico 2.2, no qual abordamos que o desenvolvimento de um local não é mensurável apenas no viés econômico, com o auxílio e a participação tanto dos atores locais como outros atores sociais é traçado o caminho para o desenvolvimento. Aponta o desenvolvimento como escolha de liberdade. Neste subtópico é possível compreender os conceitos e avanços teóricos para chegar ao desenvolvimento sustentável, já apontando a relação da temática com a economia solidária.

No subtópico 2.2.3, temos o etnodesenvolvimento em destaque visto que esse termo é propício para o nosso *lócus* de pesquisa reconhecer os elementos da etnicidade como fator de promoção para o desenvolvimento sustentável do quilombo envolvendo os princípios da economia solidária nas dimensões e categorias de análise que estão nos objetivos desta pesquisa. Apresentamos capítulo 3 o percurso metodológico com as características do tipo de pesquisa que foi realizado, bem como a maneira pela qual chegou aos resultados. No capítulo 4, intitulado: conhecendo a Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim-Areia/PB: memórias, lutas e a liberdade sob a visão da pesquisa etnográfica, trouxe os elementos históricos que formaram a comunidade investigada, considerando as memórias dos moradores e da pesquisadora. Conseguindo evidenciar nesses fatos os ativos e capitais que contribuem para o desenvolvimento da comunidade. Por fim, o capítulo 5 contém as considerações finais, trazendo os achados da pesquisa.

## 2 Revisão da literatura

Neste capítulo é apresentado a discussão teórica sobre as políticas públicas e sociais direcionadas aos povos de comunidades quilombolas, bem como as estratégias utilizadas na promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios aos quais este grupo pertence, neste caso de pesquisa em específico os remanescentes de quilombos.

### 2.1 Políticas públicas sociais e comunidades quilombolas: uma discussão necessária

Existem diversas políticas públicas que visam o combate à desigualdade, porém muitos grupos ainda não conseguem acessar tais políticas. Isso acontece principalmente com as comunidades tradicionais e quilombolas. Para que elas tenham acesso às políticas sociais que têm direito, ou melhor, que a elas são destinadas, a porta de entrada se faz por meio do reconhecimento e a titulação do território, sendo este território concebido para que além de ambiente físico, uma vez que existem os elementos imateriais que nele estão inseridos. Neste sentido, Amorim, Nascimento e Tárrega (2020, p.614) defendem que “a terra para os povos quilombolas possui um significado próprio, pois não é apenas espaço de terra, é a sua própria identidade”. Sob esta discussão, este capítulo busca apresentar as questões que envolvem o processo de titulação de posse da terra e algumas das demandas que são conquistadas a partir das políticas de regulação do território.

As comunidades quilombolas que hoje conhecemos são símbolo de resistência de um passado marcado por luta e fuga dos abusos cometidos em seus corpos por meio da comercialização e do trabalho ao qual eram submetidos, mas também por espaços de sociabilidade, em que os negros escravizados encontravam. Além de ser um refúgio, amparo e proteção, permitindo a vivência com grupos de parentesco e de sua cultura (Munanga, 1996; Funari; Carvalho, 2005 *apud* Arruda, et al., 2015). Atribuindo reflexões de Moraes e Jayme (2017, p.276), pode-se complementar então que “a ideia da diversidade cultural pensada como um patrimônio da humanidade passou a nortear no Brasil não apenas políticas públicas culturais, mas também as políticas sociais, como saúde, educação, assistência social e mesmo a política racial”. Isto nos possibilita estender essa discussão para o eixo de uma categoria de território, visto que tais manifestações acontecem dentro de um espaço físico demarcado geograficamente. É importante destacar que o sentimento de “pertencimento a um grupo étnico e pertencimento a uma terra, são a interpretação da identidade remanescente quilombola” (Almeida; Nascimento, 2022, p.951). Apoiando ao estudo de Fraser (2006, p. 231), a redistribuição e reconhecimento se sustentam para que haja justiça social na política pública social. Reconhecimento

cultural e redistribuição socioeconômica tornam-se ambas “um remédio”. Isto é, para solucionar demandas de combate à desigualdade, necessitamos tanto de redistribuição, quanto de reconhecimento.

Tanto o reconhecimento do território quilombola permite a reprodução e manutenção de crenças, cultura e identidade como o aspecto imaterial constitui elementos que constroem a pauta da política pública social para as áreas quilombolas, como, as de comunidades tradicionais, ribeirinhos e indígenas. Assim, Santos (2018, p. 99), confirma que “devemos pensar esse território não apenas sendo utilizado de maneira material, mas buscando entender esse espaço a partir de indivíduos que protagonizam e produzem de acordo com sua cultura”. Essa perspectiva pode ser relacionada ao pensamento de Zambam (2014, p. 50) que aponta que o exercício da liberdade é garantido e promovido através do favorecimento das “condições, políticas, econômicas, culturais, institucionais e outras”, com isso notamos que a liberdade a qual o autor defende relaciona-se ao acesso do território para consolidar suas capacidades que partem do individual para o coletivo, o social. Fraser (2006, p. 232) aponta que o:

Reconhecimento um fator de valorização da cultura, da identidade e da diversidade de um grupo - que aqui se destaca em uma comunidade quilombola, ao valorizar esses pontos e de maneira mais profunda a comunicação dentro do espaço social de participação a comunicação e interpretação de que esse “reconhecimento” permite “transformar o sentido do eu de todas as pessoas.

É interessante unir a este debate o pensamento dos autores como Amorim, Nascimento e Tárrega (2020) quando destacam que “as políticas públicas vem reparar as discriminações e o racismo nas quais constantemente e historicamente os negros são submetidos nos meios sociais”. Além de apresentar a “autogestão como característica de alternativa para os povos quilombolas”. A “autogestão” se refere a autonomia que as comunidades quilombolas devem ter ao acessar algum tipo de política pública e de incentivo, ou seja, poder escolher o que melhor caracteriza sua realidade, sendo interpretada como exercício de liberdade.

Portanto, pensar em políticas que reconheçam os territórios quilombolas, é pensar nas questões sociais que esses espaços demandam com isso. Nesse sentido, Piana (2009, p. 52) destaca que:

As expressões da questão social, tais como: as desigualdades e as injustiças sociais são conseqüentes das relações de produção e reprodução social [...] E tornam-se questão social quando reconhecidas e enfrentadas por setores da

sociedade com o objetivo de transformação em demanda política e em responsabilidade pública.

O território também é formado por pessoas, e são essas pessoas que vivenciam as diversas desigualdades e injustiças sociais as quais nos referimos, dentre elas estão na maioria das vezes a falta de acesso a infraestrutura, escola e unidades de saúde com atendimento específico para esta população, espaços destinados a socialização dos seus membros. Daí a necessidade de que as questões sociais se tornem uma demanda política.

Morais e Jayme (2017, p. 277) traz a seguinte explicação:

Povos e comunidades tradicionais foi uma expressão cunhada no âmbito de uma política pública vinculada a dois ministérios: um que trata de questões relativas à assistência social e outro que lida com o meio ambiente. O decreto 6040 ampliou o entendimento legal de povos e comunidades tradicionais, antes restritos aos povos indígenas e aos quilombolas.

O território é parte da identidade dos povos tradicionais, como os ribeirinhos, ciganos, indígenas e quilombolas, trazendo a pauta da política pública social não apenas a um grupo étnico específico, mas a todos os grupos que formam essa demanda e precisam preservar suas raízes históricas que estão vinculadas ao debate do território. Sendo assim, veremos que estes povos tradicionais têm seu espaço reconhecido e protegido pela Constituição Federal de 1988, e mesmo assim é preciso desenvolver políticas direcionadas à atenderem suas particularidades. Como vemos nos estudos de Tárrega (2022, p. 449) ao afirmar que:

As comunidades quilombolas têm direitos constitucionalmente garantidos e protagonizam políticas públicas, organizando-se economicamente em razão das territorialidades próprias manifestas num plexo de prerrogativas coletivas norteado por direitos à titularidade da terra, à preservação da identidade cultural e à dignidade. A base econômica é determinante para a concretização desses direitos, sobretudo da preservação cultural, enquanto modos de criar, fazer e viver previstos na CRFB/88 art. 215, II2. Ela fortalece, outrossim, o mercado interno como parte do patrimônio nacional e, segundo os preceitos do art. 219 da CRFB/88, deve ser incentivada de “modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Nota-se que não é preciso apenas reconhecer o grupo étnico, garantir a posse da terra, desenvolver políticas que atendam suas necessidades sociais, mas é preciso também dá a garantia de sobrevivência, desenvolver ferramentas, políticas que impulsionam também a economia do território. Nesse aspecto, concentrar iniciativas que valorizem o modo de vida, seus costumes e culturas para que o desenvolvimento aconteça em conjunto

com as dimensões sociais, culturais e econômicas. Com isso, proporcionando uma expectativa na diminuição das desigualdades.

A respeito da posse de terras e dos mecanismos que envolvem esse processo, chama atenção a quantidade de titulações que anualmente são concedidas aqui no Brasil, conforme mostra dados do Censo Demográfico de 2022. Primeiro, no referido ano, o censo inovou com a realização do Censo Quilombola, trazendo dados como os territórios demarcados, para isso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) contou com dados trazidos por órgãos como Incra e Fundação Cultural dos Palmares para poderem ter acesso a uma estimativa de territórios quilombolas demarcados, auto identificados, e já titulados, bem como as comunidades remanescentes de quilombos existentes em nosso país. A seguir temos um quadro demonstrativo com os dados do Censo quilombola 2022 no que se refere ao território quilombola.

**Quadro 1:** Territórios Quilombolas no Brasil

Território quilombola	Brasil	Nordeste	Paraíba
Com Certificação de autodefinição	6.583	2.253	47
Em processo de regularização fundiária	1.802	1.023	6
Oficialmente delimitados	426	216	11
Titulados	147	43	6

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do censo demográfico quilombola (2022).

O quadro 1 dos territórios quilombolas retrata em números a quantidade de territórios quilombolas demarcados no Brasil, por meio do qual é possível identificar através dos dados que os processos legais até chegar a titulação da terra é lento considerando os diferentes órgãos e instâncias envolvidos no processo, e os números significativamente baixos diante da necessidade de terras por partes desses grupos sociais.

De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, a população quilombola tanto rural como urbana residente no Brasil é de 1.330.186 de pessoas, correspondendo a 0,66% da população. A grande região que concentra a maior quantidade de pessoas quilombolas é a Região Nordeste, com 906.337 quilombolas, correspondendo a 68,14% da população quilombola brasileira (p. 81). Na Paraíba conta com 16.765 quilombolas dos quais a população do Engenho do Bonfim é de 89 pessoas (IBGE, 2022) o que nos ajuda a compreender as desigualdades existentes nesse quesito.

Nossa compreensão acerca de desigualdades vem a partir de Gomes, Madeira e Brandão (2020, p. 218) ao afirmarem que o Brasil é “campeão em desigualdades, as desvantagens são profundamente presentes na realidade da população negra e de

segmentos dos povos e comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem em condições sociais desiguais e racialmente seletivas”. Arruda et al (2015), acrescenta que desse modo os “quilombolas são colocados à margem de uma concepção plena de cidadania” e que algumas “políticas públicas, por falta de coordenação” específica “fazem com que eles vivam em plena condição de precariedade”, uma vez que as políticas públicas não se integram/interagem entre si.

Ainda no que se refere às desigualdades e sua superação é indispensável a ação humana, pois, se entende que dentro de sua ação de liberdade à estruturação social, possuindo assim, um valor moral no qual diante dos diversos interesses existentes em um contexto de pluralidade e de organização social na qual essa organização possa equilibrar as diferenças tornando assim uma condição para o exercício da justiça e liberdade como dimensões indispensáveis.

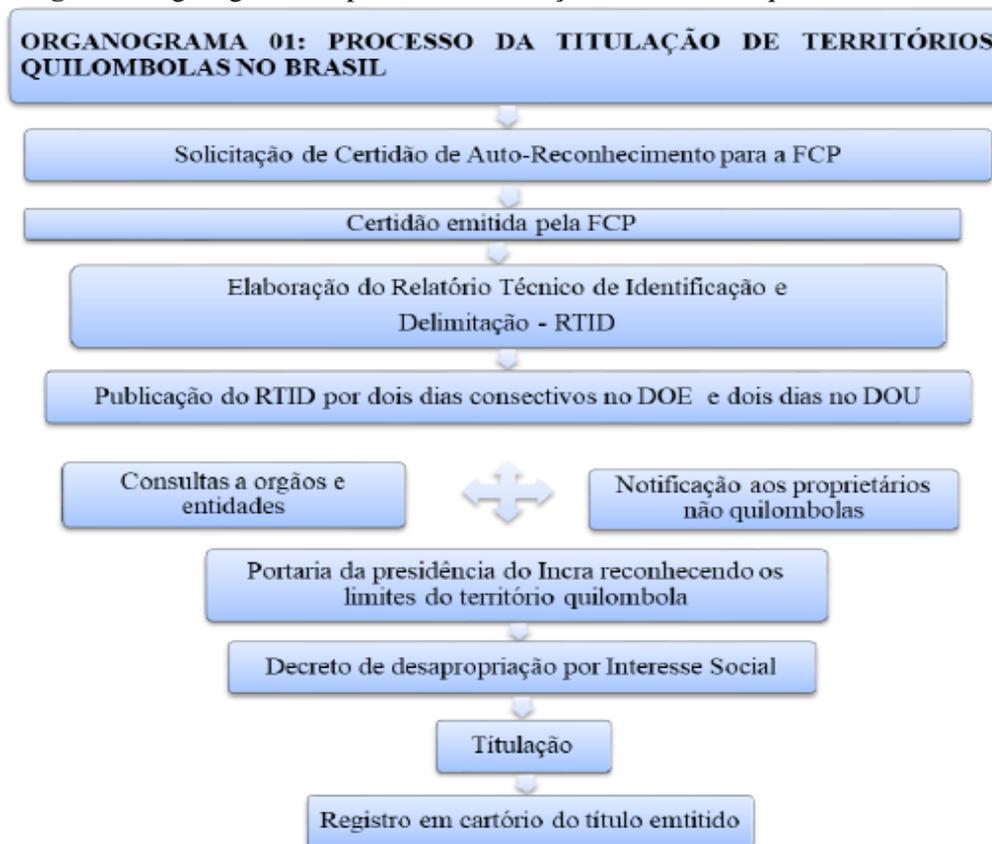
Zambam, (2014) aponta que é na interação e no acesso aos ativos que se fomenta o desenvolvimento e combate às desigualdades que esses povos enfrentam. A esse respeito, Sen (1993), chama atenção para o fato de que a desigualdade deve ser medida e avaliada com base no padrão de vida mais próximo à realidade do grupo em estudo, não necessariamente avaliar a desigualdade baseada em aspectos de riquezas (renda). Deve-se considerar também nesse critério de avaliar sob uma ótica social as desigualdades entre classes em termos de bem-estar e liberdade. Essa colocação é pertinente, pois o presente capítulo tenciona provocar discussões sobre as políticas públicas em um contexto mais universalista para os quilombolas sem ter uma análise de política pública específica, por exemplo saúde, moradia. Mas sim, uma política pública direcionada às comunidades quilombolas que consigam dentro de suas especificidades garantir espaços que combatam as desigualdades sociais que são corriqueiras no universo das comunidades quilombolas.

No livro “As Políticas Sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento”, Piana (2009, p. 23), formulou argumentos com dados de que a política econômica e a política social estão relacionadas, e esta última é uma “concessão ou conquista”. Nesse sentido, a questão da política social é fruto de lutas, cobranças e participação nos movimentos sociais. Isto é, as lutas pelos direitos da sociedade são históricas e neste contexto de investigação sobre a questão da raça negra, especialmente de comunidade quilombola, são atores importantes para que haja uma política que diminua a desigualdade social entre os povos. Piana (2009, p. 30) ainda mostra que “a concepção de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social”, e que o “ideário de Estado de Bem-Estar Social’ tinha em um dos princípios ‘de ação... a menor desigualdade social entre os

cidadãos”. Despertando ao respaldo de que os cidadãos quilombados são integrantes desses direitos sociais e de políticas públicas sociais que lhes garantam condições de romper ou diminuir as desigualdades existentes, entendidas como um canal para que haja acesso às políticas voltadas diretamente às comunidades quilombolas pelo direito à terra sendo uma porta de entrada para outras políticas.

A demarcação de seus territórios e os conflitos com os grandes proprietários de terra, são um dos maiores desafios que esses povos enfrentam, sem falar que suas condições de vida são marcadas por vulnerabilidades (Gomes; Madeira; Brandão, 2020), seja no âmbito econômica, social e/ ou ainda diretamente relacionada aos aspectos relacionados ao acesso à educação, a saúde, a geração de renda, entre outros. Dialogando com Silva (2022, p. 64), entendemos que o quilombo é uma organização, e o “Estado é obrigado a realizar reparação e assegurar que para esse grupo, a terra símbolo, há ali sentimentos envolvidos a partir da territorialidade”. Ressaltando as relações humanas e sociais são partes integrantes do exercício da liberdade em sua estrutura no qual o pensamento de Amartya Sen é fundamentado (Zambam, 2014). Silva (2022, p. 17), afirma que “a política de regularização fundiária dos quilombolas permite, que, se estabeleça uma política de reparação dos direitos humanos, de reforma agrária e de ordenamento fundiário”.

Para entender como é o processo que reconhece um território como um quilombo ou uma comunidade remanescente de quilombo a imagem 1, traz um organograma em que mostra as etapas em termos burocráticos que a comunidade quilombola enfrenta juridicamente para conquistar a posse e titulação da terra. Não é um processo rápido e deve passar por vários estudos antropológicos que comprovem a sua origem, é preciso também passar por instituições que reconhecem esses territórios como a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Incra que são os principais órgãos que emitem as certidões necessárias. Almeida e Nascimento (2022, p. 951) trazem que “o processo de regulamentação de uma terra quilombola é burocrático e lento, pois ele abarca ao menos cinco etapas: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e, finalmente, a titulação das terras”. Ver imagem a seguir (abaixo).

**Imagem 1:** Organograma do processo de titulação de territórios quilombolas no Brasil

Fonte: Monteiro (2012 *apud* Santos 2018, p. 82).

A Corregedoria Geral da Justiça da Bahia, por meio do Núcleo de Regularização Fundiária, elaborou uma cartilha intitulada: “*Os Caminhos para a Titulação do Território Quilombola*” em setembro de 2023, esta cartilha traz de maneira simplificada cada passo para chegar a titulação. Com isso entendemos que para que se inicie o processo de certificação é preciso que a comunidade que estar em situação de conflito dê o primeiro passo que é a **abertura do processo** na Superintendência do Inra local, que no caso específico dos quilombolas requer normativas a seguir diferentes do processo da reforma agrária.

A auto definição ou **auto-reconhecimento** como remanescente quilombola onde há o resgate histórico da identidade coletiva, tendo a consciência grupal como principal critério de aceitação étnica, ou seja, ela corresponde em aceita-se quilombola, perceber no resgate das memórias individuais e coletivas os traços de herança cultural e comportamental que afirmam tal reconhecimento. A partir daí, inicia o processo de **certificação da Fundação Palmares** que corresponde ao reconhecimento da comunidade como quilombola, para isso requer comprovantes de reuniões, de atas, de documentos, relatos históricos e laudos técnicos que comprovem a descendência, a certificação deverá

ser publicada no Diário Oficial, correspondendo ao Cadastro Geral de Remanescentes de comunidades Quilombolas.

A **Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID**, corresponde a parte do processo em que é realizado uma investigação técnica sobre todo o território, aspectos culturais, ambientais, econômico, modo de vida, no caso em estudo: o Quilombo do Bonfim, por ser uma propriedade particular, foi identificado a extensão original da propriedade em aproximadamente 500 ha., ou seja, é um levantamento fundiário. Ou seja, é um processo de investigação que precisa de vários documentos, registros e evidências que comprovam a ancestralidade quilombola. Essa investigação é realizada por uma equipe especializada do Incra. Após conclusão é realizada a publicação do RTID no Diário Oficial da União e posteriormente para as esferas de consultas com diferentes órgãos e entidades que vão validar as informações e interessas e a notificação aos proprietários. A partir daí vem a etapa da **Portaria de Reconhecimento** que encerra a investigação de identidade e limite do território quilombola. Por se tratar de um processo jurídico pode haver contestação da parte dos posseiros.

Em seguida a próxima etapa é a do **Decreto de Desapropriação por Interesse Social**, vem da presidência da república e é feito a análise do valor da propriedade para posterior indenização aos posseiros para desocupar a terra. Com a desapropriação fica assegurado que o território é quilombola e que pode fazer uso dos recursos, é como uma garantia que não haverá mais conflito pela terra. A **Titulação** vem determinar a posse da terra em nome da associação dos moradores, vedando a possibilidade de venda, ou seja, é o documento final para poder ser registrado em cartório. Como será apresentado no tópico: **4- Conhecendo a Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim-Areia/PB:** memórias, lutas e a liberdade sob a visão da pesquisa etnográfica, a titulação vai corresponder em mais duas fases, uma é a Concessão de Direito de Uso Real, é como se fosse um título provisório para poder receber o título oficial e acontecer o registro do território em cartório no nome da associação da comunidade quilombola.

Como apresentado na imagem 1, o processo legal para que os quilombolas tenham seu território reconhecido judicialmente, envolve uma série de etapas, o que requer orientação, organização e na maioria das vezes precisa contar com o apoio de entidades não governamentais para norteá-los. A Fundação Cultural Palmares é um órgão federal encarregado de emitir a Certidão de Auto-reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo e, desta forma, passa a ser reconhecida legalmente como comunidade quilombola. É importante observar o território que a comunidade ocupa têm relações diretas com os antigos quilombos de escravos.

Na maioria dos casos é a partir dessa certificação, que os moradores das comunidades passam a ter direito a benefícios sociais, tais como: participação nos programas federais Minha Casa, Minha Vida Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o CRAS Quilombola (Brasil, 2023), entre outros programas de políticas que podem ser acessadas. É importante lembrar que os programas citados são exemplos de políticas públicas, mas não exclusiva para quilombolas, porém, dependendo da política e da chamada pública os quilombolas estão entre os grupos prioritários. Esse processo é feito também entre os quilombolas, pois eles precisam se auto reconhecerem como descendentes de negros que no passado foram escravizados. Já o Incra, é o órgão responsável pela regulação do título da terra, tem dentre outras funções a demarcação do território, indenização da terra aos antigos proprietários (isso no caso principalmente nas comunidades remanescentes) e com isso a posse legal da terra. Conforme Brasil (2007) por meio do decreto 6.040 de 2007 em um de seus objetivos propõe garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social.

Almeida e Nascimento (2022, p. 952) trazem que a “titulação é sinônimo de dignidade, cidadania e preservação da cultura negra, além de fornecer segurança jurídica, apaziguando até mesmo conflitos armados”, o que mais uma vez reforça a importância do acesso à terra como um elemento indispensável para acesso às políticas de reconhecimento e reparação das questões sociais que a envolve.

É importante destacar que quando uma comunidade quilombola está nesse processo de apropriação e titulação da terra é decidido conjuntamente sobre a divisão da área, em sua maioria o território não pertence às famílias de modo individual, mas de forma coletiva pertence ao quilombo sendo assim as áreas (lotes) definidas por família não pode ser vendido e vai dando continuidade as novas gerações de descendentes. O Decreto nº 4.887, de 2003, traz o Incra como um órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos (Brasil, 2003).

Segundo Gomes, Madeira e Brandão (2020, p. 320):

A implementação das políticas setoriais e políticas específicas de promoção da igualdade racial para povos e comunidades tradicionais, as abordagens formais da questão racial, mesmo na agenda dos direitos humanos, não conseguem alavancar a promessa da Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial (Icerd) e da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Podemos perceber mais uma vez a importância da discussão sobre as políticas públicas para as comunidades quilombolas, amparadas por questões legais na promoção do acesso a políticas que minimizem as desigualdades existentes. Na dissertação de Silva (2022) com título: “*MULHERES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS DE LUTA NO TERRITÓRIO TRADICIONAL DE CRUZ DA MENINA, DONA INÊS – PB*” (2022, p.77) destaca que as mulheres quilombolas “têm a concepção de que não acessam os direitos humanos como deveriam” e acrescenta que “há uma precariedade quanto à oferta de acesso a bens e serviços por parte das entidades públicas, que contribuem para viver com dignidade” na comunidade quilombola. Sendo entendido que se no recorte de uma política pública e social de gênero não se faz ou reconhece seu acesso, pouco se pode afirmar em uma política universal que contemplem tais necessidades.

As promoções de políticas para o desenvolvimento sustentável, estão propostas como incentivos através de custeios para as comunidades tradicionais. Elas reivindicam acesso a direitos e políticas públicas que sejam capazes de realizar reparação histórica de desigualdade e injustiça social (Arruda et al., 2021, p.73), outra maneira pela qual está ligada a superação das desigualdades é o combate ao racismo, que muitas vezes age no corpo das instituições públicas e privadas e inclusive traz invisibilidade a necessidade de iniciativas governamentais (Gomes, Madeira; Brandão, 2020). O que significa que o racismo se apresenta de modo institucional, ambiental e estrutural, com isso, Moraes e Jayme (2017) acrescentam que as “políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e da diversidade cultural” também são ferramentas de combate às desigualdades sociais em que esta população é exposta.

Alguns temas que foram encontrados nos debates sobre a discussão de políticas públicas para as comunidades quilombolas que são de uma natureza social na construção, implantação e desenvolvimento de políticas que apresentam meios de combater/minimizar as desigualdades formam eixos de discussão que estão no quadro 2.

**Quadro 2:** Temas em debates na política pública

Território	Cultura afrodescendente
Igualdade racial	Justiça racial
Desenvolvimento sustentável	Etnodesenvolvimento
Segurança alimentar e nutricional	Geração de trabalho e renda
Igualdade de gênero	Protagonismo feminino

**Fonte:** Elaboração da autora desta pesquisa (2024).

Para que o território e o modo de vida quilombola sejam respeitados e, para que os fatores que tornam precária as vidas nos quilombos consigam ser ressignificados é preciso que haja a representatividade negra nos espaços de poder, pressionando as políticas públicas à desenvolverem estratégias de empoderamento, bem como o reconhecimento dessa população (Arruda, et al.; 2015). Para Almeida e Nascimento (2022, p. 947) “às comunidades quilombolas acreditam que o resgate da identidade, a inclusão social e o respeito à sua cidadania iniciam-se com a conquista da terra”. Mais uma vez, reforçando que a titulação de posse da terra para os quilombolas é uma porta de entrada das demais políticas públicas que englobam a discussão de uma tentativa emancipatória de combater as diferenças sociais que são atribuídas a desigualdade existente em nosso país. Arruda et al., (2021, p. 570) acrescenta que “os territórios quilombolas são cercados de desafios e potencialidades”. Devemos entender a economia solidária como combate à desigualdade e enfrentamento da pobreza de modo que sua organização se torne um trabalho emancipatório, cuja geração de renda tenha ações objetivadas a um grupo e a um local determinado (Carneiro, 2012). Portanto, os quilombolas são grupos e têm local determinado para desenvolver suas escolhas produtivas e sociais.

No tocante às potencialidades produtivas desses grupos sociais, podemos entender a partir de Tárrega (2022, p. 49) que “a economia quilombola desenvolve-se majoritariamente no domínio da economia solidária”. Desta forma, este segmento de economia deve ser tratado como uma política nacional, fazendo parte da pauta de discussão da etnografia como um traço de comércio já pertencente aos grupos étnicos presente na sua cultura.

Os autores Marin e Diniz (2015, p. 68) chamam atenção para “a falta de participação dos quilombolas na elaboração, planejamento e efetivação dos programas/políticas que lhes deixam vulneráveis às mediações dos políticos locais responsáveis pela chegada dos serviços”. Uma vez que a política pública destinada aos quilombolas deve apresentar uma dimensão que vislumbre um caráter emancipatório e não assistencialista, só assim conseguirá romper os traços de desigualdade social e econômica e racial que leva a vulnerabilidade presente na maioria desse grupo de nosso país. Finalizamos esse subtópico com a compreensão apresentada por Piana (2009, p. 50) acerca de que “as políticas sociais devem ser defendidas como instrumento estratégico das classes subalternas na garantia de condições sociais de vida”, considerando que o tratamento dado historicamente aos negros escravizados e seus descendentes requer para sua “emancipação humana e a luta organizada para a conquista da emancipação política”

(Piana, 2009, p. 54) que pode e são caminhos de defesa e busca de combate às desigualdades que sonda a população quilombola.

Consideramos que a discussão sobre políticas públicas para as comunidades quilombolas devem permanecer, pois se trata de uma questão social. Estes povos se configuram historicamente à margem da sociedade e mesmo a raça negra encontrando espaços nas políticas públicas como o exemplo de cotas, direito ao voto, cidadania, entre outros direitos que foram conquistados a longo prazo, cabe mencionar aqui que os grupos de descendência de aquilombados em seus territórios são responsáveis por manter tradições, respeito com a terra, por um comércio justo, nas relações de trocas e que foram protagonistas em momentos de fomento econômico trabalhando nos plantios e que hoje merecem o protagonismo de suas conquistas por meio do combate à desigualdade socioeconômica. Ainda na perspectiva do discurso sobre as políticas públicas direcionadas exclusivamente para a população quilombola, o próximo tópico busca apresentar os principais decretos e iniciativas da política pública para os povos quilombolas.

## **2.2 Agenda Política de Governo e Estado para as Comunidades Negras**

Aqui destacamos como marco legal os decretos que tratam das políticas públicas destinadas à população negra, especialmente, as principais iniciativas voltadas para comunidades quilombolas, podendo observar que tais políticas foram desenvolvidas durante os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O decreto nº 4.886/2003, referente à implantação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), tem dentre seus objetivos o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, de modo a assegurar aos remanescentes das comunidades dos quilombos a propriedade de suas terras e combater a desigualdade racial, entre as ações estão em Brasil (2003, p. 8) que:

I) apoio às comunidades remanescentes de quilombos; II) incentivo ao protagonismo da juventude quilombola; III) apoio aos projetos de etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas. Ele foi elaborado para ser uma política que funcionasse como um “articulador” dos diversos atores sociais, públicos e privados, para a consecução dos objetivos de reduzir, até sua completa eliminação, as desigualdades econômico-raciais.

O decreto nº 4.887/2003, aponta a regulação dos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por

remanescentes de quilombos (Brasil, 2003, p. 10). Neste decreto, observamos a indicação dos procedimentos administrativos, bem como os órgãos responsáveis por cada etapa. Notamos também envolvimento de mais de um ministério nesse processo, bem como a indicação de que não é só reconhecer o território, mas é criar condições por meio de um plano de etnodesenvolvimento, apontando os ministérios e secretarias responsáveis por projetos que vão da infraestrutura à saúde, da educação à geração de renda da população quilombola que se encontra nos territórios. Anterior a este decreto, houve no ano de 2001 outro decreto de nº 3.912/ 2001 que regularizou os procedimentos administrativos para chegar a titulação da terra onde foi revogado e substituído pelo decreto nº 4.887/2003.

O decreto nº 6.040/2007 reconhece nesses povos a sua capacidade de gerirem sua economia, valorizando a sua cultura local, é conhecido como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Dentre seus princípios e objetivos desta política destacamos, conforme Brasil (2007, p. 4) que:

Da pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas; II) fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação; III) apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Fica expresso nessa política a discussão trazida neste trabalho com pontos específicos como o direito à terra, a preservação da identidade, cultura, costumes, valorização da participação social, estímulo à geração de renda a partir das tecnologias sociais e sustentáveis.

Houve também a criação do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais através do decreto 8.750 de 2016 com finalidade de investigar, identificar, criar espaços de diálogo como conferências para tratar dos temas e demandas de interesse das comunidades quilombolas, dentre seus ideais apresentados por Brasil (2016, p. 39) estão:

Estimular a criação de ações para a melhoria de pesquisas estatísticas que visem a identificar e a dar visibilidade aos segmentos de povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de outros institutos, censos e pesquisas, e acompanhar o andamento destas pesquisas junto aos Ministérios e aos órgãos afins.

Com uma visão mais atualizada após o novo Governo do presidente Lula, temos a criação do Programa Aquilomba Brasil pelo decreto nº 11.447 de 2023, com a finalidade

de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País (Art. 1º). Dentre os ideais, Brasil (2023, p. 23) estão presentes:

O estímulo a segurança e soberania alimentar pelo fomento à agricultura familiar quilombola e a incluso produtiva” e “implementar políticas públicas destinadas à juventude quilombola, especialmente para a inclusão de jovens quilombolas nos espaços de governança.

Esses dois objetivos do novo programa foram trazidos pois estão citados no Quadro 2. Deve ser de interesse público e por meios de estímulos para a agricultura familiar que é garantido uma segurança alimentar e nutricional tanto para a população que produz o alimento como aquela população que tem acesso aos alimentos por meio dos circuitos curtos de comercialização e consumo. Destacamos que a participação da juventude não só nos espaços de governança, mas como sucessão no meio rural, a juventude quilombola deve ser imersa na tradição e costumes que garantam os traços da territorialidade se perpetue nas gerações futuras. Cabendo aqui a ideia do desenvolvimento e etnodesenvolvimento sustentável do qual mais adiante traremos essa discussão. O programa ainda traz a proposta da criação e implantação do programa nacional de gestão territorial e ambiental quilombola que foi formado pelo Decreto Nº11.786 do mesmo ano.

**Quadro 3: Principais Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas**

<b>MARCO REGULATÓRIO</b>	<b>MINISTÉRIO RESPONSÁVEL</b>	<b>ÓRGÃO COMPETENTE</b>	<b>DO QUE TRATA</b>
Decreto nº4.887/2003	Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA;	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA,	Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras
	Ministério da Cultura	Fundação Cultural Palmares	Responsável pelo laudo antropológico e preservação da cultura remanescente
	Presidência da República	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Garantir direitos étnicos e territoriais
Decreto nº 6.040 de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT	Ministério de Direitos Humanos e Cidadania	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Do reconhecimento e incentivo a geração de renda e participação social por práticas sustentáveis de desenvolvimento
	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Sistema Nacional de Segurança alimentar - Sisan	“Da segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”
	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Incra - Funai	Preservação das áreas nativas.

Decreto n° 11.447/2013 Programa Aquilomba Brasil	Ministério da Igualdade Racial.	Intersetorial	Programa com quatro eixos temáticos: acesso à terra e território; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e etnodesenvolvimento local; e direitos e cidadania.
---	---------------------------------	---------------	---

**Fonte:** Elaboração da autora (2024).

O quadro 3 (acima), buscou trazer uma síntese das principais políticas públicas destinadas à população quilombola. Explicitamos ainda que são programas que com o passar do tempo buscam trazer melhorias e acrescentar mais ações. É perceptível que assuntos como de territorialidade, preservar a identidade e cultura, questões com o cuidado ambiental, a proposta de apoio ao etnodesenvolvimento, e a participação e controle social são pautas presentes nessas políticas.

## 2. 2.1 Pensamento sobre desenvolvimento e pobreza baseado nas liberdades substanciais de Amartya Sen

Para o estudioso Amartya Sen (2018, p. 64) “o processo do desenvolvimento tem uma parte central em superar problemas como a pobreza, necessidades como a de alimentação, a violação da liberdade política, ameaças que estendem ao meio ambiente e à sustentabilidade tanto econômica quanto social”. Isto é, esse processo de desenvolvimento é permitido pela expansão da liberdade, em que as pessoas são agentes onde suas forças individuais de liberdades são compromisso social. Sen (1993), aponta para a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos e dentre essas combinações estão o processo econômico e social, do qual as capacidades mais complexas estão a participação social e das liberdades de escolha (Sen, 1993).

As liberdades dependem das disposições sociais e econômicas e dos direitos civis, visto que “a liberdade é o que o desenvolvimento promove” (Sen, 2018, p.10). Fatores como pobreza, carência de oportunidades econômicas e destituição social, são ausência da liberdade substantiva, e por tratar de pobreza e dessa ausência de liberdade, Sen (2018) também nos lembra que quando nos referimos à pobreza, relacionamos a uma qualidade de vida, considerando que o aspecto econômico não é relacionado, por exemplo, ao não ter o que comer, mas como comer, o vestir, as necessidades mais comuns do cotidiano, ao acesso aos serviços públicos como infraestrutura e educação, é restringir a participação da vida social (Sen, 2018).

Amorim (2020, p.60) acrescenta que “além do desenvolvimento puramente econômico, outros fatores que colaborem para o desenvolvimento de uma sociedade”, e esses outros fatores se relacionam com as capacidades que os indivíduos e grupos, em nosso caso de estudo: as comunidades quilombolas, tem e acessam, sejam elas por oportunidade ou por busca.

Nos estudos de Santos (2018), ela aponta que após o reconhecimento, os quilombolas tiveram mais oportunidade de qualidade de vida, alcançando e buscando melhores condições de vida e independência. É importante destacar que os estudos de Santos (2018) estão direcionados a Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim, o trabalho citado foi direcionado às mulheres, porém estes elementos citados e investigados por ela contribuem para o entendimento neste contexto de investigação, tratando do território, da identidade, do gênero como fatores que colaboram nesta discussão sobre as capacidades das quais o pensamento sobre o desenvolvimento traz. Ressaltando também que a comunidade citada é o *lócus* desta pesquisa.

Essas capacidades são entendidas de modo original como um conjunto de “atividades e de modo de ser” que se relaciona a qualidade da vida (Sen, 1993, p. 48). Acrescentando ainda que a capacidade reflete a liberdade de escolher o modo de viver. Com esse pensamento de Sen (1993), vamos confirmando que a categoria, a dimensão do território, é refletida no “modo de ser” quando preservamos costumes, cultura de um grupo, uma comunidade.

A respeito do “desenvolvimento como liberdade”, Sen (2018) se refere ao agente livre e sustentável como uma condição que fortalece outras condições de agente. Sob essa percepção, Sen (2018, p.11) nos traz que “a contribuição de mecanismo de mercado é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca de palavras, bens, presente”, com isso o mesmo autor ainda traz o desenvolvimento como foco na qualidade de vida, o modo como se vive, não significa negar o fator econômico, mas enfatizar as capacidades que estão presentes nessas liberdades substanciais. E essa liberdade de troca significa também uma transação sem impedimentos, conforme entendimento desse desenvolvimento com liberdade trazido por Sen (2018).

Sen (2018, p. 74) assevera que “a privação da liberdade econômica pode gerar a privação da liberdade social, assim como a privação da liberdade social ou política, pode da mesma forma, gerar a privação da liberdade econômica”. Sen (2011, p. 83) ainda afirma que “a liberdade de escolha nos dá a oportunidade de decidir o que devemos fazer,

mas com essa oportunidade vem a responsabilidade pelo que fazemos na medida de nossas ações”.

Ao trazer essa perspectiva do desenvolvimento como liberdade, consiste em mostrar o processo do desenvolvimento, por uma abordagem de análise de vários aspectos e não apenas um único aspecto. Levando também em consideração a participação democrática nas esferas de decisão, mas a participação do indivíduo enquanto grupo e comunidade, garantindo uma participação política em várias dimensões de espaço decisório. Segundo Sen (2018, p. 48) “as liberdades substantivas incluem capacidades elementares, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, relaciona-se também ao saber ler, a ter participação social e política, dentre outras” que fazem parte do processo de expansão do desenvolvimento. Devido às grandes variedades de efetivações e ativos que um grupo pode acessar, pelas capacidades elas levam em conta os valores sociais envolvidos nesse processo de desenvolvimento (Sen, 1993), o mesmo autor trata que o combate à pobreza é avaliado pela qualidade de vida tendo como base as capacidades humanas das quais são discutidos problemas relacionados a desigualdade.

Dentro do que já foi apresentado sobre as desigualdades sociais, as condições para se obter desenvolvimento de modo a utilizar de autonomias, autogestão, liberdades de escolhas, do reconhecimento, da redistribuição, dos reparos que permitem o desenvolvimento pelas capacidades das quais são variadas, tudo isso são bases da discussão da Teoria da Justiça em que Amartya Sen, defende que promover a justiça é reduzir as injustiças e que é preciso identificar os arranjos sociais que determinem uma mudança social e, o modo como as pessoas vivem são fundamentais para a justiça (Sen, 2011). A ideia da justiça social busca avaliar as condições da natureza e de uma vida real, e ao alcançar as características da vida real não dispensa os elementos de caráter político e econômico, vemos assim que são elementos que estão em sintonia entre si. Outro ponto relevante é saber identificar o que é a justiça e o que são as injustiças, para poder então repará-la (Sen, 2011).

## 2. 2.2 Desenvolvimento sustentável

O discurso sobre desenvolvimento envolve muitas questões que estão relacionadas na maioria das vezes ao crescimento econômico e diante desse crescimento econômico muitas vezes atrelado ao capitalismo se torna um fator, um agente, que causa as desigualdades sociais e econômicas e ainda causa desequilíbrio ao fazer uso dos

recursos naturais sem o pensamento na geração futura. Azevedo, Ferreira e Andrade (2014, p. 5) compartilham deste pensamento ao trazerem que:

Superar os problemas sociais fazendo com que haja a participação do indivíduo, ao mesmo tempo em que há ‘desenvolvimento com liberdade’ e crescimento econômico é uma questão que perpassa por diversos tipos de interesses e que nem sempre são comuns a toda sociedade devido, justamente, a falta de outros fatores determinantes tais como educação, saúde, direitos civis e políticas públicas adequadas ao contexto local.

Podemos inferir que promover a subsistência de uma geração de grupo, com qualidade de vida, respeito às condições e características do meio ambiente não apenas em seus aspectos biológicos, mas, também ao espaço físico de caráter social, entendido assim como desenvolvimento e que este, causa a melhoria da qualidade de vida de todos os humanos que estão inseridos naquele ambiente, permitindo o significado de justiça social (Barbieri; Silva, 2011, p.70). Dentro das capacidades apresentadas por Basso, Delgado e Neto (2003) em seu artigo intitulado: “*Um estudo sobre a trajetória do desenvolvimento rural*”, quando traz o capital social como uma capacidade que as comunidades acessam em busca desse desenvolvimento, podemos relacionar as “suas características éticas, que são dotadas de especificidades seja no modo de produzir, na sua cultura e no seu contexto histórico, e nem sempre o que as comunidades tradicionais produzem são consideradas no processo de desenvolvimento” (Azevedo; Ferreira; Andrade, 2014, p. 61).

O desenvolvimento sustentável enquanto processo apresenta a gestão social como exercício de modo que a participação, capacidade de gerar parcerias e estímulos ao espírito empreendedor favoreçam a um planejamento do território, proporcionando a grupos e setores excluídos da sociedade serem participantes do poder (Arruda, et al 2015), permitindo aos grupos e comunidades a decisão de escolha de suas capacidades. O desenvolvimento é compreendido por Basso, Delgado e Neto (2003, p. 75) como “uma noção fundamentada na qualidade de vida das pessoas e dos grupos sociais envolvidos”. Já Marin e Diniz (2015, p.60) acrescentam que “o etnodesenvolvimento é uma noção política que no seu sentido mais direto é politizado por atos, ações e práticas dos agentes sociais”. Podemos assim entender que o desenvolvimento de um grupo não é um acontecimento isolado de modo individual, mas é um processo que envolve muitas ações que podem até partir de um contexto individual, mas que abrangem uma ação coletiva, sejam elas estimuladas por atores sociais externos ao grupo como também pelo estímulo

do indivíduo que pertence ao grupo, neste caso a um grupo étnico, tornando um agente social local.

Nesse sentido, Silva e Filho (2018, p.156), “a economia solidária é reconhecida como estratégia de desenvolvimento sustentável e de perspectiva territorial”. Afirmado ainda que a economia solidária “como prática de organização socioeconômica de sujeitos historicamente excluídos do acesso aos direitos fundamentais e ao trabalho como um direito, sendo inserida no debate de perspectiva sustentável do desenvolvimento”. Trazer as proximidades da economia solidária do desenvolvimento sustentável é reconhecer que o modo como os grupos e organizações que são da economia solidária estão comprometidos com as questões como, por exemplo, o trabalho, não só sob a perspectiva do emprego, da geração de renda, mas como uma superação das desigualdades socioeconômicas trazidas pelo capitalismo. Destacando o compromisso com o bem-estar do trabalhador, e este bem-estar do trabalhador se relaciona com o modo de vida, costumes, tradições que são características próprias do local. Por tanto, a economia solidária caminha junto ao desenvolvimento sustentável e também com os grupos étnicos.

Araújo (2022, p.11), corrobora com essa discussão ao afirmar que as organizações fundamentadas na autogestão, cooperação e solidariedade como parâmetros gerais de produção e inserção social, são respostas dos setores mais marginalizados da população a um modelo de desenvolvimento que causa exclusão social. A economia solidária ela passa a ter um vínculo direto e amparado na política pública como uma estratégia para o desenvolvimento a partir de sua inclusão no Programa Temático de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária do PPA de 2012-2015 no qual envolveu mais de um ministério, com o intuito de superar a pobreza a partir da abordagem territorial (Silva; Filho, 2018).

Desse modo, Carneiro 2012 (p. 58) defende que “a economia solidária não pode ser analisada somente como um fenômeno econômico, mas deve ser também analisada a partir dos diferentes entendimentos sobre sua prática e da ideia de projetos políticos”. Isto é, a “economia solidária representa um movimento político de contestação às desigualdades” (Carneiro, 2012, p. 25). Desta forma, podemos perceber que a economia solidária enquanto movimento se torna formativo, tem suas características emancipatórias, que busca através dos fóruns, eventos, feiras, destinar espaços para o debate das necessidades de seus vários seguimentos como forma de não priorizar um único grupo, mas de envolver a todos nas principais demandas, com isso busca romper, diminuir as desigualdades existentes, sejam elas de gênero, classe. Essa emancipação faz parte dos contextos sociais e políticos.

### 2.3 Etnografia e etnodesenvolvimento e economia solidária associado às capacidades

Falar sobre etnografia exige uma construção de saberes que envolve não apenas os tipos de etnias, mas também questões relacionadas ao reconhecimento de suas particularidades, história, cultura dentre outros. Para aproximar o diálogo é preciso romper diferenças sejam elas estruturais em aspectos internos e externos a grupos e comunidades. Para os autores Marin e Diniz, 2015 (p. 64) a etnografia consiste em um “trabalho de campo que permite compreender como surgem estratégias de resistência para a permanência no território” e mais adiante nos mostra a *etnoterritorialidade* referente à percepção da noção de espacialidade socialmente construída e vinculada a uma identidade coletiva (Marin; Diniz, 2015). Com isso o etnodesenvolvimento se torna uma dimensão capaz de promover o desenvolvimento de grupos étnico-racial, é entendido por Amorim, Nascimento e Tárrega (2020, p. 616) como sendo “necessário encontrar o equilíbrio entre a terra e o desenvolvimento”. Desta forma, “o etnodesenvolvimento como uma forma de manter a identidade e a essência dos conhecimentos e modo de vida dessas comunidades que sofrem com diversas imposições do sistema hegemônico na sociedade”. Além disso, se caracteriza por resguardar a natureza e a valorização da sua cultura (Amorim; Nascimento; Tárrega, 2020, p. 621). Compreender que um processo é profundamente político e se relaciona com a consciência da necessidade de um coletivo. Significa dizer que o debate sobre etnodesenvolvimento de comunidades e territórios quilombolas (Rodrigues, 2017), envolve os aspectos de desenvolvimento e em especial na etnografia já nos remete a um olhar voltado às políticas sociais para a população em questão. Para o reconhecimento dos povos tradicionais faz necessário o fortalecimento das relações sociais, políticas e de mercado (Azevedo; Ferreira; Almeida, 2014, p.10).

Neste sentido, para promover a comunidade quilombola além das reivindicações políticas é preciso olhar as necessidades econômicas que envolve este grupo étnico, destacando a autonomia desses povos como foco principal do etnodesenvolvimento permitindo manter sua cultura e forma de vida (Amorim; Nascimento; Tárrega, 2020). Essa autonomia da qual favorece o desenvolvimento das terras quilombolas é imprescindível ao processo de titulação de terras quilombolas trazendo consigo o símbolo da resistência desses grupos (Almeida, Nascimento, 2022, p. 556). Para elaborar e construir um projeto que tenha como foco o etnodesenvolvimento de comunidades e territórios quilombolas, é preciso respeitar e evidenciar a autonomia e a consciência de coletivo sobre sua visão de mundo com base na sua identidade, além da compreensão de que é um processo político (Marin; Diniz, 2015, p. 61).

Nessa perspectiva, Rodrigues (2017, p. 69) destaca que “as realidades observadas em comunidades quilombolas são diversas e incoerentes” e completa: “políticas públicas concretas para as comunidades quilombolas apontam para uma contra postura aos discursos anunciados pelo governo”. O interessante nessa fala é que esse discurso está relacionado a programas de política pública ainda no ano de 2012 e já enfrentava restrições quanto a sua efetividade. A produção científica possui inegável papel na orientação das políticas públicas bem como outros organismos multilaterais como a mídia e decisões ideológicas, permitindo um outro caminho de informação (Galvão; Ricarte, 2019). Na atual conjuntura, se tem uma expectativa que com a criação do Ministério de Povos Originários e o Ministério de Igualdade Racial haja o cumprimento devido e implantações de políticas públicas que evidencie um olhar para essa população e que incorpore dentro da pauta da etnografia os povos indígenas, ribeirinhos, ciganos e comunidades de matriz africana e como objeto de estudo nesta pesquisa, isto é, os quilombolas.

O etnodesenvolvimento considera novas alternativas de modelos econômicos que trazem outra proposta, na qual a natureza encontre um suporte imprescindível e sustentável, qual seja de preservar o meio ambiente e os valores culturais das sociedades que o integram (Amorim; Nascimento; Tárrega, 2020, p. 621). Com isso, as autoras Veiga, Nascimento e Lianza (2015, p. 179) abordam que:

O conceito de etnodesenvolvimento apresenta uma concepção de desenvolvimento que mantém a etnicidade como diferencial sociocultural de uma sociedade, de forma a reconhecer os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais das populações, considerando fundamentais os aspectos de respeito e valorização das identidades étnicas e de suas formas de organização.

A sustentabilidade se promove através do desenvolvimento local em que a capacidade de autogestão é disseminada pela cultura e conhecimentos dos povos de comunidade tradicional de modo que a mesma “consiga evoluir produzindo de forma autônoma”, sendo esta a principal característica do etnodesenvolvimento (Azevedo; Ferreira; Almeida, 2014). Assim, o processo de autogestão das comunidades quilombolas se faz pelo reconhecimento da diversidade cultural destes povos, tornando esse processo importante para o etnodesenvolvimento (Veiga; Nascimento; Lianza, 2015).

Carneiro (2012) apresenta a economia solidária como destaque na autogestão, na cooperação e na solidariedade, considerando que estes três princípios ou mesmo seu conceito variam de acordo como os diversos atores / agentes sociais apresentam, seja na

formação técnica ou na articulação política. Carneiro (2012, p.14) ainda acrescenta que a economia solidária é apresentada e reconhecida por vários vieses, dentre eles o da desigualdade pois “é realizada por uma parcela da população que não conseguiu se inserir no setor formal da economia”. Inclui-se também o viés da diferença que é apontado pela “diversidade de práticas sociais” atrelado à diversidade cultural que permite relações econômicas sem restringir as relações sociais e culturais do grupo social (Carneiro, 2012). Podemos enfatizar aqui que as relações existentes dos grupos étnicos, com destaque às comunidades quilombolas, e a economia solidária como uma realidade que busca superar a pobreza e a desigualdade destes povos de forma a conduzir o desenvolvimento do território são práticas de autogestão e autonomia dentro de suas escolhas.

A economia solidária nas comunidades quilombolas é tida como estratégia para o etnodesenvolvimento, pois possibilita além da geração de renda, o respeito e reverência ao permitir que outros povos adentrem não só ao espaço físico do quilombo, mas à imersão na cultura (Costa et al., 2023). Segundo Azevedo, Ferreira e Almeida (2014, p. 10), “o fato do Etnodesenvolvimento ter um foco local não significa que deva existir uma separação ou isolamento da sociedade em geral”, sendo demonstrado assim a importância da presença de outros atores sociais nesse processo.

Para Arruda et al., (2015, p.165) a “economia solidária é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital”, reforçando a ideia já apresentada neste trabalho sobre o entendimento do desenvolvimento que mede outras questões que não apenas o crescimento econômico. Costa et al. (2023, p.3) acrescentam que “as comunidades quilombolas devem se propor uma economia forte e solidária, dotada de sentimentos e símbolos que adequa não só ao fator econômico, mas, o social e histórico”. Para o etnodesenvolvimento, a economia solidária pode ser tida como uma “prática social e inovadora, pois estimula o grupo étnico a desenvolver experiências de gestão e autonomia referenciadas na sua história, cultura e ecossistemas, além de permitir o diálogo (a dialogicidade) com os atores sociais (Marin; Diniz, 2015, p.71) que buscam contribuir com o desenvolvimento da comunidade. No sentido da relação analítica da economia solidária junto ao etnodesenvolvimento, pode ser associado ao pensamento de Carneiro (2012) ao analisar a economia solidária a partir de diversas dimensões que além da visibilidade da diversidade e multiplicidade das práticas sociais, revela e dá sentido na formação de sujeitos políticos, evidenciando assim uma das capacidades que promovem o desenvolvimento neste grupo étnico.

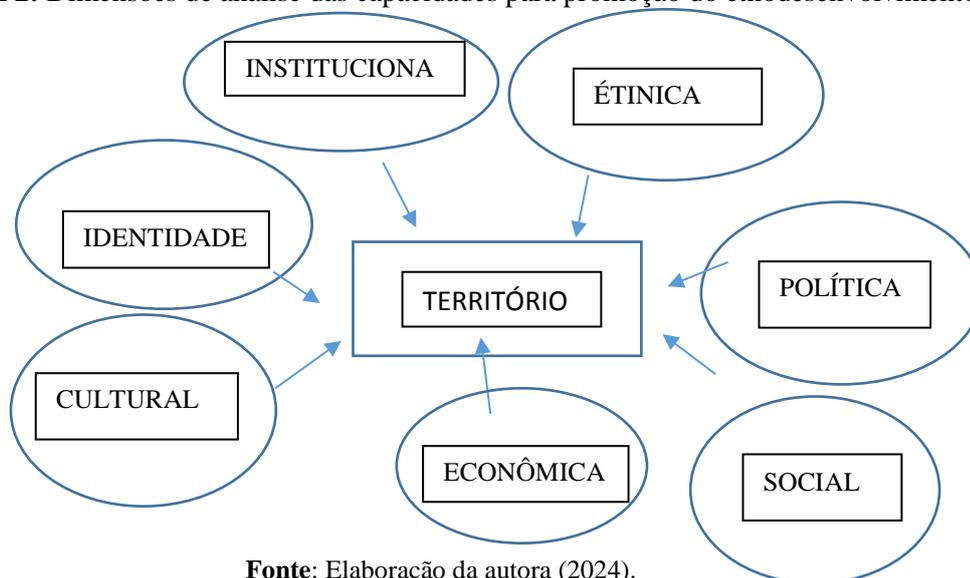
A comunidade remanescente de quilombo Senhor do Bonfim- Areia/PB, possui suas atividades econômicas oriunda da agricultura familiar, em seu processo de

reconhecimento territorial tal atividade foi resgatada com a prática do cultivo de hortas. Como destaca Santos (2020, p. 72) “a comunidade, após o reconhecimento, continua com essas práticas e buscam ampliar cada vez mais graças aos incentivos advindos após ser intitulada Comunidade Negra Senhor do Bonfim”. Resgatar as práticas da horta representa além da relação com a terra que as comunidades tradicionais normalmente possuem, como diante do contexto histórico da relação de sujeição aos antigos donos da terra, representa uma escolha, uma autonomia para decidir como e com o que trabalhar.

Nesse aspecto a etnohistória dos grupos trazem na sua trajetória a recuperação de aspectos culturais e identitários, dos quais há diversos interesses em se apropriar do solo e dos recursos naturais para a elaboração de programas e projetos que tornem um canal para o desenvolvimento daquele grupo, e a participação dos agentes sociais nesse processo são evidentes (Marin; Diniz, 2015). As comunidades quilombolas rurais desenvolvem formas de manejo dos recursos naturais de modo particular, pois suas percepções e representações em relação ao mundo natural e cultural são marcadas pela ideia harmônica de associação com a natureza e seus ciclos, tendo a reprodução cultural e social, como visão principal desta relação que não visando diretamente o lucro (Costa et al., 2023).

Para interpretar as abordagens trazidas aqui e que envolvem todo o processo que uma comunidade remanescente de quilombo enfrenta, desde o início da identificação ao reconhecimento do território, e em seguida do reconhecimento do território para o desenvolvimento da comunidade foi elaborado uma imagem que traz em dimensões as principais capacidades que serão analisadas como promotoras do etnodesenvolvimento. (Ver imagem 2, abaixo).

**Imagem 2:** Dimensões de análise das capacidades para promoção do etnodesenvolvimento

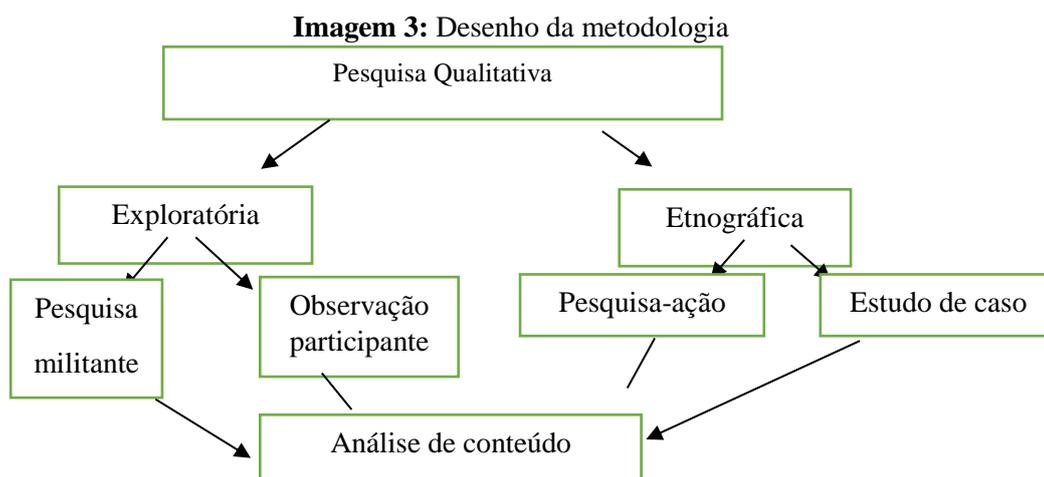


**Fonte:** Elaboração da autora (2024).

A imagem 2(acima), busca apresentar de modo visual as dimensões que serão investigadas nesta pesquisa, trazendo sete dimensões das quais uma se destaca que é a dimensão do território. As demais dimensões, estão com uma seta apontada para a dimensão central do território que hipoteticamente nos diz que as outras dimensões elas existem, pois, o território possuem condições geográficas e imateriais das quais essas dimensões se interagem na percepção e construção das capacidades e ativos que promovem o etnodesenvolvimento do quilombo. Ao mesmo tempo assemelha-se com as discussões sobre a política pública onde iniciamos o debate trazendo que o reconhecimento e a titulação do território são a porta de entrada para o acesso a outras políticas. No caso da imagem 2, trazemos as dimensões de análises das capacidades e ativos que traremos na investigação desta pesquisa.

### 3 Percurso Metodológico

O caminho metodológico aqui proposto foi pensado para empreender de forma participativa na construção de um percurso de pesquisa e vivência para que torne a escrita fluída. Para esta pesquisa foi pensado um desenho metodológico que aborda a pesquisa de natureza qualitativa, de aspecto exploratório, com elementos de pesquisa ação, na qual a pesquisadora vivencia o universo investigado e pesquisa militante uma vez que sendo integrante da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES). Envolve-se nas discussões da economia solidária e nos espaços de representação. Além de tratar de uma pesquisa etnográfica por estar em uma comunidade tradicional quilombola. Já para a coleta de dados utilizamos da observação participante onde será adotado a prática do diário de campo. O desenho/esquema 1 da pesquisa busca apresentar de forma visual a metodologia a ser aplicada.



**Fonte:** Elaboração da autora desta pesquisa (2024).

Para discutir a natureza da pesquisa é apresentada a conceituação, a aplicabilidade da pesquisa qualitativa e o porquê de utilizá-la para chegar aos objetivos deste trabalho. A pesquisa qualitativa possui uma experiência pessoal baseada na percepção e compreensão humana, permitindo significado ao raciocínio e da intuição para que possam através dos experimentos aperfeiçoar as teorias (Stake, 2001). Stake (2001, p. 24) ainda assevera que “a investigação qualitativa é interpretativa, experiencial, situacional e personalística” o que expressa o fundamento científico para expressar a experiência que vem sendo construída na relação de interação com o sujeito da pesquisa que neste caso em específico é uma comunidade quilombola por meio das ações de pesquisa e extensão acompanhados por membros vinculados à Incubes. Neste caso, para Yin (2016, p. 26) “a pesquisa qualitativa ela permite a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla

variedade de tópicos, incluindo seus favoritos, em termos simples e cotidianos”, colocando em evidência a proposta da identificação e análise das capacidades e dimensões que foram estudadas no nosso objeto de pesquisa. A pesquisa qualitativa traz uma amplitude de diagnósticos, percepções, entendimento.

Por tanto, Stake (2011) aborda que a pesquisa qualitativa possui características especiais em seu estudo em que uma delas é a característica de modo interpretativo pois: “ i) fixa-se nos significados das relações humanas; ii) os pesquisadores se sentem confortáveis com os significados” e aqui já vamos direcionando para o significado dos vários atores e ativos que estaremos em contato durante esta pesquisa e iii) “este estudo reconhece que as descobertas e os relatórios são frutos de interação entre pesquisador e os sujeitos”. Em concordância o pensamento de Yin (2016, p. 28) apresenta outras características da pesquisa qualitativa que fundamenta o uso de sua abordagem para este estudo:

I) estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; II) representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo; III) abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; IV) contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e V) esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

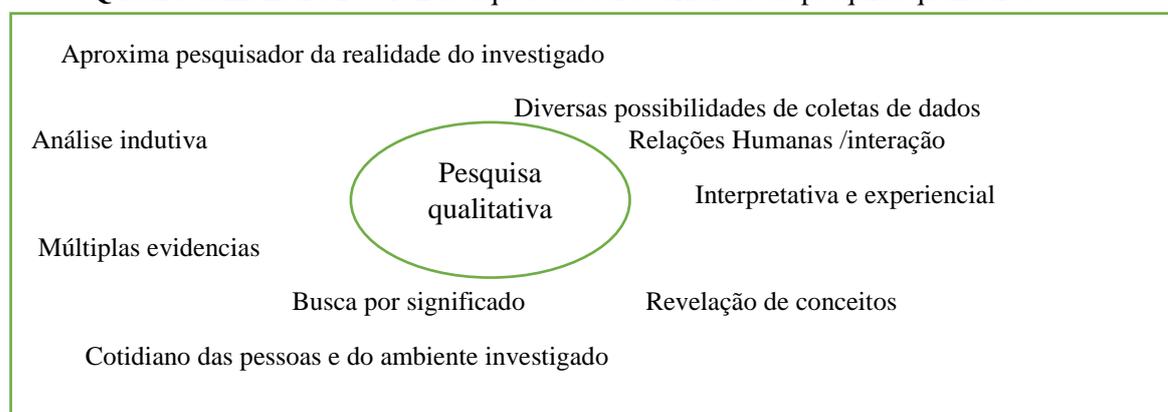
Ainda sobre as características da pesquisa de natureza qualitativa Teixeira e Pachêco (2005) eles trazem elementos semelhantes e acrescenta que: I) é por meio do trabalho intensivo de campo, que o pesquisador mantém o contato direto com o ambiente e a situação a ser investigada; II) os dados coletados trazem uma série de acontecimentos, entrevistas, transcrições dentre outros; III) verificar como se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas o problema investigado; IV) é uma busca pelo significado da maneira como os participantes encaram as questões que estão sendo focalizadas na investigação; V) a análise de dados passa a ser um processo indutivo.

Como a presente pesquisa investigou as capacidades e ativos que uma comunidade quilombola acessa para a promoção do desenvolvimento sustentável, recorrendo ao uso da oralidade que narraram acontecimentos importantes para a comunidade quilombola investigada, bem como a outros registros documentados que ajudam a concretizar as informações, entendemos que a natureza da pesquisa segundo Yin (2016, p. 28) ajuda a fundamentar o seu uso, pois, “a pesquisa qualitativa é guiada por um desejo de explicar acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes”. Stake (2011, p. 66) acrescenta que “a pesquisa qualitativa se baseia muito nas percepções interpretativas

feitas durante todo o planejamento, a coleta de dados, a análise e a elaboração do texto do estudo”. Ou seja, além disso aponta as principais características da pesquisa qualitativa evidenciando os traços pelos quais foram levados em consideração para adotar essa natureza de pesquisa, ao mesmo tempo que já vai deixando as evidências do uso da etnografia, pois há visibilidade predominante de que a vivência do cotidiano do pesquisador junto ao ambiente pesquisado permite diversos recursos e meios de obter a coleta de dados, que aqui, de modo especial esses dados foram tratados como um conjunto de informações, das quais foram construídas e organizadas junto ao quilombo, onde a vivência do campo foi validando as informações das quais eram obtidas.

Em síntese neste capítulo, trago no quadro 4 das características que se destacam na abordagem qualitativa percebida nesta discussão:

**Quadro demonstrativo 4:** Destaques das características da pesquisa qualitativa



**Fonte:** Elaboração da autora (2024).

O estudo etnográfico faz parte da abordagem qualitativa, permitindo dentro daquilo que foi evidenciado das características da abordagem apresentada, que trata da vivência do pesquisador no ambiente pesquisado e a interação das relações humanas, cultural do grupo a ser inserido. Creswell (2014, p.82) defende que na etnografia o “significado do comportamento, a linguagem e a interação entre os membros do grupo que compartilha uma cultura”, sendo não apenas o fator cultural mais a evidência comportamental no meio social. Para que se tenha um entendimento do grupo quanto a sua crença, cultura, forma de se relacionar com as pessoas, tudo isso é permitido por meio da etnografia, pois a observação, o contato direto no campo, permite uma inovação quanto sua interpretação a ser revelada, ou seja, compartilhada. Neste sentido Veiga, Nascimento e Lianza (2015, p. 181) acrescentam que:

As metodologias dialógicas pressupõem a centralidade das experiências dos grupos envolvidos de modo cooperativo ou participativo e não há hierarquia

de saberes, mas tão somente troca de saberes. A dialogicidade é também uma práxis de alteridade, quando se busca “ver através dos olhos dos outros”. Essa é uma metodologia de pesquisa que, simultaneamente, busca o empoderamento e a autonomia dos grupos populares.

A pesquisa etnográfica desenvolvida, trata-se de uma etnografia realista em que o pesquisador irá descrever categorias de análise que serão identificadas, classificadas, interpretadas e posteriormente apresentadas (Creswell, 2014), assim como foi apresentado nas características da natureza da abordagem qualitativa, na etnografia ela possibilita múltiplas formas de coleta de dados, seja na observação, entrevista, no levantamento dos dados e na análise de conteúdo. Portanto, a adoção da etnografia permitiu vivenciar vários percursos para identificar e analisar as categorias das capacidades e ativos que o grupo, no nosso caso, a comunidade quilombola Senhor do Bonfim, localizada na zona rural do município de Areia-PB acessa. A comunidade foi acompanhada no seu cotidiano, nas relações de trocas existentes, seja nas reuniões da associação, bem como encontros com parceiros da comunidade de forma integrada.

Trata-se de um estudo de caso, que segundo Creswell (2014, p. 87) “apresenta uma *compreensão em profundidade* do caso” (grifo do autor). E, embora na etnografia traga abordagem mais descritiva nesta pesquisa será adotado o caráter exploratório, pois na observação participante que o estudo de caso proporcionará, segundo Stake (2011, p.107), de “forma ativa ao pesquisador se juntar à atividade como participante, não apenas para se aproximar dos outros participantes, mas para tentar aprender algo com a experiência que eles têm”. Mas que está inserido no ambiente é fazer parte dele, por tanto, o pesquisador vai estar em várias atividades do cotidiano que permitem uma imersão junto ao objeto da pesquisa que é a comunidade quilombola.

Stake aponta (2011, p.175) que “a pesquisa-ação é o estudo da ação, quase sempre com a intenção de conseguir aprimorá-la, mas é especial por ser realizada pelas pessoas diretamente responsáveis pela ação”, e, “também de achar que não alteramos a experiência deles com nossa presença” (Stake, 2011, p.108). Foram muitas ações acompanhadas juntos aos quilombolas nesse estudo etnográfico pois eles realizaram atividades diversas nos seus ambientes de atuação e participação.

Em diálogo com Stake (2011, p. 28) a respeito da pesquisa militante, podemos considerar que “duas realidades existem simultânea e separadamente em todas as atividades humanas” (aqui me refiro na etnografia quando o pesquisador estar junto ao pesquisado). E ainda que é “uma é a realidade da experiência pessoal, e a outra é a realidade do grupo e da relação social. As duas realidades se conectam, se sobrepõem, se unem, mas são visivelmente diferentes”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Stake (2011, p. 80) acrescenta que “a descrição qualitativa de como as coisas funcionam se baseia muito na experiência pessoal. O pesquisador geralmente tem encontros diretos com a atividade e faz entrevistas para saber mais sobre a experiência dos participantes”. Portanto, pode e foi entendido neste contexto que a pesquisa militante transpira experiência vivida e vivenciada tanto individual como coletivamente e que a interpretação dos fatos, dos dados, dos conteúdos se farão por tal experiência.

A análise do conteúdo foi realizada pela interpretação das categorias e ativos investigados. Utilizar da experiência pessoal nas interpretações, permite ao pesquisador desempenhar de forma intencional a função de instrumento de observação (Stake, 2011), neste caso a observação participante vai permitir na análise do conteúdo direcionada às categorias e ativos desejados na investigação.

Além do caderno de campo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com alguns moradores e parceiros do quilombo. As entrevistas foram gravadas e em seguida transcritas. Não foi utilizado de software para transcrição, uma vez que foram realizadas manualmente para poder ser fiel na linguagem e interpretação das falas, com o objetivo de descrever emoções e sentido. As entrevistas variaram entre 37 minutos e 1 hora e 15 minutos. Os entrevistados permitiram gravar a entrevista e assinaram o termo de livre consentimento e esclarecimento- TLCE, eles foram perguntados como gostariam de ser identificados permitindo serem reconhecidos pelo nome. Já os atores externos, representando as instituições e órgãos que tiveram alguma atuação no quilombo durante o período de pesquisa gostariam de serem identificados como “parceiros”, termo que foi consolidado em algumas atividades e encontros tidos como será trazido mais adiante. A sequências das perguntas foram elaboradas com o propósito de identificar as categorias dos ativos e capitais que compõem a condição do desenvolvimento como liberdade. Durante as entrevistas ao final foi pedido para que os moradores e parceiros entrevistados contassem alguma situação que baseado em sua percepção seria relevante para a pesquisa.

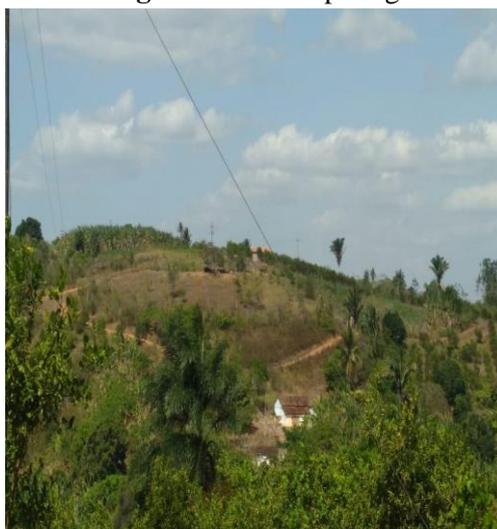
#### 4 Conhecendo a Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim-Areia/PB: memórias, lutas e a liberdade sob a visão da pesquisa etnográfica

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, fica localizada na zona rural da cidade de Areia na Paraíba, distante aproximadamente em 130km da capital João Pessoa. A formação da fazenda original que hoje se encontra no território é datada de 1913 (Santos, 2018). Conta com aproximadamente 120 pessoas em 33 famílias.

**Imagem 4:** entrada da comunidade



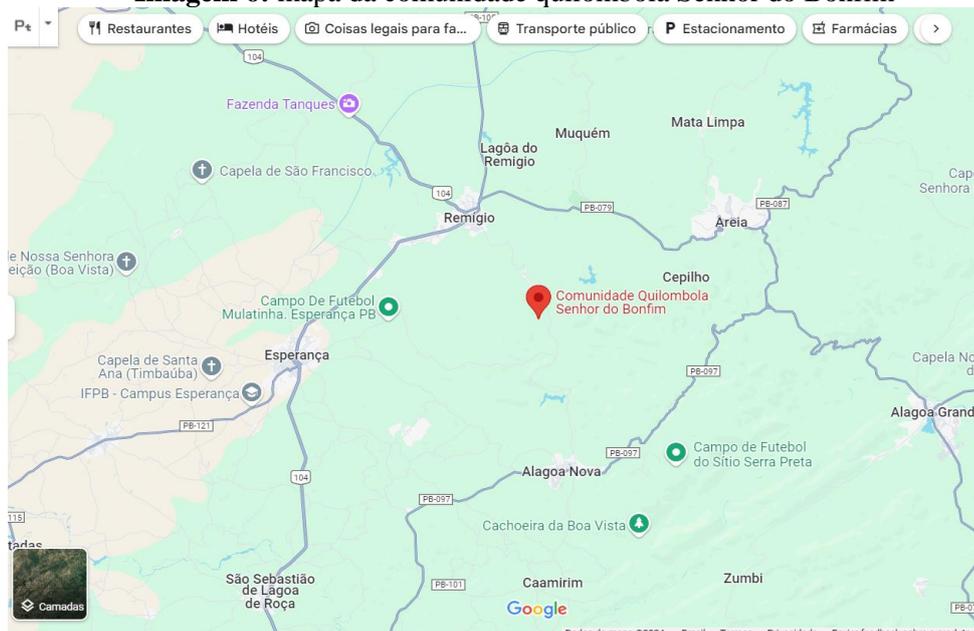
**Imagem 5:** vista de paisagem local



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Nas imagens temos uma das entradas do quilombo juntamente com uma vista da paisagem do Bonfim e na imagem 6 (abaixo) temos o mapa da comunidade.

**Imagem 6:** mapa da comunidade quilombola Senhor do Bonfim



A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, passou por um processo muito árduo em sua história de sobrevivência e resistência, seja durante o período de sujeição e servidão com a exploração do regime de trabalho, nas condições de moradia, alimentação, humilhações através dos maus tratos tanto físico como verbal, sendo que até a carta para aposentadoria rural era negada quando o morador precisou para se aposentar (esta carta corresponde a uma declaração que o proprietário da terra concede ao morador/trabalhador que vive da agricultura, caracterizando-o como um trabalhador rural), sendo negado ao morador/trabalhador sujeito um direito social, sobre isso, Geraldo , explicou que para os proprietários da fazenda o morador/trabalhador ao se aposentar não trabalharia mais na terra acarretando perda de mão de obra. Como também encontramos nos relatos, tanto escritos como nos momentos de conversa a restrição da energia elétrica só para a casa grande, a proprietária do engenho não permitiu o acesso de um bem público que seria para todas as casas dos moradores, concentrando o acesso da eletricidade apenas para a sede da propriedade, dentre outras situações que expressavam domínio de poder e autoridade por parte dos proprietários da fazenda. O percurso para a titulação do território, momento foi marcado por fortes ameaças e uso da força física como na destruição dos roçados, cercas, privação do uso de recursos naturais como as cacimbas e açudes. Seja na escuta durante os encontros tidos, como nos registros públicos a exemplo do relatório antropológico e dos demais trabalhos acadêmicos encontrados é um discurso único e trazido com memórias de sujeição, de prisão, de correntes que embora não fossem físicas, concretas ao toque, mas que os impediam de viver livremente, de usufruir daquilo que seria um direito de acesso a um bem público, a uma política pública como a seguridade social pela aposentadoria por idade.

O marco histórico da formação enquanto uma comunidade remanescente de quilombo ocorre quando os moradores do Engenho Bom Fim são ameaçados a saírem daquele território após a venda da fazenda pelos novos proprietários. É comum falarmos na formação enquanto comunidade quilombola, mas na realidade prática essa comunidade quilombola é formada quando começam os registros dos primeiros moradores (ex-escravos) que vieram de outras localidades vizinhas para trabalhar no engenho e serem moradores da fazenda. Antes desse acontecimento é de que os moradores da fazenda tinham uma relação de trabalho que consistia em uma relação de sujeição, produção de meia (a produção de meia é uma prática em que o dono da fazenda permite que o morador cultive um roçado, ou crie animal pelo lucro, quando é período de colheita ou venda parte dessa produção ou lucro pela venda é dado ao patrão). Após a morte da proprietária da, houve venda da propriedade onde apenas cinco moradores foram

indenizados com apenas a proposta de um hectare de terra pelo tempo de trabalho tido na fazenda, o que já representa total desrespeito com aqueles que passaram anos de sua vida em trabalho análogo a escravidão.

Sujeitos a serem expulsos daquele território e sem indenização trabalhista os moradores sentiram a necessidade de buscar uma solução. O que fazer? Como vamos ficar? Para onde vamos? Esse é nosso lugar! Nasci e me criei aqui! Desde pequeno trabalho com meu pai ajudando no engenho... onde vou trabalhar? Diversos foram os questionamentos que impulsionaram os moradores a tomarem a decisão de ir em busca dos seus direitos territoriais, e eles não foram nem em busca de direitos trabalhistas considerando a condição de trabalhador de sujeição. Conforme Fidelis (2019, p. 25) diz que “dessa maneira o sentimento de pertencimento com aquele território não está intrinsecamente ligado apenas ao local, mas a um conjunto de elementos que compõem aquele sujeito com o seu meio social”, e este sujeito a quem estar se referindo são os moradores do Bonfim. Com isso a mesma autora ainda traz que sendo em grupo ou de modo individual a história da comunidade é compartilhada e se faz presente quando se autodeclararam remanescentes de quilombo (Fidelis, 2019). Esse processo de autodeclaração é importante pois como vemos com os autores Basso, Delgado e Neto 2003 (p.79) nos reforça que: “a identidade de um grupo ou de uma localidade é resultado de um processo histórico”, pois assim como aconteceu com a comunidade do Bonfim, os demais quilombos existentes também passaram por um longo e árduo percurso para tornarem-se reconhecida.

Durante a abertura do processo para reconhecimento e titulação das terras do Bonfim, é um período marcado por conquistas visto que foi a partir daí que começa a autodeclaração e aceitação como descendentes de negros escravizados e também por fortes conflitos como relata Luciano: “*Quando eu estava aqui na luta com os meninos eu vi coisa feia! Era ameaça! Um com arma, outro com roçadeira, e o pessoal daqui ia pra cima mesmo*”. Jozefa traz a memória:

*“minha filha, o conflito pra mim foi pesado eu não tinha tempo não. Mas quando era no sábado eu ia pro outro lado um dia eu tava lá chegaram os policial pra gente parar naquilo ali. Os meninos correram se esconderam. E os policial olharam pros lados e a gente naquela expectativa porque se fosse a federal eles até batia na pessoa. Audiência? A gente foi muito. Os ônibus tudo cheio de polícia que passava em Cepilho, minha filha foi luta da gente aqui.*

A memória dos moradores do Bonfim sempre tem essa parte reservada para lembranças do período de conflito, seja pelo medo que sentiam, seja pela coragem e força

para continuar, seja pela união deles. Tudo isso colaborou para hoje eles terem uma história de luta fortificada pelo trabalho coletivo.

A autora Santos (2018) apresenta que o nome Comunidade Negra Senhor do Bonfim, se deu porque o engenho já traz este nome e pela devoção religiosa ao Senhor do Bonfim de um de seus moradores mais velhos que sugeriu e foi aceito por todos. A mesma autora ainda traz que com a certificação recebida como comunidade remanescente de quilombo no ano de 2005, foi quando começou “à tomada de consciência sobre os direitos que tinham” (p. 22), enquanto remanescentes quilombolas “foi se configurando ao longo do processo de luta pelo território com o auxílio da CPT” (p. 22), além da CPT-Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral dos Negros e a AACADE também foram importantes para esse processo de percepção de que o que eles estavam passando fazia parte do racismo, da condição de negros e de direitos pelo território que ocupavam (Fortes, 2007; Peralta, 2012). A presença de movimentos sociais foi de essencial suporte e orientação pois eles revelaram a descoberta de direitos e acesso a políticas públicas que não tinham. A presença da Comissão da Pastoral da Terra - CPT ressignifica a valorização de uma identidade e cultura que por muito tempo não foi aceita, ou melhor, não foi motivo de orgulho deles enquanto grupo social.

O quadro 5 traz uma linha temporal de cada etapa do processo vivenciado pela comunidade para obter a conquista da titulação do território, tornando também um período de espera, união, companheirismo, solidariedade entre o grupo e encontrando apoio de instituições e projetos que deram início a um novo período de mudanças na qualidade de vida da comunidade

Geraldo relata as etapas que tiveram para o processo até a titulação de modo como vivenciado por eles.

*No território quilombola é um processo de longo tempo, então a gente tem um passo a passo tem o relatório antropológico que é dos técnicos que faz o levantamento e que vem o reconhecimento da Fundação Palmares que reconhece que a gente permanece aqui há muito tempo, somos daquela área, pra poder vir o trabalho geográfico onde pega toda parte da geografia pra o Incra identificar aquela aérea para os posseiros. Aí depois disso aí passa a posse é vários processos dentro do trabalho para o reconhecimento... pra poder dá a posse. Depois que vem a carta da Fundação Palmares a justiça manera muito. Mas a gente fica respondendo processo, vai audiência, vem audiência, mas o processo já ta assegurado. O Governo Federal já sabe que alí num pode ser mexida. Então a gente fica só esperando o desenrolar do processo, então quando saí a posse ninguém pode tirar a gente não, os donos são os moradores mesmo, não tem como voltar atraz. Só a titulação que é parte final e gente fica esperando o documento oficial (titulação). [...] o registro antigo da propriedade é anulado, a terra foi titulada em nome da comunidade, aí passa a valer o que a gente recebeu. Então depois de 2011 não foi a*

*titulação, mas a gente tá assegurado. Sem a emissão de posse a gente num pode ser titulado, isso leva tempo”.*

**Quadro 5:** Cronograma das etapas do processo para titulação do Quilombo Senhor do Bonfim, Areia-PB

ANO	ETAPA/CONQUISTA
2004	A CPT abre processo junto ao INCRA para desapropriação do imóvel (Fazenda Bom Fim)
2005	Certificação de auto-reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo, expedida pela FCP
2006	Início do Relatório antropológico reconhecimento e delimitação do território
2008	Conclusão do RTDT
2009	Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social
2011	Emissão de posse
2016	Título de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU

**Fonte:** Elaborada pela autora a partir dos relatos dos agricultores entrevistados nesta pesquisa (2024).

O processo para chegar a titulação é longo, exige seguir muitas etapas como apresentada na imagem 1 (p.16) deste trabalho, das quais envolve não só comprovações e pesquisas por meio dos órgãos emissores desses documentos, como é também um processo jurídico com audiências, tornando uma espera árdua. No caso específico do Quilombo do Bonfim houve mais agilidade no processo de regularização devido à gravidade da situação em que se encontrava, existindo ameaças não só aos moradores como também aos técnicos do Incra responsáveis pelo caso. Por esse motivo, tornou-se a primeira comunidade reconhecida como remanescente de quilombo do estado da Paraíba em novembro de 2009, recebendo o Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social (Peralta, 2012). Os relatos dos membros que estavam à frente da comunidade (liderança da associação) e de entidade de apoio como a AACADE trazem na memória este momento como uma grande conquista e vitória pois eles lembram que estavam em audiência com o juiz na presença dos novos compradores e ex-trabalhadores (gerente e capangas) da propriedade quando receberam esta documentação. A partir deste decreto a comunidade pode (Idem p. 93) “desfrutar dos recursos com autonomia”. Este decreto representa a ordem de saída das terras àqueles que não fazem parte da comunidade quilombola e assegura a indenização do imóvel.

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim foi a primeira comunidade negra a ter o território demarcado, em um período de apenas cinco anos a partir da abertura do processo para desapropriação da fazenda. Durante uma entrevista realizada com a AACADE pedi que explicasse sobre a titulação uma vez que fica subentendido que a comunidade ela já era titulada, a emissão de posse tida no ano de 2011 ela representa essa situação, uma vez que os proprietários recebem a indenização pela propriedade e é assegurado para os quilombolas que aquele território é deles. Mas ainda não é a titulação,

é a garantia que a titulação vai acontecer. Então no ano de 2016 é recebido do INCRA a emissão de título de concessão de Direito Real de Uso (CDRU), é como se fosse um título provisório até que o título definitivo seja concedido e enfim, a escrituração em cartório do território que forma a comunidade quilombola. Sendo assim, Brasil (2024, p. 8):

O Incra foi imitado na posse do imóvel em 14 de abril de 2011. Enquanto que em 5 de dezembro de 2016, foi outorgado título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) em favor da Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, representante legal da comunidade remanescente de quilombo Senhor do Bonfim, estando garantida a posse da comunidade até que seja feita a outorga de título de propriedade definitivo em nome da associação.

De fato, como trazido na imagem do cronograma para processo de titulação, é encerrado com o registro no cartório, o que não é explorado. Nisso os autores Kanikadan e Silva 2017 (p. 281) trazem: “os territórios quilombolas..., por terem uma característica peculiar de posse da terra, sendo, em princípio, impossível a venda de terras que são transmitidas de geração a geração”, essa consciência é presente no quilombo do Bonfim, é comum os moradores sempre destacarem que a partir do momento que um morador, uma família decidir morar em outra localidade, o seu lote com tudo que existir: plantação, casa... será passado para outro morador, e também que: se uma família não estiver mantendo a produção em seu lote e outra família precisar estender a expansão de seu cultivo, tal situação deve ser levada para reunião da associação onde será decidido. Isso não aconteceu, mas são possibilidades que são enfatizadas entre os membros da comunidade, é uma consciência coletiva.

Sobre esse processo é trazido pelos moradores entrevistados que eles não conheciam e não sabiam do processo sendo que a CPT através da indicação de Frei Anastácio que naquele período estava como deputado e de imediato os agentes da pastoral perceberam que as características do grupo não se classificavam como assentados, ponto este que não seria a pauta central daquela assessoria, nisso Luciano conta que:

*Então ela percebeu que a gente era tudo parecido, primos. Então ela indicou a gente para a AACADE. E disse que dava assessoria, mas que seria demorado, por que de vocês era complicado [...]. Foi a partir desse conhecimento com a AACADE que foi feito os trabalhos que reconheceu a gente como descendentes de negro, afro que já tá dizendo tudo africano descendente de negro com a Fundação Palmares. E veio o INCRA fazendo todo esse trabalho que deu o reconhecimento. Em 2011 veio a titulação, ainda tem mais enquanto não completar vinte anos a gente não recebe o registro oficial da comunidade.*

Como já podemos ir percebendo na fala de Luciano, desde o início do processo a capacidade de diálogo e comunicação, um aspecto trazido pelo capital político, permite que a comunidade quilombola seja orientada e assessorada para seguir uma trajetória até então desconhecida, permitindo também compreender que o processo seria demorado, passando por muitas etapas. E conseqüentemente passando por vários órgãos, entidades, e pessoas de esferas política e civil que os ajudaria com as instruções suporte necessário para enfrentar o percurso não somente jurídico como também social e local tido durante o período do conflito.

Com esta fala o Geraldo traz algo muito interessante sobre o processo de titulação que nos trabalhos científicos fica subentendido que o que ocorreu em 2011 foi a titulação da propriedade e que aí está encerrado o processo. Onde esse período de espera pela titulação oficial seria como “um tempo de cumprimento” necessário para validação do documento. Como indicado a seguir através da fala da representante da AACADE e também de Geraldo, podemos notar que esse tempo se refere às emissões entre os órgãos competentes.

Sobre as mudanças na comunidade o que mudou depois desse início do conflito Maria aponta que:

*Aqui a mudança é outra viu. Quando esse processo começou, essa ‘judiança’, foi um processo muito humilhado. Então hoje nós somos os doutores da comunidade e só quem vê isso são os juízes, eles quem tem o dom da aprendizagem para reconhecer isso. É como os meninos daqui eles tiveram o dom de sofrer, trouxeram os sofrimentos nas costas e aprenderam a trabalhar, a lidar com o povo, com as reuniões. Ingressar dentro dos congressos e tudo isso mudou [...]. Pra gente avançar mais precisa dos jovens [...]. Foi pesado ficar aqui, hoje não, hoje ta tudo numa santa paz de Deus!*

A história do quilombo do Bonfim é marcada por sofrimento antes dos do conflito com os trabalhos exaustivos característico ao trabalho escravo, limitações com a alimentação, restrição de serviços como a eletricidade. E durante o conflito também, onde se evidenciou os preconceitos, a falta de respeito, xingamentos, humilhações e ameaças. Ainda sobre o período de conflito seu Efigênio, nos conta o seguinte:

*Olhe sabe porque no começo eu num queria enfrentar? Por que logo no início a gente num sabia de nada, ninguém nunca tinha entrado nesse negócio. Aí eu ficava nervoso não vou mentir. Era matar ou morrer, não dava pra ficar numa coisa e outra né? Mas felizmente do começo ao fim isso não aconteceu. Mas teve juramento e a gente andava assustado, cismado com qualquer coisa”. Quando perguntei se valeu a pena logo ele responde: “até hoje ta valendo! Graças ao meu bom Pai!*

Na medida em que a luta se tornava resistência às conquistas foram chegando, seja com os frutos das primeiras colheitas do roçado, com a chegada da eletricidade nas casas, e da parte jurídica as certificações e avanço das etapas para chegar a desapropriação e titulação. Ao ser perguntado sobre os avanços na condição de vida tido após o processo para a certificação e titulação da terra Luciano compartilha:

*Mudou demais, mudou muito. A gente vivia isolado sem direito a nada. Depois desse grande processo abre a porteira para tudo. Melhorou demais, a condição financeira, o atendimento social. Uma coisa que a gente nem sabia que tinha esse direito pra gente. A gente chega em qualquer local diz que é quilombola e tem direito aquele acesso social, é na saúde, em algum benefício social como o bolsa família, benefício social é tudo, muito bacana mesmo.*

Com a fala de Luciano é notado o sentimento de orgulho também indicado por seu Efigênio onde na sua fala individual transmite a fala coletiva em que eles (a comunidade), reconhecem que os esforços tidos durante o período de conflito pela resistência foram determinantes para hoje reconhecerem as melhorias tida na vida de toda a comunidade.

#### **4.1 A construção da comunidade quilombola e o desenvolvimento como liberdade: memórias e etnografia associado aos ativos**

Em meio aos diálogos tidos, Geraldo, uma das principais lideranças do quilombo, revela que precisou que tivesse um estudo com antropólogos para comprovar a origem da comunidade enquanto remanescente de quilombo, revelando a dimensão em extensão de terra da fazenda no formato original, tudo isso através da pesquisa que para ele só foi possível porque o custo da investigação se deu por fonte do governo. Em conversa ele falou que foi preciso até ir para fora do país em busca de fontes e dados necessários para construir o relatório antropológico (que é o RTID).

Os próximos subtópicos buscará organizar os elementos existentes tanto de caráter material como imaterial que formam a comunidade quilombola Senhor do Bonfim de modo a associá-los às categorias dos ativos e capitais que caracteriza o desenvolvimento como liberdade.

##### **4.1.1 Memórias e evidências do capital cultural**

Geraldo, indicou a descoberta de muitos elementos de traço cultural de seus antepassados que com o decorrer do tempo foram deixados de lado a exemplo da dança de roda, rituais religiosos. Em um contexto mais recente ainda com a última proprietária

da fazenda existia anualmente uma procissão a pé em honra a São Sebastião que seguia do distrito de Cepilho (em frente à casa de um antigo funcionário da fazenda) até a casa de Dona Zilinha conhecida como a “casa grande”, seguindo uma tradição na fé católica. No laudo antropológico é relatado este acontecimento, onde Fortes (2007 p. 58) aponta que “os moradores lembram que ela (Dona Zilinha), promovia novenas de São Sebastião, pois era uma devota deste santo”. Para o Agriculto 1, existe um desejo em resgatar esses costumes na comunidade, uma vez que a prática tinha muita participação tanto com os moradores locais como das comunidades vizinhas, tornando o momento não só de manifestação de fé como um momento de encontro social. Eu, ainda criança me recorde de acompanhar uma dessas procissões e havia como rumores em tom de mistério tanto para conhecer a Casa Grande como a Dona Zilinha, pois ela era conhecida por criar animais como cobras e sapos, então fiz esse comentário e ele confirmou esse fato: *“Verdade, ela criava sim, inclusive quando a cobra amarela que ela tinha morreu, ela chorou...”*, conta Geraldo.

Atualmente enquanto manifestação de religiosidade existe além do novenário em honra ao Senhor do Bonfim, padroeiro da comunidade, a tradicional queimação de flores, realizada sempre ao fim do mês de maio, celebração que é bem típica das comunidades rurais e de cidades do interior que após rezar em honra a Nossa Senhora e ofertar flores, estas são queimadas em uma fogueira onde crianças trajadas de anjos realizam o ato. É um momento que além de manifestação de fé envolve um traço cultural muito forte, pois o costume é passado entre as gerações e se mantém a tradição. Na comunidade Senhor do Bonfim, existe o apego à religiosidade, expressada através das novenas, missas nos momentos de oração em coletivo ou na oração individual o agradecimento e a prece para melhores condições de vida, permitindo que a religião faça parte da vida; “assim, percebemos como a festa de Santos e suas práticas religiosas constituem suas identidades” (Santos, 2018. p.120). A fé católica é a que atualmente se destaca dentro da comunidade, mas ela não é a única, há também a presença de cristãos evangélicos frequentando cultos em igrejas no distrito de Cepilho, localidade vizinha. A imagem a seguir (traz o registro de momentos da festa religiosa da queimação de flores.

**Imagem 7:** Celebração de encerramento do mês de maio



**Fonte:** Acervo de Jeovana, mãe de três das crianças que aparecem na fotografia. 2024.

Imagem de crianças quilombolas e do Sítio Caiana, trajadas de anjo para encerramento do mês de maio, ano 2024. Local sede da associação. Podemos perceber na imagem acima, o local de celebrações religiosas com missa e novenários é realizado na sede da associação, no mesmo espaço físico utilizado para reuniões e encontros, local que também foi utilizado como sala de aula para jovens e adultos e mais recente para as aulas teóricas do Programa Mulheres Mil ofertado pelo Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN do Campus III da UFPB.

**Imagem 8:** Turma do Programa Mulheres Mil, CAVN-UFPB



**Fonte:** acervo mídia social Instagram Mulheres Mil CAVN -UFPB, 2024.

No que se refere à religião de matriz africana, existem lembranças de pessoas que relatam que existia quem jogasse búzios, batesse xangô, mas é algo pouco explorado, esses fatos são relatados por meus avós que dizem já terem ido ver a “brincadeira” não

relatando ou não reconhecendo como culto religioso. Esses moradores que tinham tais práticas se mudaram para outras localidades, incluindo a capital João Pessoa, em busca de uma vida diferente da que levavam.

Em um dos momentos de conversa com Geraldo, apresentei esses fatos mencionados e ele confirmou com entusiasmo esses acontecimentos chegando a explicar que esse relato era importante para a cultura da comunidade pois enriquece a história considerando que só os mais velhos é quem conhecem e viveram esse tempo, além da presença de rezadeiras e curandeiras, para ele: *“isso é muito bom, porque as pessoas tem que saber que quando está lembrando do que já teve, mesmo que não esteja praticando, isso é um resgate de nossa cultura”*; Maria completa: *“aqui tinha mesmo, eu conheci, não participava dos rituais, mas eles tinham e ela fazia muito magia, simpatia...”*; já Josefa lembra: *“sim, eu mesma fui ver a brincadeira, mas não participava”*, todos os moradores/agricultores que foram perguntados por tal memória afirmaram o fato.

A história, a cultura, a tradição é fortalecida com o compartilhamento desse conhecimento pela oralidade da memória sobre o passado da comunidade Senhor do Bonfim (Fidelis, 2019), é comum a cada encontro o relato das memórias para que a história antes e durante o conflito da terra não se torne esquecida, e apesar de ter tido o laudo antropológico existe outras memórias e histórias que não seria possível relatar todas de uma só vez. A cada pesquisa realizada, ou a cada encontro para a realização deste estudo são trazidos memórias e relatos únicos, tudo isso conforme a disponibilidade de tempo ou situação, pouca coisa se repete nessas memórias, mas percebemos pontos em comum que nunca faltam que é o processo de luta e resistência e os maus tratos tido durante o período de sujeição.

No que se refere às rezadeiras me recorro de modo particular de *Dona Maria Bastião* ela rezava às crianças da redondeza para “tirar” mau olhado, quebranto, uma crença popular presente na cultura da comunidade quilombola do Bonfim. Além de rezadeira Dona Maria Bastião também era parteira e o Agricultor 1 falou que o último parto realizado por ela na comunidade foi no ano de 1998 aproximadamente.

Existe na região árvores das quais as sementes serviam para utilizar nos rituais como por exemplo a Fava de Oxum. Esse fato da fava de Oxum, ele se deu por uma curiosidade ao ver uma árvore que tem próximo a umas das hortas CSA. O Agricultor 1 ao ser questionado disse que é uma árvore medicinal e a conhece como “pata de vaca”, Maria, fala que *“de fato essas plantas servem pra rituais, mas que também são de uso medicinal”* sendo esse o foco dela.

**Imagem 9:** árvore Fava de oxum ou Pata de vaca



**Fonte:** Acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2024.

O vínculo pela prática de trabalho no cotidiano com a terra, além do mundo material do trabalho entrelaça de modo estreito à religiosidade e a vida pelo seu território (Fortes, 2007) nos permitindo a interpretação já mencionada neste trabalho quando trazido que o território ele constitui-se de elementos materiais e imateriais e que através das práticas quando realizadas fora do ambiente físico mesmo assim se faz a presença do território por meio da cultura e repetição da prática.

Ainda no que se refere a cultura, o dia da Consciência Negra é celebrado no quilombo, neste momento é um acontecimento marcado de muita festa, visitação turística a pontos importantes da comunidade como a casa grande, hortas, açude, casa de farinha, apresentações de dança, capoeira. Conta com outros quilombos e com grupos que vivenciam a cultura negra. Além de ser um momento também que a Rede CSA, a Terra Viva e a ACAADE buscam convidar seus membros, consumidores e agricultores para vivenciar a história, luta, memórias e cultura do Bonfim. Todas as manifestações de cultura, de celebração religiosa acontecem na sede da associação que possui um pátio (terreiro) bastante amplo. Geraldo diz que “ *a festa da consciência negra faz parte do calendário já*”. Para que a festa aconteça ele conta com o apoio não só das entidades já mencionadas, mas também com o poder político local que ajuda com tendas, mesas e outras matérias para poder receber os visitantes.



**Imagem 12:** Grupo de dança das meninas do Bonfim



**Fonte:** Acervo Pessoal da autora desta pesquisa (2024).

Na imagem 11 (acima), temos uma apresentação de dança com meninas do quilombo em um momento de festividade celebrando a inauguração de um restaurante na comunidade o “Restaurante Vó Bernada”, onde a instalação é em uma casa centenária de uma das primeiras moradoras da comunidade.

Ao ser perguntado sobre a cultura da comunidade prontamente Luciano nos diz: *“a cultura é o nosso trabalho, principalmente, a nossa agricultura do campo, o pessoal quando vem fica encantado principalmente com as hortaliças”*. A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, vem recebendo visitantes de vários locais e com finalidades diferentes, sejam estudantes, grupos com foco no turismo, grupos de co-agricultores e consumidores organizados pelos parceiros, órgãos públicos e ONGs ficam encantados tanto com a história como com a agricultura, especialmente as hortas que dispõem de uma variedade de produtos cultivados, o visitante consegue interagir e imergir na cultura tanto ouvindo a trajetória tida como com o contato com a terra ao ver um produto sendo colhido na hora e fresquinho. Então tudo isso além de atrativo para o visitante é o modo também um modo de manifestação cultural. Para o parceiro 1, a principal característica da cultura do quilombo é sua própria história. O modo de vida, a forma como eles se relacionam com a terra, com as práticas agrícolas, nos conta:

*Entender que em um contexto recente eles viviam em um regime de semiescravidão, viviam isolados, quando a gente ouvi histórias como a que Geraldo conta por exemplo, que quando viam pessoas de fora, se escondiam, não era porque eles eram tímidos não, era porque eles tinham vergonha por não ter roupa. O que eles ganhavam trabalhando mal dava para comer e que o que ganhavam já ficava na venda, na bodega, por que até as compras tinham que serem feitas lá. E daí eles só vem ter essa consciência de que aquilo era*

*escravidão quando começam os conflitos. Os mais velhos como o pai dele quando era vivo, os gerentes da fazenda davam um assobio e de imediato o pai dele saiam pra trabalhar, não importava a hora, veja que não chamava pelo nome não. Coisas como os filhos dele conta que levou uma surra do pai porque ele criança tirou uma cana-de açúcar para chupar, porque o gerente da fazenda obrigou a fazer para ensinar a não mexer nas coisas. Então são histórias como essa que fazem a cultura daqui. Não são coisas que eles criaram existiu de verdade, e em um período recente' (Entrevistada 1).*

**Imagem 13:** ruínas do engenho



**Imagem 14:** moradora fazendo bejú de mandioca



**Fonte:** Acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2024.

As imagens acima trazem momentos em que a comunidade recebeu visitantes, dentro do roteiro turístico que incluiu passeio pela comunidade, experiência do processo de fabricação da farinha e bejú de mandioca.

Na fala de Luciano, ele diz: “ a cultura raiz, isso ficou do povo mais velho contar pros mais novos... aí a histórica fica repassada, mas no meu ponto de vista o bom é a prática”. Esta fala se refere em trazer de volta algumas práticas, sejam por meio das festividades, da celebração de uma data importante para a comunidade. Com base nesses relatos foi elaborado um quadro demonstrativo para identificar os principais elementos que formam esse capital cultural do Quilombo do Bonfim.

**Quadro 6:** Principais elementos do capital cultural do Bonfim.

Manifestação da religiosidade, seja ela na crença cristã como nas memórias das religiões de matriz africana	Prática da agricultura campesina, agricultura tradicional, uso de sementes crioulas.
Grupo de dança	Hábitos alimentares
Festa da consciência negra	Plantas medicinais
Memórias coletivas	História oral repassada as novas gerações
Preservação das ruínas do engenho	Preservação de áreas naturais e da Casa Grande

**Fonte:** Elaborado pela autora desta pesquisa (2024).

O quadro 6, buscou trazer as principais características do capital cultural existente no quilombo Senhor do Bonfim, evidenciando aquilo que Fortes (2007), aponta que a cultura estar incluindo também as práticas humanas, a religiosidade, o convívio social, aos hábitos alimentares e de higiene, o modo como as práticas em relação às técnicas de manipulação da natureza (p. 91), como exposto no quadro. Com isso, notamos que seja pela preservação da natureza pela biodiversidade existente, seja pela preservação de práticas ou costumes, seja pela preservação das memórias, as comunidades quilombolas brasileiras, assim como no quilombo Senhor do Bonfim, essa diversidade cultural permite oferecer às gerações presentes e as futuras um vasto patrimônio cultural (Silva, 2017, p.186). Portanto, o capital cultural é uma forte característica que contribui para o desenvolvimento da comunidade quilombola, pois como aponta Fortes (2007. p.92) “as práticas sociais que compõem o universo cultural podem ser explicadas a partir da trajetória histórica do grupo e a partir de sua localização no universo rural – território que ocupam”. Viver e preservar a cultura local é uma ação que parte do individual para o coletivo, onde a troca de experiência, memórias compartilhadas e costumes formam o capital cultural desta comunidade.

O tópico seguinte buscou identificar as políticas públicas acessadas pela comunidade desde o início do conflito até o momento atual que contribuíram para o desenvolvimento do quilombo Senhor do Bonfim.

#### **4.2 Políticas Públicas e Sociais atribuídas ao desenvolvimento como liberdade no Quilombo Senhor do Bonfim**

A reprodução física, social, cultural e ambiental só será assegurada com a garantia da permanência na terra, pois as políticas públicas e sociais trazem melhorias, mas são as comunidades quilombolas que devem traçar planos de desenvolvimento endógenos, autônomos e sustentáveis (Peralta, 2003, p. 113). Isso não significa que a comunidade quilombola vai elaborar um planejamento sozinha, mas deixa em evidência que esse planejamento deve sair de dentro da comunidade. As autoras Kanikadan e Silva (2017, p. 282) nos lembram: “os territórios quilombolas, mantêm atividades ligadas à conservação ambiental de seu entorno cada vez mais frequentes, assinalando que antigas práticas podem assumir novos significados nos dias de hoje”, neste ponto poder contar com a ajuda de parceiros que entendam sua realidade permite que consiga dentro de seus costumes e identidade estimular as capacidades necessárias para promover o desenvolvimento local e sustentável da comunidade quilombola.

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, desde o início do conflito conta com o apoio de movimentos sociais e entidades que ajudaram e ajudam a traçar estratégias para conquistar a liberdade e o desenvolvimento do grupo através de melhorias que proporcionam qualidade de vida, criando ações e espaços de mercado para escoarem os produtos cultivados pela agricultura familiar, entre outras demandas que vão surgindo com o passar do tempo. A AACADE é a principal entidade que está presente desde o início do conflito, ela presta além de apoio e assessoria, mediação com parceiros, dos quais a conquista para a construção da casa de farinha e sede aconteceu com apoio da ajuda filantrópica de um grupo italiano (Peralta 2012, p. 113). Durante o período de acompanhamento de preparo para a entrega das cestas e feira que é realizada em João Pessoa, Geraldo, me falou que sem esse patrocínio não seria possível a construção da casa de farinha, pois o valor para a construção e aquisição dos equipamentos para o processo da fabricação da farinha é muito alto para a realidade financeira das famílias da comunidade e da associação.

A autora Peralta (2012, p.115) nos traz que “ao se apropriar da identidade coletiva... os quilombolas do Bonfim, conseguiram assumir um papel mais definitivo e pró-ativo para poder dialogar com a sociedade envolvente e determinar o ritmo e o rumo de seu desenvolvimento”, revelando pela sua percepção que para esse desenvolvimento que a comunidade quilombola vem tendo, seja ele no retorno financeiro através de políticas públicas acessadas como o PAA, seja na qualidade de vida oriunda da segurança alimentar proveniente da autonomia de escolha do plantio, da criação de animais, de projetos que estimularam e estimulam (por que no presente este estímulo frequentemente acontece) sendo interpretada neste momento como consequência consolidada do desenvolvimento como liberdade apresentado por Amartya Sen(1993).

Ao decorrer da pesquisa foi possível observar tanto nos registros de outros trabalhos acadêmicos como também da observação das paisagens e cenários que houve muitas melhorias estruturais no território quilombola. Uma dessas mudanças e melhorias para a qualidade de vida está relacionada à habitação com presença de casas padronizadas e também de cisternas em muitas das moradias. Tanto nos diálogos, como nas entrevistas esse ponto sobre a moradia e cisterna foram temas presentes, sendo assim foi questionado como os programas sociais de habitação e de cisternas trouxeram mudanças na qualidade de vida da comunidade? Todos os agricultores entrevistados formalmente ou até em conversas falam de forma positiva. Sobre as casas tanto aqueles que já moram como aqueles que vão adquirir nesta nova remessa indicaram que as cisternas melhoram pois vão com menos frequência as cacimbas e açudes, e que ajuda também nas hortas, pois

nos períodos de seca é como eles conseguem manter a produção e cultivo dos alimentos. Nisso Geraldo destaca: *“muda muito, de 2017 pra 2018 tivemos uma seca grande, a salvação da gente foram as cisternas. Por que teve como conseguir carro pipa abastecer a cisterna e ficar com a água. Mesmo no brejo a gente teve essa falta de água”*. Já para Josefa: *“Não vejo a hora de ir para a casa nova, nesse período de chuva essas casas antigas ficam muito úmidas a gente adocece muito, tem uns que acha a casa pequena, ou acha ruim o modelo, mas isso já vem da empresa. As casas são muito boas”*.

No que se refere ao programa habitacional a comunidade quilombola Senhor do Bonfim foi contemplada com dois projetos, nisso Geraldo explica: *“Da primeira vez com apenas 8 unidades do Programa CDHR da CEHAP então as famílias que já foram contempladas não podem acessar novamente porque esses programas sociais eles cruzam os dados todo ligados aí já sabe que a família teve”*. O programa de moradia habitacional para as famílias do Bonfim representa muita melhoria na qualidade de vida, considerando que as casas possuem uma infraestrutura com banheiro, caixa d’água, área de serviço, piso cerâmico, o que promove bem estar para o morador, e eles enfatizam que na maioria das casas não possuíam banheiros, e as casas elas já são incluídas com o sistema de fossa séptica, como observado nas falas dos moradores: Josefa: *“a gente não precisa se preocupar com nada a casa vem com tudo pronto”* e Geraldo: *“isso é uma melhoria pra gente”*. Maria lembra que: *“as poucas casas que tinham de tijolo era tijolo de barro batido aqui mesmo e fazia as caêras para cozinhar os tijolos e ainda alcancei um forno de cozinhar telha, também teve tudo isso aqui”*.

Neste ano de 2024 o quilombo foi contemplado com 24 casas, projeto vinculado ao Incra voltado exclusivo para famílias da reforma agrária, ao perguntar sobre a quantidade de pessoas são aproximadamente 120 pessoas em 36 famílias, nos dados do IBGE esses dados foram menores sendo justificado por alguns terem moradia no distrito de Cepilho mas mantém roçado, Geraldo lembra que *“com as casas agora na hora que receberem é obrigatório morar no Bonfim, pra não perder o vínculo familiar daqui”*, essa prática de passar o dia realizando atividades da agricultura no quilombo e só a noite ir para suas casas, com as novas casas é uma forma de manter as famílias dentro da comunidade garantindo o vínculo não só parental mais a intimidade com o território que lhes pertencem. Essa prática vem desde o período que não havia eletricidade para os moradores, me recordo de modo particular de Dona Maria Bastião já mencionada que após uma de suas filhas saírem para trabalhar fora conquistou a compra de uma casa no distrito de Cepilho, e sempre à tardinha ela e seus filhos e netos que permaneciam com ela iam para o distrito e assim no dia seguinte retornava para o Bonfim.

Ainda sobre as casas Geraldo explicou algumas diferenças entre os projetos das casas: *“as 8 primeiras casas de 36m<sup>2</sup>, a gente damos uma contribuição de R\$1.050,00, esse outro projeto pela reforma agrária as casas são de 64m<sup>2</sup> aí o valor da contribuição muda também pulando para R\$3.000,00. Mas daí tem uma carência de até três anos para pagar”*. Ainda acrescentou que todas as decisões são apresentadas na reunião da associação.

**Imagem 15:** Casas Programas de Habitação



**Fonte:** Acervo Pessoal, 2024.

Na imagem acima temos os dois modelos de casas, onde à direita está a casa em processo de construção, fazendo para do atual projeto que estar sendo desenvolvido, acima notamos a casa correspondente às primeiras unidades adquiridas, bem como a presença de cisterna referente ao Programa Água Para Todos.

A comunidade conta com uma cozinha comunitária, junto ao prédio da sede da associação. Foi uma conquista através da Secretaria de Desenvolvimento Humano, a cozinha tem uma importância enorme principalmente para as mulheres que já participaram de diversos cursos voltados para o beneficiamento de alimentos, não foi possível elencar todos os cursos que já tiveram, mas, os mais frequentes são de preparação de doces e conservas, e de aproveitamento dos alimentos tanto para evitar o desperdício como para poder gerar renda entre as mulheres. Sobre a cozinha comunitária Geraldo fala: *“a cozinha dá um suporte pra comunidade, como no PNAE municipal nós temos entrega de bolo, então com a cozinha as mulheres tem um local apropriado para fazer a produção”*.

Imagem 16: Placa cozinha comunitária



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

**Quadro 7:** Políticas públicas e sociais acessadas após início do processo para titulação

	PROGRAMA/POLÍTICA	FONTE DE RECURSOS
2006	<i>Programa Luz para Todos</i>	Ministério de Minas e Energia
	<i>Fome Zero</i> , receberam cestas básicas durante o período do processo para a titulação	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
2005	<i>Programa Um Milhão de Cisternas –PIMC</i> , contemplados com <u>8 unidades</u>	Articulação do Semiárido –ASA *por intermédio da AACADE
	<i>Capacitação técnica</i> para a produção de hortaliças e frutas	Ministério do Desenvolvimento Agrário
	Casas 8 unidades	CEHAP- Companhia de Habitação Popular vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Humano/PB.
2013	Cozinha comunitária (Sede)	Secretaria de Desenvolvimento Humano/PB.
2017	Cisternas 16 unidades	Programa Água para todos- Ministério da Cidadania
2024	Casas 22 unidades	Incra
	PAA	Participação nos editais Federal e Estadual
	PNAE	

Fonte: Elaboração própria a partir do laudo antropológico e outros registros acadêmicos (2024).

O quadro 7 acima apresenta quais políticas já acessaram, de acordo o relatório antropológico (RDIT) algumas dessas políticas, mesmo não tendo diretamente ligação com a política pública quilombola, são políticas públicas e sociais de caráter universal e assistencialistas que contribuem para o combate à pobreza e a desigualdade social. Outras políticas públicas são apresentadas conforme vamos conhecendo e se introduzindo na

comunidade e também se fazem presentes na escrita acadêmica conforme é trazido em destaque no anexo I um quadro de produção acadêmica sobre a comunidade quilombola Senhor do Bonfim percebendo as diferentes áreas de conhecimento das quais algumas foram utilizadas nesta pesquisa.

*Geraldo: isso influencia, no começo a gente recebia a cesta por quase dois anos, era a cesta básica da Conab, o Governo Federal quem libera. Era chamado o Fome Zero. Quando a gente viu que o que nós tava produzindo dava pra sobreviver eu fiz questão de passar as cesta pras comunidades que estavam em mais risco de vulnerabilidade que a gente. Foi um projeto muito importe esse projeto social que ajuda a família. Nós criamos força pra trabalhar pelo alimento, a gente podia ficar fora por uns dias, eu mesmo precisei ir varias vezes resolver as questão daqui em João Pessoa, quase a semana toda fora então tinha o que comer, a gente teve muito que deixar de ganhar o dia de serviço pra poder lutar por aqui.*

O PAA tornou-se uma das principais políticas públicas de cunho social e econômico que assegura renda para a comunidade e é acessada desde o ano de 2009 iniciando com projeto de 60 mil reais (Peralta, 2012) e neste último ano de 2023 com a volta do PAA foi novamente contemplada pela chamada pública com projeto estimulado em 409 mil reais, onde das 36 famílias, 29 participaram, cada família descreve no projeto a disponibilidade dos produtos e sua capacidade de entrega, nessa descrição do projeto cada família pode ser contemplada com até 15 mil reais em produtos e esses produtos são variados. Em entrevista o Agricultor 1, falou “o PAA veio num momento muito bom, porque tinha muita macaxeira, jaca, banana... então num instante foi concluído o projeto. E a gente pode escolher pra onde vai os alimentos, então decidimos entregar pra assistência social de Areia e lá eles fazem as distribuições dos alimentos”. Ao ser perguntado sobre a elaboração do projeto para concorrer ao Programa de Aquisição de alimentos. À associação conta com a ajuda e assessoria da AACADE. Para a comunidade quilombola eles enxergam no PAA uma contribuição para a sociedade que garante segurança alimentar para os que recebem o alimento como observado na fala de Geraldo: “ os alimentos do PAA nós entregamos para a assistência social e eles distribui com a população em vulnerabilidade, a gente pode escolher pra quem entregar, mas daí a gente ver também o transporte que a prefeitura quem vem pegar, é bom pra nós e pra eles também”. Com essa fala podemos identificar que a comunidade quilombola mantém um compromisso social ao pensar na população que irá receber os alimentos por eles produzidos, deixando marcas também de sua autonomia nas decisões das políticas sociais por eles acessadas.

Através da participação do quilombo no projeto PAA, segundo o agricultor consultado, foi possível adquirir mais benefício para a comunidade, neste caso em

específico a conquista de carro para ajudar com as entregas dos alimentos, nisso o Geraldo explica: “o carro foi chamada pública esse carro nós tivemos a participação no PAA aí fomos premiados com o carro, entramos no edital e concorremos com mais de mil associações. E aqui a do Bonfim nós fomos sorteados e com o recurso decidimos comprar o carro e conseguimos o reboque e uma moto. Tem semana que esse carro não para, ajuda muito”. Notamos que a participação em projetos de políticas de compras diretas da agricultura familiar como o PAA os benefícios vão além do retorno financeiro, permitindo novas conquistas que beneficiam o quilombo, o carro representa também a autonomia para transportar os alimentos para feiras, entregas e até mesmo prestar um socorro se necessário aos moradores do quilombo.

No estudo de Peralta (2012) ela fala que o que facilitou para que a comunidade quilombola do Bonfim assumisse a responsabilidade do destino da comunidade enquanto grupo e coletividade, é a presença de tradição de ajuda mútua já existente consolidada nas práticas diárias desse grupo (Peralta, 2012; Fortes, 2007) permitindo a autonomia nas decisões. Esse comportamento enraizado no cotidiano da comunidade nos ajuda a evidenciar as características apontadas por Amartya Sen como condição para que haja o desenvolvimento como liberdade além de perceber os valores da economia solidária dentro do grupo. É importante destacar também que foi essa autonomia e ajuda mútua tida enquanto grupo que permitiu o acesso a algumas políticas públicas antes mesmo da titulação do território.

Podemos perceber que as políticas públicas sociais que a comunidade quilombola Senhor do Bonfim acessou e acessa promove bem-estar e qualidade de vida para as famílias, elas foram importantes para manter a resistência durante o conflito e superar as consequências de um período marcado por maus tratos, crise alimentar como relatado nas falas dos entrevistados, moradia precária. As conquistas em ter projetos aprovados em chamadas públicas como PAA e PNAE foram incentivadoras para compor a fonte de renda oriunda da agricultura.

Além de introduzir ao capital econômico notamos a importância do capital humano para que essas políticas fossem consolidadas. A participação das entidades de apoio contribui para o incentivo dessas conquistas e vislumbra estratégias para o fortalecimento do pessoal e da agricultura como a principal atividade como fonte de renda.

4.2.1 Atuação dos parceiros nas contribuições para o desenvolvimento do Quilombo Senhor do Bonfim: sob a perspectiva dos capitais e seus ativos

O capital humano presente na Comunidade Negra Senhor do Bonfim é defendido por Basso, Delgado e Neto 2003 (p. 86) como o que permite que haja não só a produtividade no que se refere à produção agrícola principal atividade promotora de renda, mas também é o que permite as mudanças ocorridas na qualidade de vida de seus moradores. Os mesmos autores trazem ainda que na perspectiva do desenvolvimento é esse capital humano que permite que as pessoas se tornem agentes de mudança, “as capacidades transformam as pessoas” (p. 86), e as pessoas são o que formam a comunidade enquanto grupo, o modo de pensar diferente do que se era pensado, de planejar iniciativas que visem um rendimento através de novas práticas e ações. Por tanto o capital humano ele tem sua ligação de ativos de capacidades voltados tanto para as questões ligadas à produção como emerge o surgimento da comunicação e liderança, pois a partir do momento em que o morador da comunidade faz questionamentos, se inquieta com as condições de trabalho, seja no cultivo ou criação, e que vislumbra novas possibilidades para sua produção nota-se uma sintonia e proximidade com o capital político e ao mesmo tempo com o tema da emancipação e autonomia elementos presentes neste estudo sob a ótica da economia solidária e das liberdades substantivas.

Segundo Fortes (2007, p. 61) “a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi a primeira instituição a amparar a demanda destes moradores orientando-os no sentido de se fortalecerem enquanto coletividade e no sentido de organizarem suas ações”. A partir dessa abertura para organizações institucionais foi se introduzindo a interação com outras entidades e a formação de parceiras, que hoje resulta em diversos atores sociais presentes no território quilombola como disse a entrevistada parceiro 5: *“nossa é uma coisa muito interessante, são muitos projetos acontecendo ao meu mesmo tempo no quilombo e nesses projetos tem grupos e organizações diferentes... os encontros de parceiros permite isso conhecer o que cada um ta fazendo, isso é incrível! Eles são muito receptivos”*.

Na entrevista com as entidades de apoio da rede CSA Parahyba e Terra Viva foi trazido que para a comunidade quilombola Senhor do Bonfim receber o selo OCS Organismo de Controle Social (OCS), foi uma articulação da Secretaria de Economia Solidária- PB que buscou representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária para iniciar o processo de reconhecimento do OCS. Precisando de muitas reuniões, encontros e visitas na comunidade com os representantes destes órgãos. O fato do quilombo estar presente nos ambientes de comercialização de empreendimentos da economia solidária na cidade de João Pessoa, despertou para buscar mecanismos de reconhecimento das práticas agrícolas do quilombo. Então a busca pelo selo OCS sendo uma iniciativa da

idealizadora do coletivo Terra Viva que naquele período atuava como secretária da economia solidária da Paraíba.

Com isso surge o coletivo Terra Viva por volta do ano de 2016 que dentro dos valores da economia solidária para expandir o mercado de venda dos alimentos cultivados pelo quilombo e em paralelo a formação desse coletivo, viu-se a necessidade de criar uma Comunidade que Sustenta a Agricultura-CSA, da qual participou de um período de formação para entender como funciona a rede, seus valores, princípios, tudo que fosse preciso para iniciar. Esses dois parceiros do quilombo tomaram a iniciativa começaram a ampliar o mercado de vendas dos alimentos, são duas formas de venda diferentes, a CSA seus consumidores adotam o estilo de antecipar o pagamento das cestas para o agricultor e possui local de recebimento das cestas enviadas pelo agricultor. Já para o coletivo Terra Viva os consumidores adotam o perfil de cliente de feira, eles escolhem o que vão consumir, nas cestas CSA são os agricultores que fornecem os alimentos conforme sua produção, considerando a sazonalidade de alguns desses alimentos. Vejamos que diante da organização para certificar o quilombo como uma OCS, despertou a necessidade de expandir o mercado para o quilombo fazendo surgir duas novas organizações que além de promover o crescimento financeiro para os quilombolas, promove a segurança alimentar dos consumidores, estimula a compra direta permitindo que o consumidor mantenha um contato com o agricultor, tornando uma relação de troca. Para as idealizadoras do Coletivo Terra Viva e Rede Comunidade que Sustenta a Agricultura Parahyba orientar o quilombo para concretizar o selo OCS é contribuir com o desenvolvimento da comunidade agregando valor aos produtos cultivados e comercializados. Para elas, entrevistada parceiros 3 e 4:

*Não é fácil, nem simples pois temos muito trabalho, desde organizar lista de pedidos, de pagamentos, de clientes, tem a entrega, a retirada das cestas nos pontos de apoio, ainda vemos as possibilidades de entregar em pontos de comercialização... então é muita coisa pra gente, mas é uma coisa que a gente acredita. E partilhamos bem as questões da economia solidária.*

É importante destacar que essas atividades destes parceiros mencionados ocorrem de forma voluntária. Estas entidades vislumbram caminhos e oportunidades para consolidar as ações do quilombo. Destacando a institucionalidade presente por meio destes parceiros como uma importante marca característica para o desenvolvimento do quilombo. Com a interação dos parceiros, como atores sociais externos, e os agricultores – atores sociais locais, percebemos o protagonismo desses atores como agentes que propagam o desenvolvimento da comunidade, formulando estratégias para fortalecer a

comunidade em suas distintas necessidades, tomando decisões que implicam nas prioridades e objetivos, além da “implementação de ações e processos, muitos deles apoiados pelo Estado” (Kanikadan; Silva, 2017, p. 278). Na maior parte dos encontros tidos com os parceiros, apenas um membro da comunidade que fala representando toda a comunidade, essa relação de confiança é uma condição baseada naquilo que já foi alcançado, na capacidade de articulação política e social da parte do representante da comunidade.

Durante o ano de 2023, esteve presente na comunidade duas instituições que estavam atendendo a uma demanda do Ministério da Agricultura e Pecuária para renovação e atualização do selo Organismo de Controle Social. A Associação Negra Senhor do Bonfim, é cadastrada como uma OCS, na qual os agricultores diante das suas práticas validam o processo da produção orgânica deles, onde através desse cadastro cada agricultor recebe uma declaração de que os produtos deles têm a garantia de serem feitos dentro das práticas orgânicas.

O Instituto Flor do Cajueiro chega ao Bonfim para atender a demanda do Mapa para atualização do selo OCS, seus consultores tiveram atuação direta com os moradores/agricultores eles nos diz, entrevistada parceira 2:

*A certificação garante que o manejo realizado pelos agricultores da Associação do Senhor do Bonfim, adota a prática orgânica, não adota agrotóxico, de queimadas, que não adota a poluição ambiental e que tem um viés social se preocupando com a qualidade de vida das pessoas. Assim eles conseguem fazer um acréscimo de 30% a mais no valor de seus produtos em cima do preço de mercado[...]. Hoje, os produtos deles estão registrados no Sistema Brasileiro de Produção Orgânica, no PAA por exemplo eles participam como orgânico. O PAA Conab possui uma lista de valores dos produtos da agricultura convencional e outra lista com os 30% a mais no valor dos produtos orgânicos.*

Ao observar a fala da entrevistada parceira 2, permite-nos trazer a perspectiva do desenvolvimento sustentável, onde o modo como as práticas das atividades econômicas oriunda da agricultura dentro do selo OCS permite trabalhar pensando no respeito e preservando a natureza, cuidando da sociedade e garantindo segurança alimentar e nutricional pela produção orgânica.

A Arribaça é uma ONG que contribui com o desenvolvimento sustentável respeitando os princípios da agroecologia, ela iniciou suas atividades com o Instituto Flor de Cajueiro que estava prestando consultoria para atualização do selo OCS, atendendo a uma demanda do Mapa. Por prestar assistência técnica para assessoria agroecológica orgânica, a partir daí a Arribaça iniciou atividades com reuniões para apresentar a

legislação orgânica, os planos de manejo e caderno de campo que deve ser adotado pelos agricultores para seguir com selo, pois o Mapa pode fazer fiscalização. A entrevistada parceira 2 aponta: *“a Arribaça enquanto instituição preza muito pelo empoderamento do agricultor, a disseminação do conhecimento, com formação para que o conhecimento fique com eles e não necessariamente depender da consultoria sempre que precisar”*. Os agricultores do quilombo receberam várias instruções sobre defensivos agrícolas, por terem uma diversidade de cultivo e produção compreendem que os manejos são diferentes, passam a ter conhecimentos daquelas sementes que são melhor indicadas para compra levando em consideração que nem sempre as hortaliças por exemplo conseguem fazer os bancos de sementes necessários para manter a produção crioula. Podemos observar na foto momento da atuação da Arribaça com os moradores e agricultores da comunidade.

**Imagem 17:** Da atuação Instituto Flor do Cajueiro com os quilombolas em frente à sede da associação



**Fonte:** acervo de Mídia Social Instagram Arribaça, 2023.

A importância do selo OCS para a comunidade vai além do estímulo econômico, uma vez que possibilita mais qualidade de vida para as pessoas ao mesmo tempo que eles se mantem assim é o que diz a entrevistada parceira 2, ela também fala no valor cultural e crenças presente na comunidade sendo valorizada e tudo isso contribui para o desenvolvimento tanto econômico como sustentável deles. A imagem abaixo traz os parceiros institucionais do Bonfim, onde estive presente representando a Incubes-UFPB.

**Imagem 18:** Encontro com os parceiros do Bonfim

**Fonte:** acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2023.

É possível entender que cada parceiro do quilombo contribui de modo particular em seu universo de atuação, mas que quando colocados em grupo, em um coletivo, vemos sua interação de modo que o objetivo principal é promover a comunidade quilombola para seu desenvolvimento. Incentivando a criar caminhos seja na oferta de serviço como a valorização da história através do ecoturismo considerando os pontos estratégicos de visitação como a casa grande, ruínas do engenho, casa de farinha na qual ao passar por estes pontos a história de luta e resistência é mantida e perpetualizada na tradição oral das memórias daquele lugar. Na produção agrícola com beneficiamento dos insumos, como na fabricação de doces e conservas. E no estímulo do fortalecimento das hortas visto que hoje é a principal atividade dentro da agricultura local. Em meio ao incentivo para consolidar o desenvolvimento com prática em atividades além da agricultura Luciano aponta para ações voltadas para o turismo comunitário, que de certo modo já vem sendo introduzido quando os parceiros buscam formar grupos de consumidores e amigos para conhecer a comunidade, para ele é preciso fazer um planejamento futuro para ações no turismo que depende também das ações da gestão municipal, conforme aponta Luciano:

*Sobre o ecoturismo isso é muito lento, porque num depende só da gente, depende do gestor municipal. Porque o gestor do município vai reconhecer e colocar adiante. E a comunidade também tem que mostrar sua atividade. Porque apoio a gente tem demais (Flor do Cajueiro, Aacade, CSA, Terra Viva, agora tem o Apuama turismo)... cada um tem seu jeito de ajudar... O turista ele precisa de apoio quando chegar aqui quer uma hospedagem um restaurante... agora vai ter um restaurante já é um primeiro passo. Ta todo mundo empolgado com isso. Mais a gente pensa em fazer na casa grande, mas daí precisa de mais recurso.*

Para a entrevistada parceira 5, “*o quilombo tem muito potencial, ele tem uma determinação e coragem para trabalhar incrível*”, essa fala é compartilhada por todos os parceiros entrevistados. A entrevistada parceira 2 ainda completa: “*o modo como eles se organizam em mutirões para manter os espaços naturais preservados, como limpeza das cacimbas, esse é um capital humano muito forte. Eles têm isso*”. Os entrevistados parceiros 3 e 4 buscam estarem sempre presentes na comunidade, elas organizam grupos dos consumidores para conhecer o quilombo e os agricultores que cultivam os alimentos, como também buscaram implantar projetos que valorizem a sustentabilidade ambiental, como projeto para o tratamento das águas cinzas (que são as águas proveniente da pia de lavar louças e da lavanderia de roupas), o projeto piloto da Aquaponia que consiste em um sistema que cria peixe em caixa d’água associado ao cultivo de hortaliças por hidroponia. Sendo esses apenas alguns exemplos daquilo que as instituições buscam acrescentar para fortalecer o desenvolvimento da comunidade com o uso de tecnologia social e sustentável. Nisso, os autores Kanikadan e Silva (2017) trazem na perspectiva do desenvolvimento como liberdade, que a “busca identificar, valorizar e reconhecer o potencial de um território permite que suas especificidades relacionem a ativos específicos” que estão no território. Como apontado neste trabalho, o território não é só o espaço físico, o território também são as pessoas que fazem parte desse espaço físico, portanto ao existir as trocas, reuniões, entre os diferentes atores sociais internos e externos, permite a identificação desses ativos que promovem o desenvolvimento da comunidade.

A Rede CSA Parahyba, além da atividade de organizar os grupos de consumidores eles vem desenvolvendo outras atividades para divulgar e visibilizar a história do quilombo do Bonfim, resultando em participação de vídeos e entrevistas para canais nas mídias sociais, sendo assim Geraldo apresenta: “*no caso dos vídeos acho muito importante a gente divulgar, por que a gente consegue algum benefício, um parceiro que interessado em ajudar oferece o que tem, tudo isso é bom pra gente*”.

Ao ser questionado sobre a presença dos parceiros Geraldo ressalta:

*Sem a presença dos parceiros... eu digo assim... nós pode até passar sem a presença deles, mais não é a mesma coisa. Através dos parceiros a gente consegue muita coisa pra comunidade, desenvolvimento da agricultura, orientação pra os editais como PAA, PNAE, no caso quando a gente recebe a terra precisa de casa, de cisternas, sem os parceiros isso não funciona. Precisa de parceria com o governo, com a prefeitura, com as ONG, com a universidade, em tudo que você imagina tem que ter parceria.*

A comunidade Senhor do Bonfim, pelas suas lideranças reconhecem a importância e a contribuição das parcerias existentes, essas relações são possíveis pois desde o início do conflito pela terra a presença de instituições dentro do território foram determinantes para orientar os passos tidos durante aquele processo para chegar a titulação além da condução para o acesso a políticas públicas como consta no quadro 6. Essa abertura para consolidar as parcerias, abertura de diálogos com diferentes atores sociais é uma característica que forma o capital político e social do quilombo. Uma vez que se faz presente as características de negociação, visão de futuro para atividades empreendedoras. A comunidade vive em constante dinâmica que constitui o desenvolvimento do quilombo, existindo traços das dimensões existentes no território e nas relações como observado neste tópico a dimensão institucional através de seus parceiros foi destaque para consolidar conquistas como o selo OCS, vislumbrando outras atividades para o fomento econômico da comunidade.

**Quadro 8:** Características de capital social e humano pelos ativos identificados

<b>Capital social</b>	<b>Capital humano</b>
Presença de instituições	Presença dos parceiros/ instituições
Presença humana como força de trabalho	Força de trabalho humano
Capacidade de comunicação	Cursos e capacitações oferecidos por parceiros
Capacidade de relacionamento	Participação em eventos e palestras
Formação de parceiros e redes	
Certificação OCS	

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

O quadro 8 buscou trazer os ativos que formam os capitais social e humano na comunidade Senhor do Bonfim, observando entre eles ativos que se repetem entre si, tornando aquele ativo uma característica marcante que contribui na explicação do desenvolvimento do quilombo.

#### 4.2.2 Capital político e econômico

No decorrer da construção da comunidade enquanto território quilombola e nas questões dimensionais que consistem no desenvolvimento, vimos que o capital cultural é um forte elemento presente no território, e dentro desta dimensão cultural a presença marcante da história de vida, de luta e resistência tida além do vínculo com a agricultura, são características percebidas também nos aspectos de capital humano na consolidação

das práticas agrícolas e narrativas das memórias que permitem visualizar novas atividades que fomentem renda através do ecoturismo, por exemplo. Esse capital humano pela capacidade de relacionamento, trocas e negociações fortalece o capital político existente nas características pessoais de lideranças da comunidade, sendo um fator necessário para que o acesso às políticas públicas fosse consolidada. Visto uma série de conquistas que foram alcançadas e percebidas na qualidade de vida de seus moradores. Dentre as políticas públicas acessadas, o programa PAA e PNAE colaboram com a formação do capital econômico, gerando renda oriunda da agricultura familiar por eles praticada.

A partir do momento que a comunidade pode usufruir de toda extensão territorial, eles sentiram autonomia para “estabelecer contatos e parcerias conforme interesse e disposição” (Peralta, 2012), podemos perceber que a partir desse momento depois do ano de 2009, a comunidade começou a participar de projetos para fornecer alimentos para o PAA, puderam comercializar em feiras e despertando o interesse da extensão universitária que se faz muito presente na comunidade cada vez mais. A mesma autora destaca o termo “visibilidade tem um reconhecimento social e político das comunidades” (p. 96), destacando ainda que “ a identidade étnica é um forte instrumento de capital político, capaz de mobilizar apoiadores, mas também recursos financeiros e políticas públicas” (p. 97).

Na história do conflito e construção do território enquanto remanescentes quilombolas, Fortes (2007, p. 32) nos mostra que a partir do momento em que a comunidade assumiu sua identidade quilombola e decidiu unir suas forças em torno da luta pelo território, passou a ser de interesse da ação de entidades como a Pastoral da Terra e a Comissão das Comunidades Negras e Quilombolas (CECNEQ) da Paraíba, entre outras. Através destas instituições, os membros da comunidade têm recebido orientação no sentido de ampliar suas possibilidades de geração de renda, isso ainda lá no começo dos conflitos. Essa orientação é traçada por capacitações diversas, seja para o cultivo, preparo da terra, criação de animais, estratégias para fortalecer e desenvolver a economia entre eles.

A horta na comunidade ressurgiu como estratégia de fortalecimento enquanto grupo, teve assistência técnica do MDA e mais vez com a intermediação da AACADE (Peralta, 2012, p. 99). A horta representou também a superação da fome, pois a partir daquele momento em que começaram a colher e consumir daqueles alimentos por eles produzidos/cultivados houve mais ânimo para enfrentar as lutas diárias do conflito como contou Geraldo, por mais que os moradores do engenho vivessem ali eles não podiam plantar roçado e quando plantava além de ser uma produção de meia com a proprietária

aquela área que foi preparada para o roçado servia como uma preparação para no ano seguinte ser plantado cana-de-açúcar, conta os agricultores.

Hoje a agricultura é a principal fonte de renda das famílias do quilombo, cada família escolhe o que plantar conforme disponibilidade da força de trabalho. O roçado de macaxeira, de laranjeira e as bananeiras são as principais culturas, além da plantação de milho e feijão. As árvores frutíferas não são plantadas de modo estratégico, mas são responsáveis por acrescentar diversidade na oferta dos produtos. Hoje na comunidade apenas uma agricultora tem plantação de cana-de-açúcar que é utilizada para a comercialização do caldo da cana, mas essa decisão de não continuar plantando da cana-de-açúcar para a maioria dos quilombolas *“é uma recordação do passado marcado por sofrimento e maus tratos”* diz a Entrevistada parceira 1.

No tocante a produção de macaxeira, além da venda ela também é utilizada para a fabricação de farinha de mandioca e goma, atividade realizada por algumas famílias que mantém a tradição de produzir a farinha tanto para o consumo como para vender no comércio local e que foi potencializada com a construção da casa de farinha.

A variedade de alimentos cultivados é um grande diferencial produtivo e competitivo, tornando a agricultura uma marca de resistência e conquista para a autonomia financeira das famílias do quilombo do Bonfim.

**Imagem 19:** Plantação de macaxeira, com a presença de árvores frutíferas e ao fundo plantação de bananeira



**Fonte:** acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2024.

**Imagem 20:** horta e bananeiras

**Fonte:** Acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2024.

O modo de plantio presente é agroecológico e sistema agroflorestral (SAF), onde a presença de variedade cultivada ajuda a formar uma barreira protetora para evitar a proliferação de pragas. Comportando-se como um inseticida natural, esse relato faz parte de um dos momentos tido com Geraldo em sua horta.

**Imagem 21:** Variedade de alimentos nas cestas CSA

**Fonte:** acervo mídia social Instagram Rede CSA Parahyba, 2024.

Vale ressaltar como já mencionado neste trabalho, em dado momento da propriedade existia uma horta da qual seus produtos eram comercializados, e essa horta quem “tomava de conta” era meu bisavô, essa relação do meu bisavô foi trazida em um

momento de atividade com representantes dos projetos existentes e em vigor no quilombo, e que Maria (moradora quilombola) evidenciou naquele momento para enfatizar as relações e proximidades existentes. Maria lembra: “*Santo Gomes... há tinha umas hortas maravilhosas! Há tenho conhecimento muito daqui o povo as vezes dizem que sou mentirosa mas eu conheci muito aqui, via o povo no engenho, acompanhei muita coisa aqui*”. No que se refere a essa atividade específica da horta meu pai/avô sempre falou que meu bisavô conhecido como Santo Gomes cultivava, mas ele não enfatiza a condição de morador/trabalhador, embora o tenha sido. Já meu pai/avô chegou a ter esse vínculo e sempre traz em suas falas o trabalho no engenho na produção de rapadura, seja embalando, na contagem, nas horas de trabalho que eram excessivas, no deslocamento a pé do Bonfim até a cidade de Esperança tangendo burro com carga de rapadura. Essa relação do meu bisavô permitiu que ele comprasse um pedaço de terra que hoje é nosso sítio a um senhor de nome Benedito que foi um administrador do engenho, e tudo isso foi trazido por Maria durante aquela atividade que eu fui representando a extensão universitária através dos projetos Enlaces e AGEES da Incubes-UFPB em maio de 2023. Tornando um momento de encontro com as memórias dos meus familiares ao mesmo tempo que me fez pensar na responsabilidade de estar ali, por um lado investigando, sendo pesquisadora, por outro, sendo parte de uma realidade tão presente ao mesmo tempo distante por não ter sentido na pele tais situações vivenciadas por aqueles que permaneceram no engenho.

**Quadro 9:** Característica do capital econômico e seus ativos no Quilombo Senhor do Bonfim

Políticas de compras diretas da agricultura familiar	Agricultura
Feiras livres	Casa de farinha
Entregas de cestas da rede CSA e coletivo Terra Viva	Grupos de compras da economia solidária
Capacidade de articulação para conquistar novos mercados de consumidores	Diversidade de produtos

**Fonte:** Elaboração própria, 2024.

É importante ressaltar que a referência de Fortes 2007, é o RTID (Relatório técnico de identidade e delimitação territorial) que introduziu alguns desses ativos desenhando os aspectos que consolidam a economia do quilombo oriunda da agricultura familiar, no respeito à ancestralidade, fomentando o desenvolvimento da horta como instrumento de geração de renda.

**Quadro 10:** Equipamentos públicos

Casa de farinha	Sede da associação
Casa grande	Cozinha comunitária
Açude e cacimba	Campo para futebol

**Fonte:** Elaborado pela autora desta pesquisa, 2024.

O quadro 10 apontou os equipamentos considerados públicos na comunidade que colaboram com as atividades realizadas no quilombo. Tomando por base os autores Basso, Delgado e Neto, 2003 (p. 80) “a disponibilidade de bens públicos e de sua possibilidade de acessar os bens privados fornecidos pelo Estado”, fortalece que estes equipamentos públicos que o quilombo possui são aberturas encontradas para a atuação governamental por meio de projetos que possam ser executados nesses ambientes.

**Imagem 22:** Início da construção da casa de farinha



**Fonte:** Acervo Pessoal Geraldo

Em meio às entrevistas, foi destacado que no ano de 2016 a comunidade ganhou a instalação de abatedouro para fornecer frango nos projetos de compras da agricultura familiar. Esse projeto foi financiado pelo programa Cooperar-PB. Segundo Luciano, no começo o projeto era muito bom, porém com a crise política que resultou no impeachment da ex-presidente da Dilma Rousseff (PT), em seu lugar, assumiu o vice-presidente Michel Temer (PMDB). Desde então, as políticas sociais sofreram com a pausa de muitos desses projetos de compras da agricultura familiar, sendo esses quadros agravados mais ainda com a entrada do Governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL). As dificuldades de vendas para os programas sociais aumentaram, pois, o programa PAA foi pausado, com a crise da Covid, ficou ainda mais difícil manter a criação das aves como relata o Luciano:

*As vendas diminuíram muito, quando a gente vende pro governo o preço do frango é melhor e a gente vende em muita quantidade. A gente tinha que comprar ração, e daí é tudo muito né? Começaram a vir as cobranças dos fornecedores e a gente sem ter condição de pagar, então entregamos os maquinários pra os fornecedores. Na reunião da associação as pessoas ficaram de acordo e fizemos isso. Agora acho também que se a gente tivesse sido acompanhado, vir a assistência pra ensinar a criar, a lidar com essas*

*coisas poderia ter sido melhor. Mas a gente precisou fazer isso se não ia ficar com o nome sujo, as cobranças vieram e eles disse que se não pagasse ia levar o que tivesse. Acho que se o governo desse essa assistência podia ter sido diferente. A gente cria uma galinha mais é solta, pra vender assim o jeito de criar é diferente, é tudo novo pra gente.*

Esse relato traz a um episódio marcado pelo incentivo à geração de renda, porém as condições em que eles se encontraram levaram a uma decisão difícil, essa decisão foi tomada pela condição de autonomia e autogestão. Eles tiveram autonomia para pensar nos impactos que iriam enfrentar. Houve o incentivo governamental por meio do projeto Cooperar-PB, mas enfrentam dificuldades na geração de renda, visto que a condição do cenário político brasileiro não favoreceu a expectativa gerada para as vendas dos frangos, compreendendo que as políticas das compras oriundas da agricultura familiar seriam os principais compradores daquela produção. O capital econômico também é composto pelas decisões que afetam o poder aquisitivo de seus moradores.

No caso específico das comunidades quilombolas rurais, o que os estudos recentes têm demonstrado é que elas comumente cultivam e compartilham muitos hábitos, crenças e práticas comuns às demais populações de sua região; afinal tais comunidades embora possam, em alguns casos, viver em espaços geográficos de acesso mais difícil, estabelecem com a sociedade de seu entorno uma gama variada de trocas: desde a comercialização de seus produtos, à sujeição às regras de poder vigentes na região ou ainda a troca de conhecimentos (Fortes, 2007, p. 80).

A medida em que o capital cultural se faz também pela presença da prática agrícola na qual historicamente o modo do cultivo dos vegetais e criações animais traz aspectos de manejos, seja com a tradição do uso das sementes crioulas que foram adquiridos com os costumes dos mais velhos repassados às novas gerações, a agricultura familiar constitui principal fonte de renda para a comunidade quilombola Senhor do Bonfim, seja pela comercialização direta com os consumidores, seja em feiras nas cidades vizinhas, seja pela parceria com as cestas da rede CSA, seja pelo acesso ao PAA. A comunidade recebe muito incentivo para a prática agrícola como relatado ao decorrer do trabalho. Nos estudos de Yogi (2014) ele apresenta que a agricultura da comunidade quilombola Senhor do Bonfim possui traços ligados ao modo camponês, e que os costumes das práticas agrícolas são passados de pai para filho, ou seja, carrega os saberes dos antepassados, e essa prática de ancestralidade também se faz presente com as sementes, pois ao iniciar um novo cultivo essas sementes são utilizadas, considerando que anteriormente tiveram boa produtividade, são as sementes que são guardadas e consideradas as tradicionais sementes crioulas.

Em uma das visitas de campo, especificamente na horta de um dos agricultores CSA Expedito, foi visto algumas espécies de hortaliças como o coentro, a cenoura e o tomate que já tinham passado do tempo de colheita e o questioneei o que eles faziam com essa produção que não era escoada, já para introduzir um assunto sobre o aproveitamento daqueles produtos e pensar nas possíveis variedades de agregar novos produtos para evitar o desperdício como por exemplo a desidratação do coentro, molho de tomate, tomate em conserva, uma tentativa de incentivar para criação de outros produtos. Então ele informou que as utilizava para fazer novas mudas, semeando novamente. É uma prática nítida de como é presente o uso das tradições e saberes que vão passando entre as gerações e com a preservação das sementes crioulas que carregam em sua genética características próprias daquele território. Efigênio, disse que costuma ter o banco de semente principalmente as de milho e feijão que são guardadas em garrafas pet. Em suma, o modo de vida da comunidade quilombola Senhor do Bonfim retrata muito a história marcada por um passado de restrições, com costumes e práticas trazidas pelas memórias de seus antepassados.

Este tópico conseguiu trazer respostas a dois dos objetivos desta pesquisa, primeiro ao trazer a atuação de diversos atores sociais que se fizeram e fazem presentes na comunidade com o objetivo de contribuir para um desenvolvimento da comunidade, baseado em valores que buscam e promovem a emancipação dos moradores locais, contribuindo com a geração de renda, na preservação da história, nos cuidados com o meio ambiente. E segundo na medida que os capitais e ativos são identificados começa a se perceber quais destes capitais e ativos mais se destacam e mais se fazem presentes nas várias fases que esta pesquisa foi sendo construída.

#### **4.3 Valores da economia solidária presentes na construção da comunidade quilombola: traços de decisões identificados**

Nos aspectos referentes à **economia solidária** ela se destaca na comunidade aparada não pelos conceitos teóricos uma vez que eles nem se quer ouviram falar sobre ela, mas logo no início do conflito pela terra suas práticas e ações evidenciados pelo modo de organização enquanto grupo para cultivar as hortas, nos mutirões para construção da sede, da casa de farinha. Identificando assim, quando o autor Carneiro (2012) defende a economia solidária na perspectiva da solidariedade, autogestão e cooperação.

**Imagem 23:** etapas de construção da casa de farinha em forma de mutirão



Fonte: acervo pessoal de Geraldo

**Imagem 24:** etapas de construção da casa de farinha em forma de mutirão



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo.

As imagens acima trazem os moradores do quilombo do Bonfim organizados em mutirão juntamente com membros do grupo de italianos que financiaram a construção da casa de farinha. Notamos o envolvimento de membros de todas as idades para concluir a construção. Além da construção da casa de farinha, os moradores em vários momentos se organizaram para juntos colaborar com a construção da sede, a construção do galpão e abatedouro de galinhas citados no tópico anterior. De modo que essas contribuições pela força de trabalho demonstram a **cooperação** existente dentro da comunidade por seus moradores. Desde o início dos conflitos essas atitudes de ajuda mútua, de cooperação se fizeram presentes como uma forma de demonstrar força e compromisso.

A prática da **solidariedade** é destacada já no início do conflito onde com a delimitação do território da propriedade não foi requerido que os sítios vizinhos dos quais ainda estavam na documentação entrasse na delimitação do território, porém a comunidade decidiu reivindicar apenas a parte da fazenda que tinha quando a proprietária

faleceu. Sobre este episódio Geraldo lembra: *“A gente é solidário devido o que nós passou, vários territórios que nós tinha direito, nós vimos que tava mexendo com as pessoas que fosse mais ou menos igual a gente. Nós, tinha direito as 500hectares, mais nós só reivindicamos 122hectáres [...] da pra gente sobreviver”*.

Ainda sobre a **solidariedade** as famílias recebiam as cestas da Conab percebendo que os alimentos oriundos das hortas e roçado já garantiam sobrevivência e segurança alimentar foi decidido fazer a doação das cestas da Conab para outra comunidade que estavam em situação de insegurança alimentar, como observamos nos relatos dos agricultores e também da AACADE. Geraldo lembra:

*Quando passou uns três anos que a gente viu que tava produzindo decidimos juntos que ia ceder as cestas pra outra comunidade que também precisava e o que a gente tava produzindo não deixava a gente passar fome. Então a gente doou a cesta. A cesta foi muito boa pra nós que a gente ia pra luta nem sempre podia ta trabalhando também por que a gente saia muito pra resolver as coisas, as audiências, a gente precisava de sustança pra enfrentar as coisas, então as cestas foram boas pra isso”*.

A entrevistada parceira<sup>1</sup> afirma que:

*Uma das coisas mais bonitas aqui deles é isso: quando perceberam que o que plantaram dava pra eles sobreviverem e também já iniciar com as vendas dos produtos eles tomaram essa atitude de conversar entre eles e poder ajudar outras comunidades que também estavam em conflitos. Acredito pelo que vejo que a economia solidária se faz presente aqui em toda a trajetória dessa maneira, sem se prender aos conceitos, sabe? Isso estar presente nas atitudes deles no modo como lidam.*

Trazer a compreensão dos moradores/agricultores sobre às práticas e seu entendimento de como a economia solidária se manifesta no meio deles e de como ela contribui para o desenvolvimento e as decisões tomadas entre eles enquanto grupo são relatados nas falas a seguir. Para Geraldo: *“Sobre a economia solidária hoje a gente já tem mais conhecimento porque a gente participa de debate, roda de conversa com os parceiros que explica como funciona a economia solidária. E em ser solidário com os outros, doando alimento, outros apoios também”*. Luciano: *“então nossa economia aqui começou como grupo, tudo através do grupo. Pra fortalecer a renda da família a gente fazia feira, pra levar pra algum lugar. Vender pro governo e também da CSA que ajuda e também tem essa coisa da economia solidária junto”*. Maria: *“a economia solidária é uma economia pra engrandecer a família: na melhoria da condição de vida financeira, na alimentação”*. Conforme o agricultor que é inserido no contexto da economia solidária, desenvolve relações dialógicas e práticas a sua percepção sobre as contribuições

da economia solidária vão tomando uma dimensão de valorização da forma como é vivenciada a economia solidária entre eles e a favor deles.

Os autores Silva, et al (2023), trazem o entendimento de que a economia solidária acontece no Bonfim durante a organização dos alimentos que são comercializados semanalmente na cidade de João Pessoa, tanto para as entregas das cestas CSA, quanto para os demais pontos de distribuição. Isto é, quando “*os alimentos produzidos são comercializados juntos, é a economia solidária acontecendo*”. Silva, et al (2023), destacam ainda que as “experiências resultam em compreender as práticas adotadas pelo quilombo, como a economia solidária acontece”.

Outro aspecto de solidariedade é identificado na fala de Jozefa que ao ser perguntado sobre o que mudou após a conquista da terra é relatado que no roçado nunca falta alimento, nos períodos das frutas sempre tem e inclusive naquela semana da entrevista viu uns cachos de banana ficando maduro e mandou para um conhecido da família. Essa prática de doação dos excedentes seja das frutas ou do roçado é uma prática bem comum entre as famílias dos agricultores, que muitas vezes não é vista como doação, mas sim um presente.

Embora se tenha trazido em maior destaque a solidariedade como principal característica da economia solidária dentro da comunidade quilombola, os aspectos da cooperação e da autonomia são facilmente identificados. Nos tópicos anteriores quando o morador e agricultor Luciano traz que a decisão de parar com as atividades de criação de galinhas e vender o maquinário para saldar a dívida acumulada para manter o abatedouro e a criação das aves, foi uma decisão levada para a reunião da associação. E decisões trazidas sobre a doação das cestas logo no início do conflito a partir do momento que eles notam que já podem sobreviver com as colheitas das hortas e do roçado foram decisões que vieram desse espaço de reunião da associação dos agricultores, podendo e permitindo a participação coletiva, da assembleia na deliberação das decisões que implicaram na identificação da **autogestão** como característica dos valores e princípios da economia solidária adotada nesta pesquisa.

#### 4.3.1 Percepção de superar a pobreza

A superação da pobreza sob a ótica social e do desenvolvimento através da qualidade de vida ela é entendida como melhorias ao acesso de bens e serviços que compõem o universo causador das desigualdades. Para Wedy (2017, p. 348) o desenvolvimento sustentável deve ser medido não apenas pelo crescimento econômico,

mas se faz necessário apontar “indicadores da qualidade de vida, do bem-estar, da questão ambiental e liberdade individual”, sendo indicadores mensuráveis necessários para a atualidade. Sendo assim foi questionado aos agricultores do Bonfim se houve superação da pobreza após o processo de abertura para a titulação da terra. Vejamos os pontos de vista por eles trazidos:

**Quadro 11:** Narrativas de Memórias e a Superação da Pobreza

<b>Narrativas sobre a superação da pobreza no quilombo Senhor do Bonfim</b>
Luciano: <i>“e a gente continua pobre, mas não é pobre como antes. E gente ta estabilizando como classe social. Mudamos muito. Saímos daquele ‘ralarala’ que via antes naquela situação de dizer nós estamos passando fome e não tem ninguém para ajudar. Essa maior dificuldade que sentimos não temos mais”</i> .
Maria: <i>“filha pelo amor de Deus! <b>Todo mundo hoje se considera rico!</b> [...]naquele tempo mãe colocava duas xícara de guandú no fogo, os caroços era pra pai e o caldo mãe colocava farinha e a gente se criou assim. Hoje num é rico com essas terras todos quem num quiser trabalhar”!</i>
Josefa: <i>passamos muitas necessidades, a se ...com o guandú, quando era no sábado mãe matava dois pintinho que não era nem frango pra gente comer com aquele caldinho do guandú e farinha”</i> .
Josefa completou: <i>“porque <b>agora nós tem terra pra plantar, criar um bicho, um porco.</b> Desde pequena a gente sofria com a crise de comida porque não tinha, depois que a gente conseguiu não falta macaxeira no roçado, uma batata, uma laranja, tudo isso nós plantou”</i> .
Josefa: <i>“<b>foi um passo importante pra superar a pobreza sim, veio casa, casa de farinha, cisterna,</b> mais casa novamente, ter onde criar e plantar, tudo isso melhora e gente supera a pobreza, num tem mais dificuldade como antigamente”</i> .
Maria: <i>“<b>O projeto Conab, é um projeto que tirou todo mundo da fome.</b> Quando o pessoal viu aquele dinheiro de verdade todo mundo se animou pra trabalhar mais (não que fosse preguiçoso) mas foi tudo pra frente”</i> .
Geraldo: <i>“eu acho que a gente hoje, <b>estamos num segundo degrau,</b> não superou a pobreza, mas num vive em situação de risco, precisa melhorar muito, mas <b>melhorou bastante tem o que comer e ainda consegui ajudar a quem não tem o que comer”</b>”</i>

Nas narrativas destacadas notamos na fala de Josefa, que a superação da pobreza se deu também com o acesso dos programas de habitação, melhorias com a aquisição das cisternas, e tudo isso foi possível pelo reconhecimento como quilombolas e o acesso a terra pelo processo da titulação. A superação da pobreza no quilombo Senhor do Bonfim ela é narrada de modo que percebemos o dinamismo como acontece tal superação, observamos no quadro 11, sobre as narrativas, indicadores como o acesso a distintas políticas públicas, a terra para plantar, ao alimento, apoiando ao que os autores Kanikadan e Silva (2017) trazem que o modo como as pessoas vivem, fazem suas escolhas, representa uma liberdade que se baseia em qualidade de vida, não necessariamente estar diretamente associado ao poder aquisitivo de recursos e renda disponível. Sendo assim, a superação da pobreza diz respeito as melhorias tida na vida coletiva e individual de seus moradores a partir do momento que se iniciou o conflito para a posse da terra nos dias atuais.

Outro destaque da superação da pobreza é observado nas falas dos entrevistados e também fruto de conversas no acompanhamento de alguns grupos quando fazem visita ao quilombo é trazido pelos hábitos alimentares que tinham. Uma moradora (Lôra) relatou em uma dessas visitas que faziam “café” com o caroço (grão) do feijão guandú. Ela disse: *“o café da gente era assim, torrava o gandú e fazia o pó, que ficava parecido com o café que a gente toma, só mais forte um pouco, e como não tinha açúcar adoçava com rapadura. Era o café da gente. Fiz muito isso!”*. E também nas memórias a presença da farinha de mandioca, o fato de muitos trabalharem fazendo farinha permitia que eles tirassem uma “cuia” de farinha para casa. Na fala de Maria ela traz: *“hoje a gente escolher o que comer”*.

**Imagem 25:** pé de guandu ou feijão de pau



**Fonte:** acervo pessoal da autora desta pesquisa, 2024.

Embora superar a pobreza tenha sido destacado com a superação da fome por parte de muitos dos agricultores, foi possível observar na análise das narrativas que as conquistas de projetos de habitação, a conquista de equipamentos públicos como a casa de farinha e a cozinha comunitária são fatores que contribuíram para a superação da pobreza. O autor Wedy (2017), apresenta que para superar a fome é preciso quantidade de alimentos adequada podendo ser cultivados pelos agricultores no modo de subsistência e também com o fornecimento de comida aos mais necessitados por parte do estado, isso pela lógica não mercadológica. Para a entrevistada parceira 1: *“na superação da pobreza, o mais difícil foi recuperar a segurança alimentar. Foi difícil para comer, para plantar se tem a consciência, mas para se alimentar comem pouco”*.

No Bonfim, embora seja trazido a superação da pobreza principalmente se referindo às crises da falta do alimento, ainda persistem alguns comportamentos em relação aos hábitos alimentares apesar da variedade de cultivo, principalmente das hortaliças e legumes. Isso ficou em evidências em vários momentos; *i)* durante algumas das visitas de campo na comunidade juntamente com a equipe da Incubes-UFPB, quando almoçamos percebemos que mesmo diante da variedade de alimentos preparado, Geraldo colocou no seu prato apenas o feijão, arroz, a carne de galinha e macaxeira. Considerando que sua família preparou uma variedade principalmente de legumes e hortaliças, nós que fazíamos parte da equipe ficamos nos questionando aquele comportamento alimentar que ressoa como consequência de um passado marcado pela escassez destes alimentos. Sua fala marcante foi: *“assim pra mim, ta bom demais”* (Geraldo). São estas percepções comportamentais que nos levam a pensar que apesar de terem hoje uma segurança alimentar e nutricional, oriunda do trabalho agrícola que é realizado pelos moradores do quilombo, sejam com a horta ou com os outros cultivos, que permitiram e permitem superar a fome e a pobreza que se fez presente por muito tempo no período de sujeição vivido no antigo engenho, as memórias comportamentais mesmo diante da abundância que se é produzido são facilmente percebidas.

Já com os agricultores que cultivam diretamente da rede CSA Parahyba, ao serem perguntados sobre os hábitos alimentares diante da variedade de alimentos que produzem nas hortas eram por eles consumidos, Assis comentou: *“não, não gosto muito, tem coisa que como: alface, tomate, couve... mas essas outras: rúcula, brócolis isso não gosto não. Meu menino o que colocar ele come, ta aqui na horta comigo come até cenoura crua!”*. Em outra horta a de Edilson disse: *“eu como de tudo, pareço até um gafanhoto, tô trabalhando e comendo, não sei o que é uma gripe”*. Essas falas em destaque evidenciam que os agricultores do quilombo têm novos hábitos alimentares surgidos com o incentivo das hortas. Se formos fazer um comparativo das falas entre Geraldo e Edilson em relação ao comportamento alimentar proveniente das hortaliças que ambos cultivam seria facilmente compreendido que os dois foram marcados por dois períodos historicamente distintos no Bonfim: um vivenciou desde a infância até a vida adulta o período de sujeição, de opressão, de restrição da terra, do alimento; o outro um pouco mais jovem mesmo sendo inserido no trabalho agrícola desde cedo e tendo vivido o período do conflito pela terra as marcas do período de sujeição para ele não foi tido com a mesma intensidade. Não se caracteriza como uma contrariedade dos fatos investigados, mas uma diferença de comportamento que foi facilmente identificada.

Os registros de diário de campo realizados durante a etnografia permitiram ter essa observação para o comportamento dos agricultores diante dos hábitos alimentares, e conseguir compreender que tal comportamento vai compor a cultura do quilombo trazida no item sobre o capital cultural que foi anteriormente apresentado. A conquista da terra permitiu que os moradores do Bonfim pudessem viver da agricultura, produzindo alimentos com variedade e quantidade suficiente para romper com o ciclo da fome e consequente superar a pobreza, podendo comercializar os excedentes da produção, conquistar mercado, e com o acesso à terra puderam adquirir bens que contribuem para o bem-estar e qualidade de vida.

## Considerações finais

Considerando os diferentes tipos de capitais e ativos tomado por referência nos estudos de Bebbington, trazidos por Basso, Delgado e Neto (2003) a presença destes capitais que promovem o desenvolvimento como liberdade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim identificados por:

- a) **O capital produzido** (embora não tenha sido explorado) foi notado no discurso de Josefa, quando ele falou que faltava crédito para produzir, que eles pegavam em recurso financeiro, mas aquele recurso voltava para a terra tendo muitas vezes que pagar diárias a outros agricultores. Sendo preciso ampliar as condições de crédito para eles;
- b) **O capital natural:** “terra (quantidade e qualidade), água (rios, córregos, fontes, etc.), florestas, condições agroecológicas”. A quantidade de terra em hectares distribuídos entre as famílias se torna suficiente considerando que a decisão de que “*nenhuma família ficaria com menos de 1 nem com mais de 5hectáres*” entrevistada parceira 1; Penha, moradora e agricultora das cestas CSA, destaca que eles juntamente com a rede CSA Parahyba iniciaram uma atividade de preservação das nascentes, plantando árvores próxima aos córregos e que um poço de água para o consumo voltou a dar água. Já em vários momentos Geraldo lembra que os moradores podem cultivar em áreas que não estejam produtivas, mas deviam respeitar a mata que fazia parte da reserva natural e que eles deveriam zelar por ela;
- c) **O capital humano:** “níveis de instrução (educação formal, capacitações, etc.), condições de saúde e nutrição”. Como apresentado por Geraldo, estar inserido no ambiente quilombola reconhecido pela Fundação Palmares levou a participar de muitos momentos formativos e de imersão na cultura quilombola de outras localidades do país e junto a instituições do movimento de economia solidária também permite capacitações e instruções na temática;
- d) **O capital social:** “existência de normas de confiança e de reciprocidade entre os membros de uma comunidade e a criação de redes de coesão e de solidariedade que favorecem a participação em organizações, segundo o tipo (econômicas, representativas, políticas, recreação/lazer)”. A presença de instituições parceiras, capacidades de diálogo e negociações foram ativos percebidos nesse critério indicado fortemente presente no quilombo;
- e) **O capital cultural:** “origens (étnicas, religiosas), tradições, crenças, costumes”. Foi o capital que integra em sua estrutura percebida os demais ativos e capitais

percebidos. A história de luta e resistência, respeito às memórias e costumes, são os ativos que atraem as instituições para fortalecer as capacidades de desenvolvimento em suas dimensões abordadas. Preservando as memórias e trilhando um novo caminho foram atitudes acertadas para conquistar a liberdade e a terra.

Sendo assim, consideramos que o desenvolvimento da comunidade quilombola Senhor do Bonfim nas relações substanciais que os ativos e capitais provocam o desenvolvimento como liberdade apresentado por Amartya Sen (1993).

Conhecer a história de construção da comunidade pelos aspectos identitários, de território, das lutas pelo respeito, reconhecimento e de reparação, das tradições e costumes que formam a cultura do grupo, é uma trajetória que nos permite a buscar mais que uma percepção, mas compreender que os resultados das dinâmicas e ativos presentes nos capitais investigado provocam reações distintas de acordo o grupo estudado. Nisso, Fortes (2007, p. 91) traz a “cultura como um atributo inseparável da condição humana”, permitindo relacionar assim a intercessão entre os capitais cultural e social, essas capitais estão sempre interagindo entre si.

O marco inicial para esse processo de desenvolvimento como liberdade, pode ser considerado conforme Peralta 2012 (p. 114) apresenta como “o processo de auto-reconhecimento... trouxe mudanças para a comunidade que planeja e implementa, de forma coesa e exemplar, projetos juntos a diversos atores”. As capacidades apresentadas pelo quilombo Senhor do Bonfim, revelam muito de seus membros aspectos direcionados ao desejo de fortalecer enquanto grupo, serem reconhecidos como uma comunidade quilombola que resistiu e superou a fome, a falta de bens públicos como a eletricidade, a ausência da liberdade de escolha, seja através da comunicação em ser ouvido ou visto enquanto pessoas capazes de serem protagonistas de suas escolhas para se ter uma vida com mais qualidade e bem-estar. A comunidade quilombola Senhor do Bonfim, ela sempre destaca a importância e reconhece as entidades e movimentos sociais, bem como os diversos atores sociais que estiveram e estão presentes no desenvolvimento das diversas capacidades que se manifestam no território. O aspecto de capacidade de articulação oral, revela muito da capacidade política e social, bem como aspectos de liderança fundamentais para manter e atrair novos parceiros.

O modo particular de como esses ativos são recepcionados diz muito de como a comunidade quilombola Senhor do Bonfim dentro de suas perspectivas de se tornar visível, de superar a pobreza através dos incentivos de projetos sejam eles de algum programa governamental, ou das parcerias que são firmadas, vislumbrando um futuro melhor.

No encontro tido com os parceiros em maio de 2023, a professora ao se apresentar com a equipe de seu projeto de extensão perguntou aos moradores que estavam presentes se eles – em especial as mulheres, foco do projeto, aceitariam participar das atividades propostas e a resposta de Lôra, uma das agricultoras presente foi a seguinte: “*se é pra trazer coisa boa pra nós, nós aceita*”. Portanto, essa disponibilidade e prontidão para receber e estabelecer novos vínculos é um fator determinante que leva a comunidade quilombola Senhor do Bonfim ao desenvolvimento, respeitando as particularidades, trazendo em evidência o capital humano no que se refere à disposição do pessoal em participar dos projetos, não só se referindo a força de trabalho mas na capacidade de formação intelectual que é estimulada com o aprendizado adquirido por meios dos projetos onde muitas vezes é inserido pelos diálogos novas formas de pensar e agir caracterizando autonomia e empoderamento no grupo envolvido; o capital social e político em sua capacidade de articulação e diálogo enquanto grupo, respondendo pelo grupo; formando parcerias gerando projetos para o futuro.

A comunidade quilombola Senhor do Bonfim vem a cada dia sendo reconhecida e respeitada pela sua história de luta e resistência para a conquista do território que lhes pertence. Mas além disso, os traços de receptividade sejam ao visitante, ao pesquisador, a um político, a um órgão de representação da sociedade civil, torna os encontros muito acolhedor e verdadeiro. Hoje a comunidade não tem vergonha de relatar suas memórias de tempos difíceis de sujeição e submissão que eles e seus antepassados viveram. Os interesses dos atores sociais que se tornam presentes são diversos tornando assim cada vez mais conhecida, apontando percepções de melhorias sejam elas estruturais ou de elementos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Os autores Kanikadan e Silva (2017), entende que a forma como o desenvolvimento como liberdade acontece “oferece elementos para se pensar em formas mais humanas de se enfrentar as situações vividas” considerando os diferentes capitais que compõem o desenvolvimento. Bem como apontam o que talvez para o olhar do ator social questionamentos do tipo: “*porque não fazem assim?*” ou “*a gente ajudou, conseguimos isso, aquilo e não foi pra frente o projeto*”. Esses pensamentos são compreensíveis uma vez que todos os atores envolvidos que se encontram dentro do Bonfim ou que já esteve pois querem ver a prosperidade da comunidade. Porém, com isso, fica o questionamento trazido ainda no início do referencial teórico a respeito da reparação. Quando um projeto de extensão universitária, por exemplo, ele sai da universidade para a sociedade pois faz parte do compromisso social. Talvez se esse compromisso com a sociedade fosse trazido com o sentimento de reparação traria menos questionamento e compreenderia aquilo que

é visto como espera da parte da comunidade receptora, nesse caso o quilombo Senhor do Bonfim.

Então quando compreendemos relatos do tipo que existe projetos mais falta assistência técnica para caminhar junto ao projeto pode ser interpretado por essa lógica da reparação, não é só ficando essa responsabilidade para as políticas sociais, mas também para que os demais atores que são fundamentais para o desenvolvimento da comunidade e que a comunidade os reconhecem como agentes que buscam ajuda-los no crescimento e bem-estar local. Esse compromisso social de contribuir com o desenvolvimento da comunidade seja por parte de órgãos públicos ou iniciativas dos movimentos e grupos sociais são atitudes de reparação ou é apenas um compromisso social? Esse questionamento fica como sugestão para pesquisas futuras.

## Referências

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. *Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações*. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 23, n. 4, p. 945-958, out./dez. 2022.

AMORIM, Liliane Pereira de. **AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O DIREITO AO ETNODESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BAUNILHA DO CERRADO NA COMUNIDADE KALUNGA-GO**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, 2020.

AMORIM, Liliane Pereira de; NASCIMENTO, Débora Duarte; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **ETNODESENVOLVIMENTO: UMA VIA SUSTENTÁVEL PARA OS POVOS TRADICIONAIS QUILOMBOLAS**. Revista *Argumentum – RA*, ISSN 2359-6889, Marília/SP, V. 21, N. 2, pp. 607-626, Mai.-Ago. 2020.

ARAÚJO, Luís Henrique Barbosa De. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS DO MST NO ESTADO DO CEARÁ**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Ceará- 2022.

ARRUDA, Adriana Silva Oliveira et al. Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015.

ARRUDA; Dyego de Oliveira et al. *O cotidiano em territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul, Brasil: do isolamento às múltiplas (re)existências*. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, p. 563-582, abr./jun. 2021.

AZEVEDO, Patrícia Moraes de; FERREIRA, Alícia; ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Etnodesenvolvimento local, contraponto ao capitalismo: pressupostos teóricos e sua interface para análise de uma comunidade**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

BASSO, David; DELGADO, Nelson Giordano; NETO, Benedito Silva. O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural caracterização e comparação de diferentes abordagens. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí, ano 1, n. 1. jan./jun. 2003. p. 73-105.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios RAM, **REV. ADM. MACKENZIE**, V. 12, N. 3, Edição Especial •SÃO PAULO. Mai/jun. 2011. p. 51-82.

BRASIL. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto 6.040 de 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 26 de dez de 2023.

BRASIL. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições**

Constitucionais Transitórias. Decreto nº 4.887, de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 10 de jan de 2024.

BRASIL. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Negra Senhor do Bonfim**. Maria Ester Pereira Fortes. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. Superintendência Regional N°18. Paraíba, João Pessoa, 2007.

BRASIL. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/credito-de-r-140-mil-e-repassado-a-comunidade-quilombola-bonfim-no-brejo-paraibano>. Acesso em 22/07/2024.

BRASIL. **Cartilha para a Titulação do Território Quilombola**. Disponível em: <https://www.tjba.jus.br/extrajudicial/wp-content/uploads/2023/09/Cartilha-Caminhos-para-a-titulacao-do-territorio-quilombola.pdf> Acesso em: 29/06/2024.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

COSTA, Camilly Menezes et al.; Caminhos do quilombo: turismo étnico como economia solidária na comunidade do Pêga em Portalegre/RN. **Anais IX CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/98534>>. Acesso em: 19 de mar de 2024.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. –Porto Alegre: Penso, 2014.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set. 2019.

GOMES, Daiana de Oliveira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira. Justiça racial e direitos humanos de povos e comunidades tradicionais. **Revista Katál.**, Florianópolis, v,23. n,2. P,317-326. Maio/agosto 2020.

GONÇALVES, Ana Cláudia. **Políticas Públicas Para Quilombolas**: A Construção da Cidadania Na Comunidade Remanescente de Quilombo do Baú. Dissertação mestrado acadêmico- Universidade Federal de Juíz de Fora. Programa de Pós-graduação em História- 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico Quilombolas**-Primeiros resultados do universo. Segunda apuração. Rio de Janeiro, p.1-131, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas> Acesso em: 17 de abri de 2024.

KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL). **REVISTA NERA** – ANO 20, Nº. 40 – SETEMBRO/DEZEMBRO DE 2017. P. 273-293.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; DINIZ, Raimundo Erundino Santos **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável nas políticas para quilombolas no Brasil** - Etnodesenvolvimento & Universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais- org: Assis da Costa Oliveira & Jane Felipe Beltrão Editora Santa Cruz, Belém – 2015. p.54-73.

MORAIS, M. R. de; Jayme, J. G. **Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria discursiva.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, maio-ago. 2017.

PERALTA, Rosa Lima. **DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: NOVAS INTERFACES PARA A LUTA QUILOMBOLA.** 126 f. Dissertação (Mestrado) - Programa Regional de Pós-Graduação Em Desenvolvimento e Meio Ambiente / PRODEMA- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** EDITORA UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades.** *POLÍTICA & TRABALHO.* Revista de Ciências Sociais, nº 47, Junho/Dezembro de 2017, p. 229-245.

SANTOS, Geilza da Silva. **MULHERES QUILOMBOLAS: TERRITÓRIO, GÊNERO E IDENTIDADE NA COMUNIDADE NEGRA SENHOR DO BONFIM, AREIA/PB (2005-2018).** 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Editora Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4zbFzxNtuSwC&oi=fnd&pg=PT3&dq=amartya+sen&ots=kIIPjWDAgS&sig=fRXzXt8ZSbRecipGkoComWnmOEE#v=onepage&q=amartya%20sen&f=false>. Acesso em: 29 de mar de 2024.

SEN, Amartya. **Uma ideia de justiça.** Editora Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política,** p. 313-334, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VJKn7b5cJWQKrnTwGMmSKVM/>. Acesso em: 02 de abri de 2024.

SILVA, Maria José da. **MULHERES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS DE LUTA NO TERRITÓRIO TRADICIONAL DE CRUZ DA MENINA, DONA INÊS – PB.**Dissertação (mestrado) - Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Política Pública, Universidade Federal da Paraíba, 2022.

SILVA, Regilane Fernandes da; FILHO, Manoel Vital de Carvalho. **TERRITÓRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES RELEVANTES PARA A CONSTRUÇÃO**

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IPEA mercado de trabalho n° 64 abr. 2018. p 153-162.

SILVA, Maurício de Jesus Nunes da. **O exame da igualdade por Amartya Sen, o multiculturalismo da Constituição brasileira e as populações tradicionais.** Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 19 n. 117 Fev./Maio 2017 p. 170-189.

SILVA, Raquel do Nascimento; SILVA, Gabriela Lima Mota; ROLIM, Renata Souza; SANTANA, Daniela Maria de; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. “PEGANDO A ESTRADA”: UMA EXPERIÊNCIA DO CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Anais do 15º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural do Nordeste (SOBER - NE). 2023. ISBN: 978-65-272-0037-6.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre: Penso, 2011.

Tarrega, Maria Cristina Vidotte Blanco. FAIR TRADE – POSSIBILIDADES PARA O ETNO-DESENVOLVIMENTO QUILOMBOLA. **REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO**, ANO VIII, N. XV, 2º SEM. Juruá editora2022.

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHÊCO, Maria Eliza Corrêa. **Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no Curso de Administração:** a quebra dos paradigmas científicos. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 55-68, janeiro/março 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink; NASCIMENTO, Sandro; LIANZA, Sidney. Etnodesenvolvimento e Economia solidária em Territórios quilombolas rurais. ADDOR, Felip(.Org) **Extensão e políticas públicas: o agir integrado para o desenvolvimento social**– Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. P 177-196.

WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. Desenvolvimento (sustentável) e a ideia de justiça segundo Amartya Sen. **Rev. Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 343-376, set./dez. 2017.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMBAM, Neuro José. A TEORIA DA JUSTIÇA DE AMARTYA SEN. As capacidades humanas e o exercício das liberdades substantivas. **EPISTEME NS**, VOL. 34, N° 2, 2014, pp. 47-70.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS –  
CCSAPROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL – PGPCI



## Apêndice A

### Roteiro de entrevista semiestruturada para os agricultores

- 1) Como foi a vivência durante o período de conflito e o avanço nas etapas do processo para a titulação?
- 2) A comunidade consegue evidenciar os avanços tidos na condição de vida após o decreto de desapropriação?
- 3) Qual mudança aconteceu desde o início do processo para certificação e titulação da terra?
- 4) Como é a atuação dos jovens dentro da comunidade?
- 5) Olhando para o que já aconteceu e na perspectiva de futuro, como é percebido o desenvolvimento da comunidade?
- 6) A festa da Consciência Negra o que ela representa? Pode dizer que ela faz parte do calendário da comunidade?
- 7) Como é a relação com outras comunidades quilombolas?
- 8) Como é a percepção de vocês em relação a pobreza?
- 9) As atividades de divulgação de vídeos e imagens tanto dentro como fora do ambiente, influência nas dinâmicas da comunidade?
- 10) Ao receber uma visita de grupos sejam eles de estudantes para conhecer a comunidade ou de outros órgãos, qual é a expectativa?
- 11) Sobre a economia solidária, você conhece? Já ouviu falar?

**APÊNDICE B****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que tem como tema: **O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES: UM ESTUDO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA**, será desenvolvida por Raquel do Nascimento Silva, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Vanderson Carneiro.

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar as capacidades desenvolvidas na comunidade quilombola Senhor do Bonfim e sua relação com o acesso a políticas públicas e a articulação com diferentes atores sociais e políticos. Os **objetivos específicos** são: i) a apresentar as políticas públicas das quais a comunidade quilombola acessa e/ou acessou desde o reconhecimento do território; ii) destacar a atuação dos atores sociais e políticos que contribuem para o desenvolvimento da comunidade; iii) identificar quais os capitais e ativos que mais se destacam entre eles.

Sendo assim, partimos do princípio (da ideia) de que o acesso às políticas públicas e sociais que combatem e visam diminuir as desigualdades fazem com que as comunidades tradicionais utilizem de capacidades que conduzem a promoção do desenvolvimento da comunidade.

A participação do (a) senhor (a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto

psicológico ao responder a entrevista que lhe será apresentada, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecida quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinado por mim e pela pesquisadora responsável, como se trata de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pela pesquisadora responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, \_\_\_\_ de agosto de 2024.

---

Raquel do Nascimento Silva

Pesquisadora responsável

---

Participante da Pesquisa

**Pesquisadora Responsável:** Raquel do Nascimento Silva

Endereço da Pesquisadora Responsável: Sítio Massaranduba, 243- Cepilho- Areia-PB.

CEP: 58.397-000- Fone: (083) 996085210 - E-mail: [nascimentosraquel@gmail.com](mailto:nascimentosraquel@gmail.com)

**Anexo A- Certidão de Auto-reconhecimento**



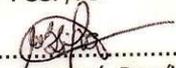
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Engenho do Bonfim**, localizada no município de Areia, Estado da Paraíba, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 207, f.13, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Josefa Maria do Carmo RG 1.891.340 SSP/PB  
 Manuel Faustino dos Santos RG 1.379.289 SSP/PB  
 José Fernando Gomes de Maria RG 1.031.913 SSP/PB  
 Joceli da Conceição Oliveira RG 1.435.774 SSP/PB

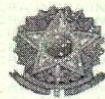
Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **18 de abril** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

  
**UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO**  
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242  
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

## Anexo B: CDRU - Concessão de direito de uso real



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA – SR-18 (PB)

### 01 – CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO

ESPECIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COLETIVO, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA				
NÚMERO DO CONTRATO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
SR-18/001/2016	05/12/2016	João Pessoa	PB	54320.000116/2016-21

### 02 – CONCEDENTE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Autarquia Federal criada pelo decreto-lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ nº 00375.972/2001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.

### 03 – CONCESSIONÁRIO: ENTIDADE REPRESENTATIVA DA COMUNIDADE BENEFICIÁRIA

Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim

ENDEREÇO Sítio Senhor do Bonfim, s/n, área rural			
CNPJ/CGC	DATA DA CONSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	UF
07.657.811/0001-09	06/02/2005	AREIA	PB

### 04 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 68 do ADCT, Arts. 215 e 216 da Constituição de 1988, Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Decreto-lei nº271/1967.

### 05 – CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL Sítio Bonfim				
IMÓVEL	MUNICÍPIO(S) DE LOCALIZAÇÃO	UF	CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	ÁREA DO IMÓVEL (Ha)
	Areia	PB	210.030.011.967-2	122,1237
ÁREA POR EXTENSO Cento e vinte e dois hectares, doze ares e trinta e sete centiáres				
CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL Conforme Planta e Memorial Descritivo anexos que constituem peças integrantes do presente Contrato				

### 06 - REGISTRO IMOBILIÁRIO

PROPRIETÁRIO	MATR/TRANSC/REGISTRO	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA/FICHA	COMARCA	UF
INCRA	1301 3665 3938 3939 3940	1º OFÍCIO	2		AREIA	PB

O PRESENTE CONTRATO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO VERSO

**CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE**  
Tabelião: João Francisco B. de Albuquerque  
Rua Santa Rita, 330 - Centro - CEP: 58.397-000 - Areia - PB  
Fone: (83) 3362-2273  
I - CERTIFICO QUE PROCEDI O REGISTRO DESSE DOCUMENTO NO R.002, MATRÍCULA Nº 003940, LIVRO 2-2, PROTOCOLO Nº 0022958, NA FORMA DA LEI. DOU FE. AREIA-Paraíba, 10/02/2017.

LEDA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE  
Selo Digital de fiscalização Tipo Isento-AEI58251-5YUV  
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE**  
Tabelião: João Francisco B. de Albuquerque  
Rua Santa Rita, 330 - Centro - CEP: 58.397-000 - Areia - PB  
Fone: (83) 3362-2273  
I - CERTIFICO QUE PROCEDI O REGISTRO DESSE DOCUMENTO NO R.005, MATRÍCULA Nº 003665, LIVRO 2-2, PROTOCOLO Nº 0022955, NA FORMA DA LEI. DOU FE. AREIA-Paraíba, 10/02/2017.

LEDA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE  
Selo Digital de fiscalização Tipo Isento-ADW10538-L39U  
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SR-18/PB Nº 1502

Cartório Maia de Albuquerque  
Rua Santa Rita, 330 - Centro - CEP: 58.397-000 - Areia - PB  
Fone: (83) 3362-2273

**CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE**  
 Tabelião: João Francisco B. de Albuquerque  
 Rua Santa Rita, 130 - Centro - CEP: 58.197-000 - Areia - PB  
 Fone: (83) 3362-2273

**R I - CERTIFICADO QUE PROCEDEU O REGISTRO DESSE**  
 DOCUMENTO NO R. 002, MATRÍCULA Nº 003939, LIVRO 2-2,  
 PROTOCOLO Nº 0022957, NA FORMA DA LEI. DOU FÉ.  
 AREIA-Paraíba, 10/02/2017.

**LEDA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE**  
 Selo Digital de fiscalização Tipo Isento-ADW10540-IYE8  
 Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE**  
 Tabelião: João Francisco B. de Albuquerque  
 Rua Santa Rita, 130 - Centro - CEP: 58.197-000 - Areia - PB  
 Fone: (83) 3362-2273

**R I - CERTIFICADO QUE PROCEDEU O REGISTRO DESSE**  
 DOCUMENTO NO R. 002, MATRÍCULA Nº 003938, LIVRO 2-2,  
 PROTOCOLO Nº 0022965, NA FORMA DA LEI. DOU FÉ.  
 AREIA-Paraíba, 10/02/2017.

**LEDA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE**  
 Selo Digital de fiscalização Tipo Isento-ADW10539-5K60  
 Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

O **CONCEDENTE** qualificado no quadro 02, com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, **concede à CONCESSIONÁRIA**, qualificada no quadro 03, pelo presente **CONTRATO**, a concessão de direito real de uso coletivo do imóvel descrito no quadro 05, bem como as benfeitorias nele edificadas sob as condições constantes das cláusulas seguintes:

- I. O imóvel se destina às atividades extrativistas, agroindustriais, culturais e de preservação do meio ambiente de modo a garantir a autossustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade remanescente beneficiária, visando a sua preservação em seus aspectos sociais, culturais e históricos, segundo o disposto nos artigos 215 e 216, da Constituição Federal.
- II. O imóvel ora concedido integra a área do território quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo Senhor do Bonfim, reconhecido pela PORTARIA/INCR/P/Nº231, publicada no DOU de 04/07/2008 e pelo Decreto Presidencial declaratório de interesse social, publicado no DOU de 20/11/2009.
- III. Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a preservar os bens naturais e os sítios ecológicos que representam patrimônio ambiental, bem como as áreas de reserva legal e preservação permanente, na forma da legislação vigente, federal e/ou estadual.
- IV. É vedado à CONCESSIONÁRIA alienar, penhorar ou transmitir a qualquer título a posse ou os direitos do imóvel, objeto da presente concessão, devendo o mesmo permanecer sob o seu uso e posse ou de seus sucessores legítimos.
- V. O CONCEDENTE promoverá quando necessário e, desde que haja interesse e conveniência da Administração, ações junto aos órgãos competentes em favor da CONCESSIONÁRIA, objetivando o acesso a serviços sociais indispensáveis ao progresso econômico e ao bem-estar da Comunidade.
- VI. Esta Concessão terá validade até a entrega do Título de Reconhecimento de Domínio do território que abrange o presente imóvel pela CONCEDENTE.
- VII. O presente Contrato poderá ser rescindido se descumpridas quaisquer das cláusulas nele contidas ou pela inobservância das normas legais que regem a matéria, observados o contraditório e a ampla defesa e, nos casos de revogação da imissão na posse.
- VIII. Fazem parte do presente CONTRATO, inclusive para fins de registro imobiliário, a planta e memorial descritivo do imóvel.
- IX. O presente CONTRATO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, sendo o mesmo firmado em papel-moeda, em uma única via, que deve ser levada a registro no cartório de registro de imóveis competente.
- X. Os casos omissos no presente contrato resolver-se-ão com base na legislação em vigor, aceitando a CONCESSIONÁRIA, expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, na presença das testemunhas abaixo arroladas, ficando eleito o foro da cidade da sede da Superintendência Regional do Incri de localização do imóvel, com renúncia a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que resultarem deste instrumento.

Areia/PB, 05 de dezembro de 2016.

*[Assinatura]*  
**SOLON ALVES DINIZ**  
 SUPERINTENDENTE REGIONAL

*[Assinatura]*  
**GERALDO GOMES DE MARIA**  
 PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NEGRA  
 SENHOR DO BONFIM

TESTEMUNHA  
 RG: 1752264  
 CPF: 50043193100

*[Assinatura]*  
 TESTEMUNHA  
 RG: 2162742

**CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE**  
 Tabelião: João Francisco B. de Albuquerque  
 Rua Santa Rita, 130 - Centro - CEP: 58.197-000 - Areia - PB  
 Fone: (83) 3362-2273

**R I - CERTIFICADO QUE PROCEDEU O REGISTRO DESSE**  
 DOCUMENTO NO R. 031, MATRÍCULA Nº 001301, LIVRO 2-2,  
 PROTOCOLO Nº 0022954, NA FORMA DA LEI. DOU FÉ.  
 AREIA-Paraíba, 10/02/2017.

**LEDA AZEVEDO DE ALBUQUERQUE**  
 Selo Digital de fiscalização Tipo Isento-ADW10537-V018  
 Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE